

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

VINICIUS DE PAULA ARAGÃO

DIARIO DE LIMA:

Escrita e cidade colonial no século XVII

RECIFE

2022

VINICIUS DE PAULA ARAGÃO

DIARIO DE LIMA:

Escrita e cidade colonial no século XVII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Teoria da Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Adolfo Cordiviola

RECIFE

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

A659d Aragão, Vinicius de Paula
Diário de Lima: escrita e cidade colonial no século XVII / Vinicius de Paula Aragão. – Recife, 2022.
105f.: il.

Sob orientação de Alfredo Adolfo Cordiviola.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

Inclui referências.

1. Diários coloniais. 2. Cidades coloniais. 3. Crônica urbana. 4. Escrita. 5. Literatura hispano-americana. I. Cordiviola, Alfredo Adolfo (Orientação). II. Título.

809 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2022-167)

VINICIUS DE PAULA ARAGÃO

DIARIO DE LIMA:

Escrita e cidade colonial no século XVII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Teoria da Literatura.

Aprovada em: 29/08/2022.

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. ALFREDO ADOLFO CORDIVIOLA (ORIENTADOR)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROF.^a DR.^a BRENDA CARLOS DE ANDRADE (AVALIADORA INTERNA)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROF.^a DR.^a ANA CECÍLIA OLMOS (AVALIADORA EXTERNA)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

No aeroporto o menino perguntou:
— E se o avião tropicar num passarinho?
O pai ficou torto e não respondeu.
O menino perguntou de novo:
— E se o avião tropicar num passarinho triste?
A mãe teve ternuras e pensou:
Será que os absurdos não são as maiores virtudes da poesia?
Será que os despropósitos não são mais carregados de poesia do que o bom senso?
Ao sair do sufoco o pai refletiu:
Com certeza, a liberdade e a poesia a gente aprende com as crianças.
E ficou sendo. (BARROS, 1999, s.p.).

À Kali e Mariano, por tanto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por oferecer espaço fecundo para o meu desabrochar acadêmico e profissional, ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) por ter acreditado em meu projeto de pesquisa e confiado seu espaço para condução do mesmo, presenteando-me com todos os recursos necessários para sua conclusão; bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo indispensável financiamento da presente dissertação.

Agradeço imensamente a meu querido orientador Dr^o. Alfredo Adolfo Cordiviola, a quem devoto grande respeito e admiração, pela dedicação, paciência e sabedoria ao me guiar, desde o início até o fim da pesquisa. Agradeço pela parceria, pela confiança, pelo respeito e por todo o trajeto que estamos construindo em conjunto desde a graduação. Contigo aprendo muito e de todos os resultados este é, sem dúvida, o mais valioso.

Agradeço, especialmente, aos professores e professoras que me acolheram, acompanharam e enriqueceram o meu percurso acadêmico, nomeadamente ao Dr^o. Yuri Jivago Amorim, ao Dr^o. Anco Márcio Tenório Vieira, ao Dr^o. Juan Pablo Martín Rodrigues, à Dr^a. Fabiele Stockmans de Nardi e à Dr^a. Imara Bemfica Mineiro.

Abro parágrafo para agradecer, em particular, à Prof^a. Dr^a. Brenda Carlos de Andrade, pelas inúmeras contribuições na construção desse trabalho, sobretudo pela lanterna na penumbra, pelo café no cansaço, pela mão querida e acolhedora, pelas sugestões, leituras e discussões de muitos dos conceitos-chave desta dissertação.

Agradeço ao meu egrégio irmão d'armas Adriel, pelas conversas instigantes, a leitura atenta e minuciosa, as discussões, correções e revisões deste estudo. Um brinde (e mais um) à nossa calorosa amizade, confrade!

Agradeço à minha querida amiga, namorada e tão amada Thaísa, por ter feito desse caminho o mais terno e bonito possível. Pelo carinho, pelas leituras críticas e atentas, pelo auxílio e revisão sintática. Pelas crianças e por tantas belezas!

Agradeço à minha querida e amada mãe Nadja, ao meu pai André e a meu estimado irmão Vitor, eternas nascentes de inspiração cotidiana, inesgotáveis fontes de entusiasmo e afeto. Obrigado pela fortaleza!

Agradeço, por fim, a meus pequenos filhos e lhes peço desculpas. Minha menina Kali e meu meninote Mariano. Estive na primeira imagem que fizeram do mundo quando por primeira vez abriram os olhos e pretendo vê-los diante dos meus quando eles se fecharem no último dia. Assim é, assim há de ser.

[...] Podría decirte de cuantos peldaños son sus calles en escalera, de qué tipo los arcos de sus soportales, qué chapas de Zinc cubren los techos; pero sé ya que sería como no decirte nada. No está hecha de esto la ciudad, sino de relaciones entre las medidas de su espacio y los acontecimientos de su pasado [...] (CALVINO, 2008, p. 12).

RESUMO

Este trabalho consiste na análise do *Diário de Lima*, diário colonial escrito entre 1640 e 1686, por Joseph de Mugaburu, sargento do vice-reino, e continuado após sua morte até 1694, pelo seu filho, o clérigo Francisco de Mugaburu. Publicado apenas em 1917, por Carlos Romero e José Urtuega, o diário revela uma série de perspectivas acerca da cidade de Lima, através das cerimônias, tragédias e festividades que seu autor tem oportunidade de vivenciar e registrar. Testemunho de um período que revela uma série de complexidades, o diário carrega consigo um conjunto de questões que são de fundamental importância para elaboração deste trabalho. Cumpre destacar que, tomado como resultado de um complexo percurso histórico, sua confecção remonta ao estabelecimento da escrita como eixo fundamental para constituição da cidade colonial. Portanto, o êxito da escrita como ferramenta hegemônica da urbe andina é observado em relação às *escritas* que já existiam antes da chegada do elemento europeu. São avaliadas as confluências e dissonâncias entre escrita e oralidade, na mesma medida em que a problematização oferece o delineamento que a consolidou como eixo principal da colonialidade. Em vista disso, buscamos, com este trajeto, elaborar uma análise do Diário como efetivo meio de narrar a história de uma cidade caracterizada pela conjunção de fatos culturais, capazes de dar vida a um acabamento identitário completamente novo.

Palavras-chave: diários coloniais; cidades coloniais; crônica urbana; escrita; literatura hispano-americana.

RESUMEN

Este trabajo consiste en el análisis del *Diario de Lima*, un diario colonial escrito entre 1640 y 1686, por Joseph de Mugaburu, sargento virreinal, y continuado después de su muerte hasta 1694, por su hijo, el clérigo Francisco de Mugaburu. Publicado sólo en 1917, por Carlos Romero y José Urtuega, el diario revela una serie de perspectivas sobre la ciudad de Lima, a través de las ceremonias, tragedias y festividades que su autor tiene la oportunidad de vivir y registrar. Testigo de un período que revela una serie de complejidades, el diario trae consigo un conjunto de cuestiones que son de fundamental importancia para la elaboración de esta obra. Cabe señalar que, tomado como resultado de un complejo recorrido histórico, su creación se remonta al establecimiento de la escritura como eje fundamental para la constitución de la ciudad colonial. Por tanto, el éxito de la escritura como herramienta hegemónica en la ciudad andina se observa en relación a escritos que ya existían antes de la llegada del elemento europeo. Se evalúan las confluencias y disonancias entre escritura y oralidad, en la medida en que la problematización ofrece el trazo que la consolidó como eje principal de la colonialidad. Ante esto, buscamos desarrollar un análisis del Diario como un medio eficaz para narrar la historia de una ciudad caracterizada por la conjunción de hechos culturales, capaz de dar vida a un panorama completamente nuevo.

Palabras clave: diarios coloniales; ciudades coloniales; crónica urbana; escrita; literatura hispanoamericana.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Encontro entre Valverde e Atahualpa, marco primordial do choque entre escrita oralidade nos Andes. 19
- Figura 2** – *Khipu* incaico nas mãos de um *khipu kamayuq*. Instrumento de contabilidade e, mais recentemente, considerado como objeto de registro narrativo. 23
- Figura 3** – Capa de couro do manuscrito do Diário de Lima, hoje pertencente à Universidade de Indiana. 28
- Figura 4** – Casamentos de Martín de Loyola com Beatriz Ñusta e Juan de Borja com Lorenza Ñusta. A união que a pintura retrata exemplifica a formação de um novo tecido social marcado por tradições cristãs. 46
- Figura 5** – *Plano Scenographico, de la Ciudad de los Reyes, o Lima Capital de los Reynos de Peru*, por Jacques Nicolas Bellin (1703-1772), em 1748. Lima, capital do Vice-Reinado do Peru, foi fundada em 1535. As fortificações foram feitas a posteriori, entre 1684 e 1687. 51
- Figura 6** – Francisco Pizarro diante da picota, celebrando o ato de fundação de Lima, na manhã do dia 18 de janeiro de 1535. 53
- Figura 7** – Detalhe de uma das folhas do manuscrito de Lima, hoje parte do acervo da Universidade de Indiana, nos EUA. 64
- Figura 8** – O jovem príncipe Baltasar Carlos, único herdeiro de Felipe IV, morre aos 16 anos, deixando a *Ciudad de Los Reyes* enlutada. 77
- Figura 9** – Felipe IV repousando em sono eterno, enquanto as cidades coloniais sob o domínio da coroa espanhola se agitam para as honrarias fúnebres. 81
- Figura 10** – Garrote vil, prática utilizada para aplicar a pena capital, em detalhe no *Mural de la escalera del Palacio Nacional*, no México, por Diego Rivera. 86
- Figura 11** – Auto de fé celebrado na *Plaza Mayor* de Lima, século XVII. 92
- Figura 12** – Detalhe do quadro *Auto de fe de la Inquisición*, pintado por Francisco de Goya entre 1812 e 1819. Nele, podemos observar os réus utilizando o *sambenito* e a *coroza*, trajes característicos dos condenados pela inquisição. 93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	COMPLEXIDADES DISCURSIVAS DO PERÍODO COLONIAL	15
2.1	O USO DA VOZ, A FORJA DA ESCRITA	15
3	FORMAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS HISPANOAMERICANAS	28
3.1	<i>LA ORDENANZA</i> de 1573 E A PLANIFICAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS	33
3.2	A FORMAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS E O BARROCO DO SÉC. XVII	40
3.3	<i>EL DAMERO DE PIZARRO</i> – FUNDAÇÃO DA <i>CIUDAD DE LOS REYES</i>	48
3.4	<i>LA TRAZA</i> HIPODÂMICA	49
3.5	O ATO DE FUNDAÇÃO	52
3.6	A CIDADE DE LIMA DO SÉCULO XVII.....	55
4	O DIÁRIO DE LIMA DE JOSEPH DE MUGABURU	62
4.1	GÊNERO DO <i>DIARIO</i> E ORIGEM DE SEU AUTOR.....	65
4.1.1	O <i>Diario</i> e seu diálogo interior	68
4.2	A MORTE E AS <i>MORTES</i> DE FELIPE IV	79
4.3	CRIME E CASTIGO, A VIOLÊNCIA SOB O OLHAR DO CRONISTA	85
4.4	AUTOS DE FÉ EM LIMA	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
	REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

A dissertação que ora se desnuda diante de teus olhos, caro leitor, busca oferecer um conjunto de análises pertinentes ao *Diario de Lima*, livro publicado em 1917, a partir de um manuscrito ignoto, escrito por Josephe de Mugaburu y Honton e seu filho, Francisco de Mugaburu, entre 1640 e 1694, resgatado pelos historiadores Horácio de Urteaga e Carlos Romero, ambos colecionadores de documentos e manuscritos de um passado antigo e fascinante. O diário, incluído na *Colección de libros y documentos referentes a la historia del Peru*, carrega consigo um universo de símbolos próprios e característicos do século XVII colonial e vivas expressões da cidade de Lima, então capital do Vice-reino.

Sua análise será conduzida sob o amparo de tópicos metodológicos que o autor deste trabalho considera de fundamental importância para a compreensão do universo de questões que cercam as complexidades discursivas do período histórico em que se insere, o jugo que orienta a formação das cidades coloniais e a presença narrativa do nosso cronista dentro do espaço urbano, todos estes passos amalgamados pela presença, atuação e estabelecimento da escrita como elemento que inaugura a colonialidade, a constitui e se materializa nas cidades a partir das expressões narrativas de seus habitantes letrados.

As estratégias de intervenção que compreendem a realização de um trabalho com foco na análise de um diário colonial produzido nos Andes do século XVII é uma tarefa que se arvora por diversas possibilidades e oferece uma série de desafios. O próprio período já revela por si só um enigmático e labiríntico campo de estudo, capaz de acomodar uma variedade crescente de intervenções analíticas.

Neste trabalho, a leitura do *Diario de Lima*, é tomada como resultado de um percurso histórico, político e ideológico, formador de uma identidade coletiva atravessada pela colonialidade, que deita suas raízes no momento da chegada dos europeus ao novo continente, apenas 148 anos antes do início de sua redação. Portanto, no primeiro momento, optamos por uma abordagem que orienta sua atenção diretamente para o fenômeno da escrita como ferramenta da colonialidade e constituinte do processo histórico responsável por moldar as cidades coloniais.

Para tanto, a modo de introdução, o primeiro capítulo oferece uma interessante discussão acerca da relação entre oralidade e escrita, buscando orientar, a partir da disposição destes dois polos aparentemente antagônicos, as chaves que constituem as representações dos encontros coloniais, assinalados por diversos eventos relativos à história do continente e como, a partir destes encontros, a escrita e toda sua carga alegórica facultou o estabelecimento

de uma cosmogonia ocidental, de tal maneira que orientou a constituição narrativa do continente e se materializou com as plantas arquitetônicas das cidades num dos eventos de maior representatividade da cultura barroca latino-americana.

Isto por que o espanhol que chegou às Américas já era uma língua standardizada e, portanto, a letra possuía uma entidade ontológica superior à voz, referendada pela gramaticalização e capaz de provocar uma irrupção responsável por um longo processo de ocidentalização do continente. A partir deste ponto, vários tópicos podem ser levantados em relação à atuação da letra como componente necessário à norma e autoridade, fenômeno atravessado por visões de mundo e múltiplas interpretações sucessivas e simultâneas, quais sejam o culto ao verbo, a exegética católica, a doutrina e as concepções filosóficas e teológicas, ferramentas sem as quais as cidades jamais conseguiriam erigir seus alicerces.

Portanto, a escrita ganhou força e estruturou-se a partir e através do conflito, levando, conseqüentemente, o êxito da conquista aos ditames de um projeto que se arvora pela modernidade, mas possui seu embrião nos incipientes tijolos das primeiras praças e catedrais, no desenho dos primeiros traçados urbanos e no ofício que organiza a burocracia do império e que, mais adiante, constituiria a expressão literária do continente, caracterizado por uma série de preceitos conceituais que navegam utilizando como leme o escopo da *heterogeneidade*. Ela, a escrita, das protagonistas talvez a mais importante, esteve presente na formação das cidades coloniais e cumpriu papel fundamental no desenvolvimento e estruturação das urbes hispanoamericanas, emblema maior de um trajeto que consolida seu arranjo no momento da chegada dos europeus ao novo mundo. No primeiro capítulo a letra é observada em harmonia e em conflito. O arco de sua história será analisado em diálogo com a oralidade de modo a oferecer um contraste epistemológico que pontua as relações de contato e organiza os dispositivos com os quais a empresa colonizadora se fez possível e se realizou na fundação dos grandes centros urbanos, no rico ambiente de suas complexidades discursivas.

Essa abordagem encontra amparo uma vez que ambas, oralidade e escrita, tomam parte da história do continente como signos representativos da vida urbana colonial. Falar da escrita do período colonial sem levar em consideração suas confluências com as manifestações culturais dos povos que forneceram amparo ideológico para o estranhamento do colonizador — motivo primeiro da escrita — pode caracterizar-se como uma análise incompleta. Outrossim, a descrição do continente pela escrita colonial é pontuada em suas entranhas pela influência notável da atuação do *outro* no registro e memória de sua cultura. A malha que é lançada para envolver os nativos em ignorância e barbárie é um dos motivos principais da atuação escrita dos colonos, ou seja, a escrita assume uma dupla função, ao

mesmo tempo catalisadora e marginalizadora: desorganiza o aparato epistêmico nativo e o absorve na mesma proporção que organiza o aparelho colonial e cria as condições de sujeição dos seus primeiros habitantes. Essa malha, em constante atrito e fissura, é uma imagem que ilustra muito bem as tensas relações expressas pelo *Diario* no funcionamento do cotidiano urbano, nas suas representações cenográficas, na religiosidade policialesca e nas constantes e contraditórias asserções a respeito da plebe que compõe o estrato urbano. Em outras palavras, a escrita, ferramenta pela qual as cidades ganham suas primeiras formas e se transmutam para a realidade visível, é fermentada pelo silêncio do *outro* oral, que surge destituído de sua voz nas rachaduras que o próprio suporte material busca esconder. O livro dentro do espaço urbano, legitimador da escrita, escreve os corpos e caracteriza os seus comportamentos dentro de um gradiente qualificativo que expressa, de maneira eloquente, os problemas sociais, as contradições e crises de um sistema que para sobreviver necessita de uma constante e eficaz matriz laudatória.

Esta jornada, iniciada antes mesmo do primeiro contato, assume sua importância uma vez que oferece pistas e espaços de análise possíveis para interpretação do fenômeno da escrita como um grande laboratório cultural, ao mesmo tempo que o ambienta dentro de um período urbano em que as noções de fronteira começam a ganhar contornos cada vez mais significativos, moldando os centros citadinos e delimitando os espaços das camadas sociais.

Após um longo trabalho de parto, a puérpera escrita teve ocasião para descansar nos diversos braços que suas filhas possuem. Suas filhas, as cidades, já nasceram grandes, em respeito a luta da mãe na subjugação de seus opositores *outros*. Seus braços são ruas, avenidas, catedrais, prédios administrativos e o futuro desenhado sob o controle do plano diretor ordenado. A mãe pensara em tudo, e no papel e desenho de suas expectativas suas filhas devem lhe oferecer descanso. As cidades são agora berços para sua honrosa e morosa atuação pós-parto. A escrita assume seu posto como administradora do complexo colonial e organiza com maior precisão a orientação ideológica amparada por um longo aparato gnosiológico próprio do que aqui chamamos de cultura ocidental. As igrejas predicam, as audiências orientam as normas e a vida segue aparentemente tranquila e *normal* dentro do espaço urbano organizado para este fim, o estabelecimento do sistema e o comércio ascendente. Em sua descansada atuação empresta seus dotes àqueles que buscam conceber retratos descritivos, usando do amparo de seus serviços para registro e narrativa do cotidiano. Estes, alimentando um ciclo transcendente, animam os quarteirões e ruas das cidades como o sangue anima as veias de seus corpos.

É dentro desses muros, guiados por ruas calcadas em pedras banhadas à sangue,

que foram escritos os diários e crônicas coloniais, donde participaram tanto os europeus no estabelecimento da conquista e granjeamento dos seus dividendos, como os indígenas, nativos e *criollos*, que aqui se reproduziram em condições de domínio e interlocução.

Dentre as ilustres filhas gestadas pela escrita, destacamos a cidade de Lima, por sua vaidosa posição como capital do Vice-reino do Peru, um dos mais importantes eixos comerciais para a coroa espanhola, como também por abrigar o nosso cronista, um valoroso sargento da guarda imperial, e por ser palco de uma rica e faustuosa existência autodeclarada. É no segundo capítulo que avaliamos os contornos do espaço urbano da *Ciudad de los Reyes*, desde a solene fundação, conduzida por Francisco Pizarro, até os crepúsculos do século XVII, momento no qual Josephe de Mugaburu, aplacado pela enfermidade, deixa de lado o seu diário. A narrativa ainda assim permanece, mas o brio que antes lhe adereçava não é mais o mesmo. Seu filho, mobilizado pela batalha inglória de eternizar o pai através de seu honroso ofício, permanece como um vetusto alquimista em busca das fórmulas do tempo. O leitor, neste ponto, abruma-se de espanto. Crédulo que sou, imaginei-me diante da possibilidade de uma obra inexoravelmente entretecida *per saecula saeculorum* pelos fatais sortilégios do destino, ocultada em seus fragmentos dispersos pelos mais inóspitos recônditos do mundo. Os fortuitos jogos da *ars combinatoria* do acaso me levam a uma deliciosa embriaguez; recuperada a sobriedade ao sabor de algum esforço, percebo o inevitável: o material que ora lhes apresento se encerra mesmo no ano de 1694, quando Francisco, seu filho, assim como o pai, o abandona.

Caminhando alegremente pelo deleite e o compromisso da pesquisa, endereço as atenções ao conteúdo mesmo daquilo que é e está: no terceiro capítulo, o *Diario* nos apresenta uma série de eventos somente possíveis se retratados *in loco*, por aqueles que fazem do período colonial um recorte histórico de profunda complexidade, os seus habitantes. Mugaburu capturou o barroco no atribulado dia a dia de suas manifestações, penetrou nas históricas festas cortesãs para descrever o âmago de seus notáveis partícipes e explorou outras sortes de eventos calorosos com sua narrativa despreziosa.

Assim, convido o leitor a caminhar por este trabalho como quem caminha pelas antigas ruas da cidade de Lima, espaço onírico, escrito por um personagem cuja identidade só se dá por conhecer pelo manuscrito imóvel e silente que nos legou a sorte da preservação e o altaneiro trabalho daqueles que sabem valorar aquilo que de fato é necessário.

2 COMPLEXIDADES DISCURSIVAS DO PERÍODO COLONIAL

2.1 O USO DA VOZ, A FORJA DA ESCRITA

Inúmeras discussões podem surgir a partir da análise de um diário produzido no Vice-reinado de Lima, há 381 anos. A primeira delas é óbvia: quais critérios um diário tem de responder para ser um objeto literário, para ser como tal classificado? Será preciso que o seu conteúdo corresponda a um determinado tipo de preceito estilístico? Ou, antes, é preciso que se verifique uma finalidade/intencionalidade estética? Responder a essas perguntas, que direcionam o caminho à interpretação de um objeto de memória colonial nos oferece uma gama infindável de possibilidades.

Do mesmo modo, é possível observar que o tempo colabora para a inserção de outro trajeto contíguo: independentemente de sua finalidade ou conteúdo, o objeto a ser estudado acaba se tornando um repertório estancado no tempo, um recorte de uma história que se escreve e se inscreve, dirigindo-se àqueles que a tentam penetrar inebriados pela sanha de seguir o novelo até o passado.

Neste caso, o que conserva escrito, para além de suas nuances literárias, atravessa necessariamente o véu da história. E um véu ainda não muito explorado, vale salientar. É, sem dúvida, a expressão de um modo, um contexto, uma vida inserida num espaço e num tempo específico. Seria, portanto, um documento histórico? A interface entre Literatura e História é outro tópico de análise capaz de amparar as complexidades discursivas do período colonial. Precisamente por comportar uma grande capacidade de criação de imagens, esse período é rico em produzir documentos históricos como artefatos que narram um estertor profundo de vida:

tanto a complexidade idiomática das colônias como a confrontação de culturas orais e sociedades baseadas na escrita fazem do período colonial um modelo ideal tanto para a reflexão sobre culturas e línguas em contato, quanto para a reflexão sobre a variedade de interações discursivas. (MIGNOLO, 1986. p. 137)

Ademais, levantar questões e apontar para caminhos na proposta de análise de um determinado conteúdo passa, em primeiro lugar, por uma seleção enunciativa. Portanto, é relevante considerar a relação entre o observador e o objeto a ser observado; em outras palavras, a relação entre o diário colonial e o pesquisador. Uma eleição que busca concatenar uma série de ideias capazes de fazer um sentido contemplado dentro de um raciocínio específico, próprio de quem escolhe. O objeto, neste sentido, é selecionado seguindo uma série de preceitos, muitos dos quais inconscientes, que o enxertam dentro de uma estrutura

analítica pré-moldada. No caso em específico, o arranjo que ampara tal escolha é mobilizado pela ânsia de um momento oportuno. Assim, vejamos: desde a segunda metade do século XX¹, um profundo recorte epistemológico na historiografia provocou uma nova maneira de observar o tempo histórico e permitiu novas abordagens na reconstituição da história do que até então chamávamos de *descoberta*. Ou seja, cada vez mais vimos surgir

a necessidade de considerar a história numa perspectiva ontológica, como um processo produtor de entidades históricas e não, como é habitual, um processo que supõe, como algo prévio, a existência das referidas entidades. (O’GORMAN, 1992. p. 18)

Seguindo o mesmo caminho, desde a década de 80², os estudos literários vêm abrindo espaço para novas abordagens que contemplam aspectos e elementos da literatura produzida no continente que não faziam parte do cânone estabelecido a partir do recorte epistemológico predominante antes deste período, da mesma maneira que rompe com padrões de análise incapazes de abranger os diversos fenômenos literários coloniais. Como resultado, “o domínio dos textos escritos em espanhol e com valor literário perde terreno frente aos textos escritos em outras línguas e às transcrições de relatos orais que não possuem, necessariamente, valor estético” (MIGNOLO, 1986. p. 137), mas colaboram para profundas e significativas discussões no campo da literatura colonial. Este é o caso dos recentes estudos que passam a valorizar a importância da oralidade na constituição narrativa do continente latino-americano e a incluir e incorporar antigos objetos literários que antes passavam despercebidos por não corresponderem a uma tipologia estética clássica, como no caso dos diários coloniais.

A pretensa oposição entre oralidade e escrita, estas duas palavras, postas lado a lado, efetivamente conduzem o observador a uma polarização inevitável, evidenciando, inclusive, um cariz ideológico que aponta a última como resultado de um percurso evolucionário avançado. A disposição hierárquica sugerida a partir deste raciocínio indica um viés qualificativo que ordena os níveis de comunicação a favor do estabelecimento da escrita no topo de uma escala de valor onde outras expressões comunicativas figuram como “pré-literárias”, como se necessitassem de cumprir com etapas até chegar a uma verdadeira e legítima forma de comunicação desenvolvida.

¹ Luiz da Costa Lima, em seu livro *História, Ficção, Literatura* (2006), desenvolve com clareza o trajeto realizado pela historiografia moderna, sobretudo na sessão 2 do segundo capítulo (*A escrita da história e a modernidade*), passando dos fundamentos da Antiguidade Clássica aos franceses da *École des Annales*. cf. LIMA, 2006. pp. 112 *et seq.*

² Segundo Mignolo (1986), “a paulatina conscientização da complexidade cultural e linguística do modelo que a colônia oferece foi manifestando-se em um conjunto de estudos que começam a ser publicados nos anos 80” (p. 138).

Claramente, os termos utilizados para classificar a ausência de escrita em determinadas sociedades ou agrupamentos humanos carregam consigo minúcias estilísticas capazes de denunciar o próprio prestígio da escrita sobre outras formas de comunicação. Não à toa, este prestígio vem sendo construído por um profundo dimensionamento acadêmico que celebrou a escrita como um índice evolucionário das civilizações, relegando a um lugar menor ou secundário a oralidade e outras modalidades escritas não-grafológicas:

We see this in most studies of writing—from Isaac Taylor’s two-volume history of writing in 1899, to Leonard Bloomfield’s classic study *Language* in 1933, throughout Isaac Gelb’s authoritative *A Study of Writing: The Foundations of Grammatology* of 1952, in David Diringer’s overview *Writing* of 1962, and even in 1989 with John DeFrancis’s polemical treatment, *Visible Speech*. These all expound the common view of writing as written language, and they fashion various evolutionary models for the “development” of writing that culminates in alphabetic script. Just as people and nations fashion their histories to eventuate in themselves writing specialists have constructed the history of writing to result in modern alphabetic systems. In these histories, indigenous American systems lie either at the beginning of or outside the developmental sequence. It is worth examining these points of view in order, firstly, to point up the unconscious bias toward Western European culture that seems to drive them and, secondly, to put us closer to understanding the relation of American record keeping systems to the others. (BOONE, 1994. pp. 4-5)

Saussure (2014), por outro lado, argumenta que a língua falada é a substância principal da qual a escrita é tributária, não havendo razão para o prestígio da última senão pela própria capacidade de registro: “a imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos” (p. 59). Este prestígio assinalado por uma sobreposição do signo escrito ao falado agrava-se ainda mais quando mensurado a partir de uma codificação que o organiza dentro de um sistema. As gramáticas realizam, por assim dizer, uma tentativa de arquivamento do signo expresso pela voz, eventualmente obscurecendo a importância do próprio signo em favor de sua representação.

Esta sobreposição, posta por Saussure (*Ibid.*) como uma apropriação indevida e, por suas razões, quase natural: “a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal” (p. 58), invariavelmente opõe as duas modalidades discursivas em franco protesto; para Jacques Derrida (1930-2004), contudo, não se trata de um espantoso acaso acidental, mas de uma profunda possibilidade de essência, advertindo para a análise equivocada do estruturalista que invoca o malogro da oralidade como tirocínio próprio da escrita:

Saussure confronta o sistema da língua falada com o sistema da escritura fonética (e mesmo alfabética) como com o *telos* da escritura. Esta teleologia

leva a interpretar como crise passageira e acidente de percurso toda irrupção do não-fonético na escritura, e se teria o direito de considerá-la como um etnocentrismo ocidental, um primitivismo pré-matemático e um intuicionismo pré-formalista. [...] O escândalo da “usurpação” a isto convidava expressamente e do interior. A armadilha, a usurpação, como foram possíveis? Na resposta a esta questão, Saussure nunca vai além de uma psicologia das paixões ou da imaginação; e de uma psicologia reduzida a seus esquemas mais convencionais. (DERRIDA, 1973, pp. 48-49)

De acordo com Mignolo, nos seus estudos sobre escrita, Derrida rompe com a distinção entre língua falada e signos gráficos, destituindo a escrita de seu privilégio semiótico ao argumentar que sua independência configura um domínio de interações em que o discurso é prisioneiro do objeto em que se transmitem os signos. Desta maneira, os dois vocábulos que antes sugeriam uma disparidade inconciliável, de acordo com a articulação destes críticos aparecem como condições complementares de significação:

Os vocábulos *letra* e *literatura* designam e mostram, neste contexto, um espaço que bem poderia considerar-se como o domínio dos estudos *literários*. Assim, o universo do discurso (em sentido lógico) ficaria composto pela letra e seu complemento: a *oralidade* e as escritas *não-alfabéticas*. (MIGNOLO, *op. cit.* p. 140)

Ao mesmo tempo que vislumbramos a escrita e sua emancipação num movimento duplo, como um domínio que abrange práticas comunicativas que se dilatam e em muitos casos ultrapassam as formas hegemônicas de registro histórico, inclusive a própria *escrita*, em consonância com a constatação de que as formas de comunicação pré-colombianas são intensas, constantes e diversificadas, abrimos espaço para perceber e analisar tais manifestações sem nos arvorarmos num evolucionismo contraproducente. Este itinerário assim iniciado colabora para uma forte mudança de paradigmas, não só por evidenciar o caráter hegemônico da escrita grafológica sobre o continente americano — tópico este que abordaremos em detalhe —, como também por determinar a *escrita* como fundamento constituinte das ideias que embalsamaram os nossos conceitos mais sólidos sobre territorialidade e pertencimento, mobilizando assim uma série de transformações nas abordagens referentes às manifestações discursivas aqui produzidas, antes e depois da chegada do elemento europeu.

A escrita torna-se, dentro do universo colonial, um espaço dialógico no qual o conflito étnico se expressa através de suas fissuras. Na escrita do período, está presente não só o imperativo da conquista — manifesto em diversas nuances —, como também um lugar de reorganização do nativo diante do estabelecimento político colonizador. Observemos, diante do exposto, o exemplo utilizado por Cornejo-Polar (2003) para ilustrar a relação entre oralidade e escrita como emblema de uma diferença que opõe dois elementos em contato, originando a *heterogeneidade* como eixo distintivo dos escritos coloniais andinos. Segundo o

autor, o episódio em que o inca Atahualpa, acompanhado de um pequeno séquito de guardas reais e munido apenas de sua voz, é interpelado pelo padre Vicente Valverde e seu livro³, representado pela *Figura 1*, abaixo, num encontro que com fins diplomáticos resulta numa emboscada e conseqüente morte do Inca por Pizarro, é a chave, o *grau zero*, para compreendermos a relação de oposição entre dois modos distintos de expressão e característicos das desigualdades entre colonizador e nativo:

el punto en el cual la oralidad y la escritura no solamente marcan sus diferencias extremas, sino que hacen evidente su mutua ajenidad y su recíproca y agresiva repulsión. Ese punto de fricción total está en la historia y hasta – en la andina – tiene una fecha, unas circunstancias y unos personajes muy concretos. Aludo al “diálogo” entre el Inca Atahualpa y el padre Vicente Valverde, en Cajamarca, la tarde del sábado 16 de noviembre de 1532. (CORNEJO-POLAR, 2003. p. 20)

Embora o contraste proposto pelo crítico entre oralidade e escrita acentue uma distinção aparentemente inconciliável e colabore para o entendimento de que a hegemonia da escrita europeia sobre a oralidade indígena é um fato dado, favorecendo a compreensão equivocada de um domínio tecnológico superior, outras variáveis precisam ser ponderadas nestas primícias, no afã de considerar com maior rigor as complexidades envolvidas nos processos de enunciação e troca de espaços narrativos.

Figura 1 – Encontro entre Valverde e Atahualpa, marco primordial do choque entre escrita e oralidade nos Andes.



Fonte: Domínio Público. Disponível em: <<https://iif.wellcomecollection.org/image/V0035383/full/880%2C/0/default.jpg>>. Acessado em: 18 de abril de 2022.

³ Cumpre destacar que apesar de Cornejo-Polar afirmar que o livro carregado por Valverde era uma Bíblia (cf. CORNEJO-POLAR, 2003. p. 21.), Cárdenas (2017) aponta a existência de uma “discusión [...] para determinar qué libro portaba Valverde aquella trágica tarde. Según unos se trataba de un breviário y para otros de la *Suma*, del cardenal Tomás de Vio Cayetano. Lo que está fuera de discusión es que se trataba de un libro” (p. 165).

Em primeiro lugar, os mediadores na tradução da oralidade nativa para a escrita colonial estavam, em sua grande maioria, a serviço da coroa espanhola, quer por vontade própria ou, no caso dos indígenas que serviam como intérpretes, por imperativos de escravidão. A atuação do mediador intérprete, portanto, exercia um signo de força sobre a operação desencadeada a partir do contato dialógico oral. O espaço ocupado na elocução interpretativa delimitava os espaços de enunciação, favorecendo determinado contexto linguístico, a depender do exercício de poder localizado na negociação. Em outras palavras, um intérprete a serviço da coroa espanhola nada mais seria do que um reproduzidor do estatuto defendido e traçado pelo regulamento da instituição colonial, observando o *outro* nativo como um elemento a ser interpretado e falado segundo suas próprias elaborações narrativas. Da mesma maneira, um indígena que conta sua história ou as tradições de seu povo submetido a uma obrigatoriedade que pode lhe custar a vida ou lhe causar sérios agravos, tende a organizar uma narrativa adequada às expectativas do interlocutor, com o claro propósito de defender-se. Em ambos os casos, o traslado entre línguas acaba por realizar um trajeto no qual os resultados coincidem com um mesmo caminho, neste caso a escrita favorece a ânsia exercida pelo poder, ao ser alçada como ferramenta capaz de conduzir alegações de autoridade e registrar os êxitos no percurso delineado pelo domínio de novas terras (*cf.* QUISPE-AGNOLI, 2019. pp. 34 *et seq.*).

Não há dúvidas de que a mediação entre duas ou mais línguas é por si só um ponto a ser destacado. Primeiro por que a atualização de uma língua a ser traduzida para outra acaba desconsiderando, em muitos casos, a existência de regras distintas de organização morfossintática, semântica, fonética e expressões fraseológicas características de uma cosmovisão linguística cuja existência está relacionada diretamente com o ambiente na qual se insere. Isto sem considerarmos tratar-se do período colonial — onde os modernos problemas linguísticos da tradução sequer passeavam pelas mentes do período —, época na qual o intermédio entre línguas era realizado sob a égide de um frêmito religioso impositivo.

Sendo assim, para observar o traslado realizado entre a voz bramida pelo aparato fônico de um corpo estranho (*sem registro*) a uma pena guiada pelas mãos de um corpo hegemônico (*oficial*), faz-se necessário elencar as relações impressas pelo grau de poder estabelecido entre as partes. Desta maneira, o advento do poder na mediação da voz para a escrita determina o conteúdo da informação repassada como influi sobre a atuação dos enunciadores no ambiente discursivo. Isto posto, é possível verificar nos discursos elaborados durante a colonização, para além do material propriamente escrito e a partir da posição de

poder dos enunciadores, os vestígios das performances⁴ narrativas concebidas em determinados contextos.

A performance oral exercida pelo uso e leitura dos artefatos de escrita tomou parte como um instrumento importante na conquista de territórios pela oralidade, ao mesmo tempo que justificava a escravidão e o massacre pela não compreensão do exercício performático colonizador. O instrumento de posse elaborado exatamente com este fim, o *requerimiento*⁵, não admitia qualquer contestação:

Independientemente del consentimiento de los autóctonos, la conquista se realiza a través del simple acto de enunciar el texto del requerimiento. Para justificar la manifestación de tamaña autoridad, el documento subraya su genealogía nada menos que divina. Después de dejar sentado que ‘Dios nuestro señor Uno y Eterno’ encargó el gobierno de toda la humanidad a San Pedro y sus sucesores. (LIENHARD, 1990. p. 31)

Ou seja, à vista de um novo território já ocupado, o conquistador estabelecia um contato floreado, utilizando como recurso fictício uma autoproclamação de posse juramentada pela fé inabalável na escrita e na representação do papel como um instrumento de poder, instituído pela fé religiosa e sacramentado pelo exercício incontestável do domínio imperial, afixando como dever punitivo a recusa tal qual um ato de rebeldia à sacralidade da performance (*cf.* QUISPE-AGNOLI, *op. cit.* p. 34).

Assim, o procedimento nominalista europeu de classificar o *novo* segundo sua própria visão de mundo obedece a um percurso de atuação que resulta na organização do território de acordo com o próprio arranjo peninsular, criando e estabelecendo uma redoma onde o que está fora permanecerá isolado daquilo que está dentro do sistema qualificativo colonial. A diferença, portanto, é instituída mediante atuações orais, concatenadas e legitimadas a partir da escrita como artefato eficiente no estabelecimento de uma memória *oficial*. Como resultado, a escrita organiza, ordena e constrói o espaço narrativo e virtual do continente, colaborando, antecipadamente, para a sua própria materialidade desde seus dispositivos discursivos. Esta materialidade, que discutiremos mais adiante, será responsável por consagrar a formação das cidades coloniais e o desenho de seu espaço urbano, tanto arquitetônico como literário.

A capacidade de organizar o uso da comunicação oral como força de ordem através da escrita orientou as relações verticalizadas estabelecidas nos primórdios americanos.

⁴ Lienhard (1990), amparado pelos estudos linguísticos de Austin (1962), utiliza amplamente o termo *performance discursiva* para dar conta da escrita como instrumento essencial na dinâmica da conquista, ao passo que a eleva ao estatuto de entidade que orienta as primeiras negociações e estabelece os primeiros regimentos que doravante constituirão os regimes coloniais. *cf.* LIENHARD, 1990. pp. 29 *et seq.*

⁵ *cf.*, para leitura e análise do requerimento escrito por Juan López de Palacios Rubios, em 1512, DONAT, 1999.

Assim, o elemento nativo, embora, em muitos casos, dispusesse de estruturas organizadas capazes de assimilar e ordenar a própria história de seu povo, não prevaleceu na articulação de melhores condições às populações oriundas destas terras. Conseqüentemente, a absorção da escrita do colonizador como forma de encadear elementos narrativos capazes de inserir o próprio indígena dentro da estrutura colonial foram amplamente utilizados nas traduções de autores mestiços e americanos étnicos.

Filhos mestiços das gentes que ocupavam o espaço agora comum a várias etnias, marginalizados política e socialmente durante a época em que viveram, sem pertencimento claro, incrustados num presente mal definido, saudosos de um passado usurpado que sequer conheceram bem. Tais escritores lançaram pérolas para a historiografia hispano-americana, como para os estudos literários, pois expressavam através de suas narrativas as contradições, os entre-lugares e o sentimento esgarçado de pertencimento a um território forçado aos gritos. Destes autores, se destacam Felipe Guamán Poma de Ayala (1534-1615), responsável pela obra *Primer nueva corónica y buen gobierno* (1615) e o Inca Garcilaso de la Vega (1539-1616), responsável pela escrita da obra *Comentarios reales de los incas* (1609), sobretudo por ancorarem nos seus escritos uma constelação de elementos simbólicos capazes de traduzir diretamente as minúcias do sistema colonial. A bibliografia a este respeito é extensa e variada⁶.

Por outro lado, sem qualquer requisito próprio que garantisse a *veracidad* das narrativas, a falta de escrita grafológica contribuía para a compreensão de que o indígena não ordenava os seus pensamentos em favor de sua própria história. A *desordem* observada pelos primeiros cronistas repousava na incapacidade da oralidade como forma de encadear organizadamente a história mítica dos próprios indígenas, alimentada pela incompreensão de seus objetos de memória. Na sua *Relación de las antigüedades de los indios* (1498), o frei Ramón Pané destacou da seguinte forma:

Y puesto que ellos no tienen escritura ni letras, no pueden dar buena conta de cómo han oído esto de sus antepasados, y por eso no concuerdan en lo que dicen, ni aun si puede escribir ordenadamente lo que refieren. (PANÉ, 1974. p. 24)

Em outra passagem de sua relação, o frei destaca a sua dificuldade em coletar informações acerca dos costumes dos Taínos, quase como um pedido de desculpas por não se fazer entender em sua transcrição:

[...] no saben contar bien tales fábulas, ni yo puedo escribirlas bien. Por lo cual, creo que pongo primero lo que debiera ser último y lo último primero.

⁶ cf., para melhores informações acerca dos dois autores e suas respectivas obras, ADORNO, 1991; CHUECA, 2012. cf. também, para uma visão panorâmica e abrangente, CORTÉS; ZAMORA, 2016.

Pero todo lo que escribo así lo narran ellos, como lo escribo, y así lo pongo como he entendido de los del país. (*Ibid.*, p. 26)

José de Acosta (1540-1600), por seu turno, na obra *Historia natural y moral de las Índias* (1590), além de deixar claro, no grafismo de seus escritos e na opinião de seus relatos, a hierarquia étnica presente entre a ausência de uma *escrita* indígena e a *Escrita Sagrada* do povo cristão, relata a notável capacidade dos gentios em preservar seus relatos históricos através da oralidade:

Cómo se hayan sabido los sucesos y hechos antiguos de indios, no teniendo ellos escritura como nosotros, en la misma Historia se dirá, pues no es pequenã parte de sus habilidades haber podido y sabido conservar sus antiguallas, sin usar ni tener letras algunas. (ACOSTA, 1954. p. 4)

Apesar disso e de todas as periféricas considerações a respeito das capacidades orais e icônicas dos indígenas no registro de seus relatos e preservação de suas histórias, ritos e costumes, para ambos os autores não há evidência maior da idolatria e incapacidade de organizar-se civilizadamente que a falta de escrita na elaboração de um discurso histórico que garantisse a verdade dos relatos.

Figura 2 – *Khipu* incaico nas mãos de um *khipu kamayuq*. Instrumento de contabilidade e, mais recentemente, considerado como objeto de registro narrativo.



Fonte: J. Paul Getty Museum. In: SETLAK, M.; MOSCOVICH, V.; HYLAND, S. *Quipus and quipucamayoc. Codificación and administración in ancient Perú*. Ernst & Young Consultores, 2020. p. 87.

Desta maneira, por não corresponderem à performance discursiva do conquistador

e por não possuírem registros legitimados por uma ideia de história que passasse necessariamente pela orientação de uma escrita grafológica, os nativos, por razões de controle político e religioso, tiveram seus artefatos de registro completamente destruídos. Seus objetos de memória foram vilipendiados e tiveram seu uso completamente proibido e desestimulado pela coroa espanhola.

No Terceiro Concílio Limense, de 1583, a normativa evangelizadora estava completamente direcionada a evitar a idolatria entre os indígenas e desencorajar seus costumes e práticas ancestrais, na mesma medida em que pugnava pela ordem e pelo evangelho como bens supremos para todos aqueles submetidos à coroa. A igreja, por sua parte, deu os primeiros passos para converter o quipo inca (retratado na *Figura 2*) em objeto perseguido pelas campanhas de extirpação de idolatrias com o objetivo de provocar sua completa extinção (*cf.* CUBA, 2015. p. 24). Contudo, o processo de destronamento da oralidade e vias de comunicação indígena já havia começado por meio de leis e deferimentos oficiais há algum tempo, ou seja, a escrita constrói o seu próprio oratório na mesma medida que relega, através de suas orações juramentadas, um espaço diminuto, de marginalização à oralidade, criminalizando o uso de seus diversos veículos ancestrais. O período compreendido entre 1569 e 1581, em que o Vice-reinado de Lima estava nas mãos de Francisco de Toledo (1515-1584), foi caracterizado pelo ímpeto ideológico fervoroso na perseguição e veto das práticas tradicionais indígenas, como também pela absorção e reformulação destas práticas e objetos a fim de consolidar ainda mais o poder imperial. Acerca do referido e sua postura com relação aos indígenas:

Las acciones toledanas intervinieron en prácticamente todos esos lenguajes y sistemas. Las políticas de instalación y consolidación del estado colonial español en los Andes pasaron por desarrollar intensas campañas contra ellos y sus posibilidades comunicacionales, así como por la apropiación de sus narrativas para inscribirlas dentro de nuevos textos – básicamente escritos o visuales, pero también orales – sometidos ahora a los parámetros cristianos europeos; entre ellos se destacan el sometimiento a la lógica de una única verdad y su ordenación temporal en una secuencia lineal. (MARTINEZ, 2012. p. 176)

Assim, a luta pelo espaço de representação colonial se tratava, sobremaneira, de uma disputa de poder caracterizada pelo domínio dos espaços de enunciação narrativa. Verifica-se, portanto, um paulatino processo de sobreposição guiado por uma orientação ideológica que se poderia ser veiculado a partir das normativas expressas pela enunciação linguística textual. Desta maneira, o silêncio era imposto institucionalmente e a escrita caminhava por consolidar a sua própria expressão de poder ao passo que os conflitos internos se enfraqueciam e as colônias vigoravam politicamente. O que, efetivamente, em sua

sentença, Cornejo-Polar (2003) classifica como o ponto de inflexão máximo entre duas formas distintas de operação de imaginários, nada mais seria do que um episódio a mais na profunda trama e constante disputa de espaço para ajuizamento dos territórios ocupados pelos diversos povos e etnias em negociação. Sem dúvida, um processo que reverbera até os dias atuais, salvaguardando os espaços citadinos e delimitando as fronteiras de atuações dos agentes modernos, depositários dos processos coloniais de outrora.

Portanto, a premissa de que uma oposição clara e estável entre escrita europeia e oralidades indígenas toma parte como evento principal na disputa dos territórios conquistados entre os atores coloniais, sofre sério risco de desconsiderar a enorme e complexa variedade de sistemas de comunicação e registro utilizados pelos índios, como também sua participação ativa e decisiva na tentativa de manutenção de seus costumes. Os resultados desta contenda são claros. As cidades coloniais passaram a ser instituídas a partir de um rigor administrativo determinado pelo uso da letra como elemento principal de sua organização burocrática. Contudo, apesar do crescente espaço conquistado pela escrita, reflexo do êxito colonizador, a oralidade em conjunto com outras diversas formas de representar a realidade do nativo, oriundas do passado andino, não deixou de ser considerada e utilizada, aparecendo tanto nas descrições dos cronistas, como expressas nas apropriações dos *criollos* letrados, apesar do menoscabo secular de suas tradições. A própria existência desta diversidade no construto social das urbes coloniais oferece dados consistentes de uma hegemonia que a todo momento está em prova. As periferias, a rotunda pobreza e a necessidade de sustentação de um simulacro de elite cortesã manifestam a existência contumaz de vidas apagadas, expressões idiomáticas perseguidas e manifestações culturais constantemente em processo de assédio que, todavia, assediam com sua presença indesejada, embora necessária, os alicerces do poder constituído.

Com o estabelecimento da *escrita* como única ferramenta legitimada pelos europeus para registrar a história oficial do experimento conquistador, as formas narrativas capazes de dar conta do continente e do encontro entre povos aqui instituído, a partir dos auspícios do século XV, foram severamente reduzidas até, em muitos casos, deixarem de existir por completo. O uso de aparatos de comunicação alternativos aos meios impostos foi intensamente desencorajado.

Não é difícil notar, neste ponto, que a escrita — longe de ser um recurso ingênuo, para fins recreativos ou de aproveitamento particular —, cumpriu um papel fundamental no estabelecimento do sistema colonial, pois o registrou, o celebrou e o serviu burocraticamente, delimitando a formação dos primeiros povoados, organizando o comércio das primeiras

feitorias e estabelecendo sistemas educativos capazes de distanciar os indígenas de sua própria cultura, os colocando a serviço da coroa espanhola. O papel e o tinteiro também serviram para designar governadores, prefeitos e intendentess, da mesma maneira que continuaram, até muito tempo depois dos primeiros anos após os desembarques, servindo para a reclamação de novas terras.

A letra foi o suporte no qual se inscreveu a tradição de superioridade da cultura europeia sobre os gentios. A performance enunciativa não provinha de uma prática simplória. O pomposo soldado que lia o documento escrito carregava consigo os artifícios expansionistas da fé religiosa, como também a sabedoria grandiloquente que denunciava a não-adesão do outro como etapa de um rito de conquista necessário (quase purificador), mesmo sabendo que a incompreensão era um fato dado pela distância linguística. Está claro que tal enredo ampara-se sobre a antiguidade e sacralidade de textos fundamentais da cultura ocidental:

A partir de Aristoteles (“lo perfecto debe imperar y dominar sobre lo imperfecto, lo excelente sobre su contrario”; *Op. cit.* p. 83), o de la Escritura (“porque escrito está en el libro de los Proverbios: El que es necio servirá al sabio”; p. 85), concluye: “con perfecto derecho los españoles imperan sobre estos bárbaros del Nuevo Mundo e islas adyacentes, los cuales en prudencia, ingenio, virtud y humanidad son tan inferiores a los españoles como niños a los adultos y las mujeres a los varones (!), habiendo entre ellos tanta diferencia como la que va de gentes fieras y crueles a gentes clementísimas. (DUSSEL, 1994. p. 72, nota 13.)

Aos espanhóis do período o empreendimento da colonização não passou de uma missão civilizadora, um ato mesmo de bondade emancipatória para com os bárbaros que habitavam o éden em pecado, da mesma maneira a violência nada mais era do que um instrumento legítimo para a depuração espiritual na busca pela doutrinação dos gentios. O resultado não mais do que satisfatório e convincente passava pela sujeição dos indígenas e a docilidade alcançada era comemorada como indício de conquista civilizatória.

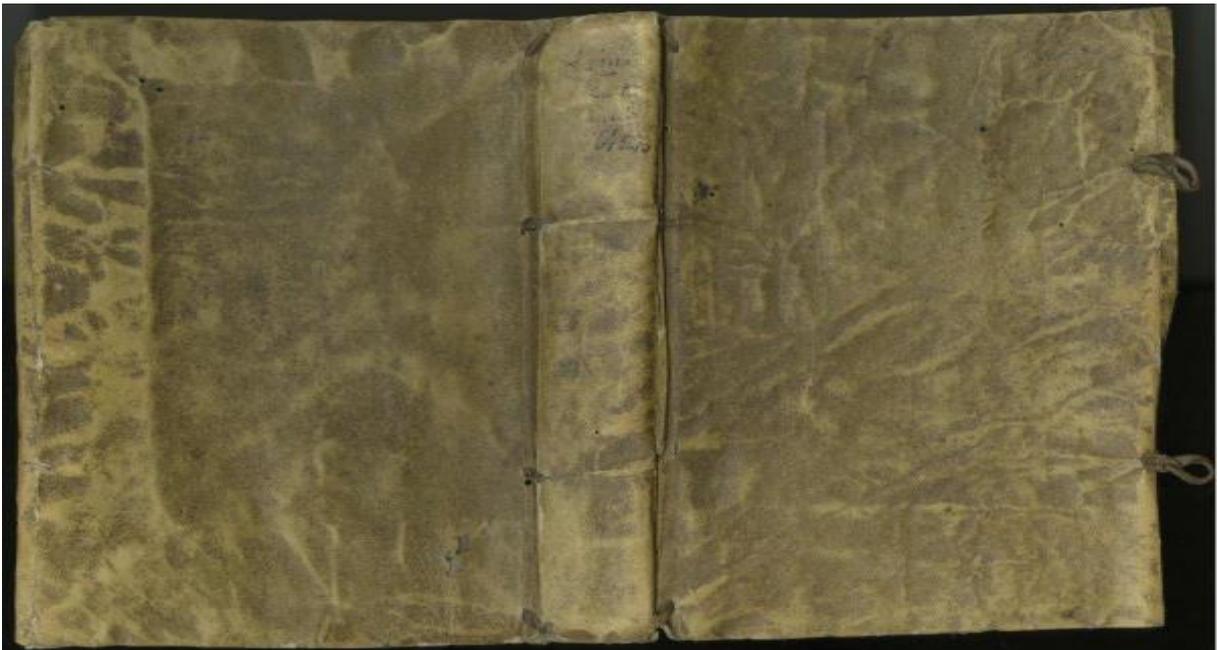
Doravante, este percurso nos conduzirá a avaliar as condições de enunciação de uma identidade própria, forjada a partir destes elementos, como também será possível verificar dentro das minúcias enunciativas, levadas a cabo por suas relações contextuais, as vozes e características presentes nos discursos provenientes destas expressões que ganham seus maiores emblemas quando, efetivamente, os esforços realizados para o estabelecimento do projeto colonizador são alcançados e se realizam no alvorecer das cidades, na complexidade que estas ganham a partir de suas organizações burocráticas, sofisticação dos dispositivos institucionais e nas peculiaridades que estes alcançam quando são transportados dos primeiros papéis, como o de Juan López de Palacios Rubios (1450-1524), à

materialização das experiências forenses e constitucionais da arquitetura urbana do regime. Na medida que o espaço conflitivo se conforma dentro de uma aparente estabilidade, a escrita pode então descansar suas armas pois os muros dos centros urbanos, cada vez maiores e mais guarnecidos, a protegem e coroam sua vitória. Neste descanso, ofertado por um apogeu comercial sem precedentes e uma cultura social marcada pelas extravagâncias e contradições do barroco, os escritores e seus escritos vão absorvendo sutilezas próprias do período urbano; gradações e tonalidades que enriquecem e marcam profundamente a escrita e a consagram como expressão definitiva do *ethos* colonial.

3 FORMAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS HISPANOAMERICANAS

Imaginemos um livro de capa empoeirada (*Figura 3*), deitado sobre uma grossa prateleira de algaroba⁷, o couro curtido bem preservado apesar de desbotado, revelando a ação do tempo. Com esta imagem em mente, verificamos que um dia sua cor reluziu fortemente sob a luz de uma lamparina, diante de um senhor cuja face não conseguimos discernir. Observo o tinteiro e a faca de amolar a pena. Penso no suor e nas manchas que provocaram os borrões, ao se deitarem sobre o texto. Possivelmente, num momento de cansaço, este homem deve ter parado para observar uma janela, acompanhado — provavelmente, penso eu — de uma caneca de *hierba del Paraguay*⁸, ou — de meu ponto de vista tanto mais representativo — um cigarro feito à mão. O olhar que este homem dirige à cidade, hipoteticamente, vê Lima, capital do Vice-reino do Peru.

Figura 3 – Capa de couro do manuscrito do Diário de Lima, hoje pertencente à Universidade de Indiana.



Fonte: Red Investiga. Disponível em: <[http://www.alfredoalvar-estudiosdediariosymemorias.es/resultados-cientificos/2/DiariodeLima\(1640-1694\)deMugaburuporJouv%C3%A9](http://www.alfredoalvar-estudiosdediariosymemorias.es/resultados-cientificos/2/DiariodeLima(1640-1694)deMugaburuporJouv%C3%A9)>. Acessado em: 18 de abril de 2022.

O corpo que debruçado sobre a janela lança o olhar para a cidade, a vê e é lembrado porque a registra na letra. Posso intuir, filho de um século jovem, que este homem jamais imaginara ter seu diário publicado em 1917, tampouco o imaginaria disputado por egrégios colecionadores. Para aqueles que leem, a proposta da escrita é tanto incerta como

⁷ Árvore de origem Peruana. Especialmente significativa na metáfora que nos toca, por sua presença incontestante no semiárido Pernambucano. Suas condições físicas apresentam a capacidade de prosperar em ambientes de rigor climático. Primeiro introduzida no município de Serra Talhada, por sua resistência à seca, alta taxa de crescimento em condições adversas e qualidade da madeira, ficou conhecida como “árvore mágica”.

⁸ *Ilex paraguariensis*, conhecida como “erva dos jesuítas”, já era plantada no vice-reino durante o séc. XVII.

fascinante. O autor do diário que nos ocupa observava uma cidade que antes de ser instituída hierarquicamente sob o signo de orientações imperiais era um espaço urbano destinado a vida de outra população, menos heterogênea (cf. MAZURÉ, 2011. pp. 25-26). O significado de *cidade*, após o advento da conquista, consubstancia uma ordem de valores que interagem diretamente com a relação expressa pelo contato.

Antes, a nomenclatura servira tão somente para definir as concentrações urbanas relativas ao espaço citadino europeu. Cidadãos eram, por antonomásia, habitantes das cidades da península e seus congêneres. Diferente do que acontecera com os burgos do velho mundo, originados num passado remoto a partir de um crescimento orgânico (contornados por lendas fundacionais assentadas na memória de seus habitantes), sem a existência de um desenho previamente elaborado, os núcleos mais expressivos da América espanhola nasceram balizados por um plano ideológico antes mesmo de serem habitados:

like mechanisms, from without, as when the headquarters of a lieutenant became those of a governor, or were erected into an *audiencia* or a bishopric. “The New World city is provisional; it has “no penates or prytaneum, for it does not live in the memory of its sons. (MORSE, 1962. p. 321)

Por isso, possuem algumas singularidades e relacionam-se com um novo modo de produção econômica e uma nova forma de concepção de mundo, ocasionados diretamente pela consolidação do comércio mercantil burguês e pelos resultados da expansão marítima europeia:

La ciudad fue, pues, no sólo la forma de vida adoptada por las nuevas sociedades que se constituían, sino que demostró ser el más activo instrumento de cambio del sistema de relaciones económicas y sociales. Y no sólo eso. El mercado que congregaba a vendedores y compradores se convirtió en un foro en el que los miembros de la nueva sociedad comenzaron a dialogar, a cambiar opiniones, a uniformar actitudes a partir de la crítica del comportamiento ajeno, a elaborar normas e ideas, a delinear proyectos. (ROMERO, 2001. p. 24)

Em concordância com este processo, para além do território propriamente dito, a tomada de posse se espraiou de maneira ideológica e intelectual. Maior do que as posses assumidas nos primórdios dos primeiros contatos, o conhecimento das extensas dimensões promoveu um alcance mais aguçado sobre as fronteiras que doravante delimitariam o projeto de expansão conquistadora. Assim, sem conhecê-la propriamente se não por uma ideia ainda enevoada, a América foi repartida e delimitada pelos espanhóis, organizados diante do direito divino que lhes assegurava a posse unânime do espaço em voga.

Dessa forma, em suas origens, as novas cidades americanas possuíam um vínculo indissociável com a arquitetura econômica que vigorava na Europa em fins do século XV, conformando a necessidade de expansão como um dos valores principais do seu caráter

orquestrado. Multiplicar os lucros e fortalecer rotas comerciais eram objetivos já consagrados pela burguesia europeia, do mesmo modo a ampliação e conquista de novos mercados. Expediente que podemos sintetizar pela sede aguçada causada pelos produtos estrangeiros advindos do comércio com a Ásia, responsáveis por avivar o interesse em consolidar novas rotas comerciais e aquecer sugestivas ideias sobre a natureza de produtos tão exóticos. Desta maneira, as cidades, nas mãos de ricos comerciantes, funcionaram como instrumentos necessários à consolidação da empresa expansionista e administração de seus frutos.

Tudo isso fez com que a cidade fosse o núcleo irradiador do processo expansivo. Desde precárias formações defensivas e portuárias, a potencialidade do processo colonizador caminhava por definir seu alcance na realidade objetiva, sustentada pela extrema necessidade de estabelecimento de um comércio ativo de mercadorias, os centros urbanos desempenharam um papel de suma importância na consolidação do projeto imperialista. Fundamentalmente, o motor que conduziu e orientou tão célere desempenho construtivo foi a exigência de viabilizar condições imediatas para o transporte e tráfico de produtos advindos da posse do novo território. Desta maneira, a proximidade dos novos assentamentos a territórios já explorados pelos indígenas, a disposição de mão-de-obra e a imediação com vias que favorecessem o rápido escoamento dos artigos foram critérios inalienáveis para a escolha dos espaços habitáveis:

Para los conquistadores españoles, los criterios básicos de localización para la fundación de una ciudad debían pasar habitualmente por la localización geográfica y los accesos a la ciudad (proximidad de una salida portuaria); la dominación de un territorio más o menos extenso; la existencia de ciudades indígenas o de distritos con densa población susceptible de ser utilizada como mano de obra; el acceso al agua potable y a materiales de construcción; la cercanía de tierras cultivables y boscosas, para atender al abastecimiento y tener combustible; un clima agradable y, por lo regular, un sitio bien defendible a nivel militar. (CAMAÑES, 2004. p. 23)

A preferência por locais aplainados e amplos facilitava o desenvolvimento de núcleos urbanos projetados. Enquanto na Europa, em muitos casos, a cidade se desenvolvia em torno de um castelo feudal, ou se desenrolava como ponto de apoio a catedrais, na América Hispânica o ponto central de edificação do processo urbano concentrava-se na praça e, posterior a escolha do seu lugar, definia-se um traçado de sua expansão,orquestrando assim a devida ocupação das instituições em cada parte segundo sua importância. Desta maneira, prefeituras, igrejas, cadeias e sedes de governo eram meticulosamente erigidas a partir de escolhas previamente estabelecidas:

Cuando no estaba construida sobre ruinas indígenas, la planta de las ciudades semejava un tablero de ajedrez ordinariamente orientado de norte a sur, dividiéndose cada cuadra o manzana por líneas cortadas perpendicularmente

y formando cuatro solares; la importancia en la concesión de estos solares dependía de su mayor o menor cercanía a la plaza principal. La ciudad era puesta bajo la advocación de algún santo o santa; se redactaba un acta de su fundación; con el tiempo resultaba pidiendo y pagando los títulos de “noble” y “leal”, u otro análogo con su respectivo escudo de armas; las calles, tiradas a cordel, por lo menos teóricamente; numerosos conventos, monasterios e iglesias; la plaza, cuando no en el desembarcadero de los puertos, al centro de la ciudad, en forma de cuadrado prolongado. (BASADRE, 2009. p. 10)

Isto é, a conquista fez emergir dentro de um amplo território continental estruturas urbanas capazes de satisfazer um dinamismo comercial expreso na aglutinação de cidades relativamente próximas, aptas a direcionar e intercambiar as suas técnicas e recursos de abastecimento e autossuficiência, pontuadas por um forte caráter planejado capaz de atingir os propósitos assinalados por seus idealizadores. Ou seja, a distribuição do espaço urbano colonial está diretamente relacionada à administração dos recursos obtidos em seu entorno e comercializados entre as cidades vizinhas. Esta ordem de fatores só foi possível através de uma orquestração política notável por sua articulação burocrática e racionalizadora.

A racionalidade concebe a cidade colonial, nela vive e se ambienta, com a divisão do trabalho que proporciona e as experimentações simbólicas que concatena no seio de suas oposições hierárquicas. Torna-se ela mesma fruto da especialização e, portanto, é em si especializada. São núcleos catalisadores da vida social e política onde se acumulam não apenas os ricos aluviões de seu sustento como também os conhecimentos necessários à articulação de seus excedentes e manutenção de suas atividades sociais, técnicas arquitetônicas complexas e as obras públicas.

Henri Lefebvre (1901-1991), aplicando uma perspectiva marxista a sua análise — e embora escrevendo sobre um recorte posterior ao que nos interessa tratar —, observa a cidade burguesa (anterior à cidade industrial) como uma *obra* cujo mérito principal reside no seu valor de uso e constitui-se, à primeira vista, como ambiente que busca satisfazer o usufruto dos seus habitantes, cedendo lugar, na medida em que se racionaliza (ao receber influxos do capital), a ambientes cujo propósito claro é o acúmulo e a produção de bens. Sua análise é pertinente na medida em que avaliamos como mote precursor a relação expressa no binômio rural e urbano, de maneira que a *cidade*⁹ representa uma oposição ao campo como lugar que engloba um dinamismo intelectual em oposição a manutenção de tradições deste último:

A cidade incumbe o trabalho intelectual: funções de organização e de direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências). A totalidade se divide; instauram-se separações,

⁹ Sempre em itálico quando em alusão ao amplo conceito de cidade, ou a sua acepção de forma genérica. Os demais usos carregam consigo indicação de seu contexto.

inclusive a separação entre a *Physis* e o *Logos*, entre a teoria e a prática e, na prática, as separações entre *praxis* (ação sobre os grupos humanos), *poiesis* (criação de obras), *techné* (atividade armada com técnicas e orientada para os produtos). O campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se alastrem de atividades reais. (LEFEBVRE, 2001. p. 36)

Assim, podemos compreender as *idades* — formações do espaço construído e ocupado por cidadãos — como expressão de um processo de continuidade, representantes de uma etapa no caminho desencadeado pela sofisticação das relações políticas, sociais e econômicas. Ou, como diria Spengler (1973): “são os estados extremos, mais artificiosos, que uma espécie superior de homens é capaz de atingir” (p. 47). Funcionam, neste sentido, como elementos catalisadores das cosmovisões antes dispersas pelo mundo, concentrando sua força de permanência na capacidade de institucionalizar o comércio, a religião e a vida política de seu povo. O espaço urbano torna-se, portanto, centro cronológico da totalidade dos eventos humanos, isto é, assinala o tempo da nova história civil (cf. BENEVOLO, 1997. p. 26).

A *idade*, como observa Spengler e confirma Lefebvre, é uma espécie de entidade simbólica capaz de captar as formas sensíveis e primeiras, provenientes de aglomerados humanos difusos (notadamente rurais), as absorvendo, concentrando, destruindo e remodelando:

[O campo é] um lugar de produção e de obras. A produção agrícola faz nascer produtos; a paisagem é uma obra. Esta obra emerge de uma terra lentamente modelada, originariamente ligada aos grupos que a ocupam através de uma recíproca sacralização que é a seguir profanada pela cidade e pela vida urbana (que captam essa sacralização, condensam-na e depois a dissolvem no transcorrer das épocas, absorvendo-a na racionalidade). (LEFEBVRE, *op. cit.* p. 73)

Desta maneira, a produção agrícola nos centros urbanos, agora aglutinada na arrecadação de impostos, para além da alimentação populacional, mantém as atividades das classes dominantes (sacerdotais ou seculares) — necessárias à administração urbana — orientadas ao aprimoramento de técnicas capazes de aumentar os seus próprios excedentes. Os recursos fundamentais à sua manutenção são provenientes do campo e o preço destinado a seu aperfeiçoamento, não raro, é exorbitante, por uma parte devido aos altos custos da intrincada burocracia essencial para o desenvolvimento de um governo centralizador e eficiente, por outra pelos imensos dividendos endereçados a manter as relações de obediência entre cidades filiais, aquelas destinados à produção de víveres, e matrizes, responsáveis por concentrar os expedientes institucionais e de controle. Outrossim, à medida em que sua expansão provoca os seus próprios limites na escassez de recursos, os impostos passam a assumir a finalidade de financiamento dos intermináveis conflitos bélicos a que estão sempre submetidas, do mesmo

modo em que serviam para aprimorar mecanismos de policiamento e repressão às revoltas internas:

la ciudad drena la casi totalidad de las rentas, porque, transformadas éstas en dinero — por lo menos en considerable proporción —, la ciudad lo absorbe, bajo forma de impuestos — incluso todavía pagados en especies—, con los que se retribuye a burócratas, militares, servidores de la Corte, profesionales liberales, etc., o lo recibe en concepto de derechos señoriales, laicos o eclesiásticos, y otras cargas que se administran fuera del medio rural. Las riquezas producidas se concentran, en proporción muy elevada, dentro del ámbito urbano. (MARAVALL, 1975. p. 231)

Portanto, podemos sintetizar esse estratagema em três índices fundamentais para compreensão da formação das cidades coloniais hispano-americanas, já que todos abordados fizeram parte de maneira acentuada para a consolidação do processo: *a)* centralização do poder citadino a partir de instrumentalização jurídica, planificação urbana e, por conseguinte, proeminência da técnica e do caráter planejado; *b)* atuação sistemática da burocracia; e *c)* interdependência entre matriz e metrópole, com maior relevo para as cidades vice-reais, representantes diretas do governo colonial, e predominância de uma cultura urbana, amparada pela drenagem de recursos, construída através do espólio da conquista e caracterizada pela mimetização da metrópole.

A primazia do *ethos* urbano consiste exatamente na fissura causada pelo pronunciamento da técnica em detrimento do *arcaísmo* campestre, pela consolidação de uma estrutura responsável por fornecer e produzir bens como resultado de uma operação racional de seus propósitos direcionados ao acúmulo de riquezas. Neste processo que chamamos aqui de *racionalidade*, explicitamos o esforço contundente em direcionar, através de instrumentalizações jurídicas e políticas amplas e diversificadas, os propósitos formativos das sociedades urbanas coloniais e o seu aproveitamento em benefício das matrizes europeias. Em outras palavras, a constituição das cidades coloniais hispano-americanas forma parte de um processo de racionalidade objetiva com rarefeita afeição às formas que anteriormente possibilitaram a sua constituição (*i.e.*, cidades orgânicas, agrupamentos urbanos rurais e urbes pré-colombianas) e agora lhe servem apenas de sustento. A este respeito, as leis contidas na *Ordenanza* de 1573 constituem um eloquente argumento do caráter planejado, objetivo e centralizador do projeto urbano colonial.

3.1 LA ORDENANZA de 1573 E A PLANIFICAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS

Ordem, palavra que talvez melhor sintetize o empreendimento da conquista, tanto por sua ambivalência em se tratando de sua aplicabilidade a um território de proporções colossais, como por seu propósito em busca de uma unidade e coesão de interesses, foi

amplamente utilizada nos primeiros séculos da penetração espanhola nos territórios das Américas e como tal visava harmonizar os anseios conflitantes da então “mentalidade conquistadora”, haja vista que para organização em torno de algum sentido ordenado faz-se necessário, fundamentalmente, um equilíbrio harmonioso entre as partes que compunham a totalidade do processo. Tanto assim que uma das grandes preocupações de Felipe II (1527-1598) era a de substituir o termo *conquista* por *pacificação*, revelando o propósito claro de arranjar as dispersas¹⁰ estruturas políticas que transitavam pela colônia com fins de estabilizar os poderes divergentes (cf. VAS MINGO, 1985. p. 84).

Um dos principais documentos que expressa esse desejo de ordem foi promulgado no dia 13 de junho de 1573 no bosque de Segóvia por Felipe II e compôs parte do livro II das *Ordenanzas de descubrimientos, nueva población y pacificación de las Indias*, publicado em 1576 no Real Monastério de São Lourenço do Escorial. A obra é composta por 148 capítulos, dos quais os 31 primeiros são dedicados inteiramente ao descobrimento, versando principalmente sobre o direito inalienável das audiências, vice-reis e governadores no despacho de licenças para ocupação e povoamento das terras já pacificadas, determinando as condições e circunstâncias sobre as quais deveriam ser permitidas ou negadas sob pena de morte¹¹ em caso de desobediência:

Ninguna persona, de qualquier estado y condición que sea, haga por su propia autoridad nuevo descubrimiento por mar ni por tierra ni entrada, nueva población, ni ranchería en lo que estuviere descubierto o descubriere sin licencia y provisión o de quien tuviere nuestro poder para la dar, so pena de muerte y de perdimiento de todos sus bienes para nuestra cámara; y mandamos a los nuestros Visorreyes, Audiencias y Gobernadores y otras justicias de las Indias que no den licencia para hazer nuevos descubrimientos sin enbiarnoslo primero a consultar y tener para ello primero licencia nuestra; pero permitimos que en lo que estuviere ya descubierto puedan dar licencia para hazer las poblaciones que conbengan, guardando la orden que en el hazerlas se manda guardar por las leyes de este libro con que de la población que se hiziere en lo descubierto luego nos enbien relación (FELIPE II, 1979. p. 489).

Os capítulos seguintes até o 42 tratam a respeito das recomendações para escolha de lugares próprios à habitação que devem, prioritariamente, obedecer a certos requisitos básicos com fins de preservar a integridade do espaço constituído. Recomenda-se, por exemplo, que os lugares muito próximos ao mar ou que possuam entradas e saídas de grande

¹⁰ Em 1569, Juan de Ovando (ca. 1530-1575), visitador do Conselho das Índias, preparou um catálogo das *ordenanzas* que estavam arquivadas no Conselho com a intenção de recopilar toda a ampla legislação que se encontrava até o momento dispersa e sem classificação. cf. ROJAS, 1994. p. 112.

¹¹ Em março de 1560, Juan Rodríguez Suárez (1510-1561), *alcalde* das minas de ouro de Pamplona, foi preso, julgado e condenado à morte. O réu deveria ser arrastado por um cavalo e ter seu corpo esquartejado e exposto pelas ruas da cidade de Santa Fe, em quatro partes. Seu delito foi ter fundado, dois anos antes, a cidade de Mérida sem licença para tal. cf. BREWER-CARÍAS. 2004. p. 12.

facilidade sejam evitados (exceto em casos de expressa necessidade para o comércio, transporte e defesa), para com isso impossibilitar o assédio marítimo de corsários ou as investidas terrestres de estrangeiros; orienta-se a fundação de vilas e cidades perto de lugares férteis e altos, nos quais seja viável semear e colher, habitados por índios a quem seja possível predicar o evangelho e gerir novas descobertas e expansões.

Os demais capítulos até a última parte, que dá início aos prolegômenos da pacificação, dedicam-se a organizar o cabedal de funcionários responsáveis por cada setor burocrático da cidade e orientar a construção dos centros urbanos segundo um plano diretor notável por suas especificidades. Assim avalizam condições para a investidura a cargos de governo, conselho e ofícios, o número de servidores e orientam o trabalho a ser realizado, da mesma maneira dispõem dos salários, da estrutura hierárquica e da obediência irrestrita às determinações da Coroa, recompensada com títulos nobiliárquicos, escravos, ferramentas e terras para cultivo, como também oferecem as diretrizes para a construção dos espaços ocupados:

[...] se haga la planta del lugar, repartiéndola por sus plazas calles y solares a cordel y regla comenzando desde la plaza maior y desde allí sacando las calles a las puertas y caminos principales, y dexando tanto compás abierto que, aunque la población vaya en gran creçimiento, se pueda siempre proseguir en la misma forma [...] La plaza maior de donde se a de comenzar la población, siendo en costa de mar, se deve hazer al desembarcadero del puerto; y siendo en lugar mediterráneo, en medio de la población la plaza; sea en quadro prolongada, que por lo menos tenga de largo una vez y media de su ancho, porque desta manera es mejor para las fiestas de a cavallo y cualesquiera otras que se hayan de hazer. (FELIPE II, 1979. p. 499)

Assim, o desenho elaborado antecipadamente, com vistas a uma tomada gradativa dos espaços ainda inalterados, definiria de maneira cabal a estruturação e conjunção do ambiente citadino e o modo de viver de seus habitantes. Tanto os assentamentos principais, como os núcleos menos representativos, obedeciam tacitamente a esta ordem de dilatação: o seu desenvolvimento estava circunscrito ao perímetro da *plaza mayor*, espaço simbólico que caracteriza tanto a centralidade do poder colonial, como o propósito marcado pelo caráter expansivo. A praça idealizada pelas *Ordenanzas* deveria ser o vetor sob o qual a cidade reuniria condições de se expandir, por este mesmo motivo deveria ela própria ser vasta, contornada pelos edifícios administrativos, públicos e eclesiásticos, afinal de contas, no interior de seu perímetro se realizariam os solenes festejos e celebrações destinados à glória do projeto colonial. Igualmente, soma-se à sua condição de centro irradiador urbano a sua qualidade de centralização comercial, em virtude de concentrar em seu contorno os blocos arquitetônicos de intenso trânsito populacional.

Isto é, depois de assinaladas as condições de viabilidade para ocupação dos espaços (disponibilidade de água, víveres, terras para plantio *etc.*), as diretrizes apontam para a estruturação do aparato burocrático, de regulamentação oficial e jurídica do espaço institucional, até a fundamentação do espaço físico. A atividade racionalizadora passa a contemplar o ideário em torno a ocupação, definindo as possibilidades e limites de atuação de seus representantes, como um organismo que assume proporções na disposição física do ambiente estruturado a partir dos edifícios e instalações urbanas. Nesse sentido, as condições que proporcionam a planificação das cidades coloniais estão diretamente relacionadas a uma ideia de ordem que perpassa os meandros da vida pública e cívica dos seus habitantes, colaborando para o fortalecimento do comércio e atingindo o seu objetivo na forma de leis condutivas que balizam o investimento na elaboração do programa colonizador.

Assim, o “sonho de uma ordem”, como afirma Rama (2015), vai tomando forma na padronização dos espaços públicos na medida em que o aparato burocrático colonial, representado por ambiciosos governantes e aspirantes a cargos de poder, atua conforme o modelo elaborado por Felipe II e Juan de Ovando:

Dura e gradualmente, tiveram de se adaptar a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, para a qual não era suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro, sonhado igualmente de forma planificada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais e religiosas, que se iriam impondo com crescente rigidez. (RAMA, 2015. p. 21)

Tal consciência racionalizadora repousa na habilidade política orquestrada pelo Conselho das Índias em reconhecer o momento como adequado para estabilizar os ânimos dominadores e equilibrar as tensões existentes entre os partidários da posse truculenta, essencialmente vinculados à ideia de guerra santa, e os defensores de uma abordagem exclusivamente evangelizadora. Ou seja, ademais de constituir um marco urbanístico notável na homogeneização dos aspectos relativos à construção de cidades e regulamentação do povoamento de novas terras, as *Ordenanzas* assumiam o compromisso claro, ao menos em sua aparência jurídica, de encerrar o caráter violento para dar espaço a um tratamento pacífico e ordenado com o intuito de oferecer maior segurança à manutenção dos territórios conquistados, consubstanciando os sentidos ético e religioso, até então dispersos, de modo a promover uma maior coesão entre o Estado e a Igreja no gerenciamento das posses:

Se puede afirmar, después de examinar detenidamente los documentos, que el espíritu de los asientos comprendidos entre los años 1573-1596 es eminentemente poblador. Tanto en las exenciones de tributos como en las atribuciones que se conceden a los capitulantes se pretende favorecer y regular ordenadamente la fundación de poblaciones. Por otra parte, igual que

en las ordenanzas, el núcleo de estos documentos lo componen los capítulos destinados a la población, en que de manera casi exhaustiva se pormenoriza el número de animales de cada especie que se han de llevar, metales, medicinas, utensilios de labor, ropas, etc. Capítulos importantes son los destinados a determinar el número de hombres que integrarán la expedición y que harán la población, etc. Como medidas de pacificación está la construcción de fortaleza en los lugares que se vayan poblando y la introducción de armas en la tierra. [...] son, a la vez, la cristalización de la “nueva política”, influida por un fuerte carácter ético-religioso, que aunaba la justicia y la moral cristiana con los intereses políticos y económicos. (VAS MINGO, *op. cit.* pp. 97-98).

Outro aspecto muito importante desse processo consiste no arcabouço ideológico que reúne a aplicação de ideais renascentistas a um projeto de implementação urbana instrumentalizado pela união de forças institucionais com vistas ao estabelecimento de padrões de comércio e cultivo em larga escala que se estabeleciam nas colônias espanholas a partir da conquista da América. Ou seja, o contorno que circunscreve o desenho das cidades e suas razões objetivas vão muito além da escolha de um lugar próprio e adequado para habitação, ou da importância de um ordenamento jurídico para garantia de posse e boa gerência das colônias. O que se destaca, e compartilha com a fundação prática das cidades grau de importância equivalente, é o espírito do Renascimento, assentado num período em que o resgate de um *pensamento* clássico correspondia a uma fixação das cortes europeias. Não por acaso, grande parte das *Ordenanzas* possui como principal característica uma clara vinculação aos ideais reticulados e categóricos dos antigos gregos e latinos, mormente Aristóteles (384-322 AEC) que aborda a cidade com particular interesse em sua obra *Política* [*Πολιτικά*], conclamando a *ordem* [*εὐταξία*] como fator indispensável à constituição da *pólis* [*πόλις*]:

Sua propriedade essencial é a suficiência de seus meios. Se uma cidade tiver poucos habitantes, pecará por penúria; se os tiver em excesso, poderá subsistir como nação, se contar com as coisas necessárias, mas já não será uma cidade. Com efeito, não se poderá estabelecer nela uma boa ordem. Que general de exército conseguiria comandar uma multidão excessiva? Que homem conseguiria fazer-se entender, a menos que tivesse os pulmões de um estentor? Portanto, a primeira condição para uma cidade é ter uma quantidade de habitantes tal que possa bastar para todas as suas funções e proporcionar todas as comodidades da vida cidadina. (ARISTÓTELES, 1998. pp. 497-498)

Ademais da notória influência aristotélica ao pensamento filosófico e político da Europa renascentista, o texto das *Ordenanzas* conserva, ainda, uma intimidade patente com o tratado romano *De Architectura* (ca. 30-20 AEC), de Marco Vitruvius Polião (ca. 70-15 AEC) que, por sua vez, influenciou a escrita do tratado renascentista *De Re Aedificatoria* (1443-1452), do genovês Leon Battista Alberti (1404-1472). A primeira, escrita em meados do

século I AEC, foi conservada e publicada em Roma, Florença e Veneza entre os anos de 1486 e 1511. A obra de Alberti assumiu formato de livro um ano antes do tratado vitruviano, em 1485. Ou seja, já eram conhecidas no momento em que surgem as primeiras admoestações para conquista, ocupação e povoamento de novos territórios e foram de fundamental importância para a consolidação de documentação jurídica mais sólida e abrangente¹².

A influência dessas obras atravessa todo o documento, excetuando-se as especificidades do caso americano, como o tratamento com os ditos *povos naturais*, e vão desde as recomendações para escolha do melhor lugar¹³ para edificação e assentamento, até as diretrizes mais técnicas do processo arquitetônico, como o traçado de ruas, praças e avenidas. No continente recém-descoberto, os espanhóis enxergaram a oportunidade de praticar os ditames expressos pelos tratados assinalados com vistas a construir no espaço urbano o ideal de civilidade concentrado pelos povos antigos e manifesto pelo legado dos períodos romano e helenístico. Se tratava, portanto, de aplicar a proeminência de um futuro abstrato aos métodos de um passado saudosista através de um eficiente concerto institucional entre igreja, exército e administração pública, orquestrado, sobretudo, pelas ideias de ordem, civilidade e redenção divina. Desta maneira, a cidade

poseía una identidad corporativa en el seno de un sistema imperial basado en la jerarquización de unidades urbanas y de poblados. La composición interna de la ciudad consistía en una serie de grupos étnicos y ocupacionales también entrelazados por enteros jerárquicos muy tenues. La unidad urbana era un microcosmos donde se reproducía el orden imperial y eclesiástico más amplio, y en el cual la responsabilidad de su buen funcionamiento no pesaba sobre las conciencias individuales, sino sobre el buen arbitrio de las élites burocráticas, latifundistas y eclesiásticas. (MORSE, 1990, p. 19)

A proibição da palavra *conquista* e sua substituição por *pacificação* possui, neste sentido, um valor axiomático tanto por marcar um período de transição entre a conquista heroica e o estabelecimento regular e institucionalizado, como por assentar uma ordem virtual onde antes reinava o caótico mundo indígena, habitado por sujeitos carentes de civilização. Desta maneira, o *índio* recebia sua identidade fragmentária abarcada pela classificação

¹² Cumpre destacar que anterior à *Ordenanza* de 1573 já existiam documentos e instruções esparsas que orientavam os colonizadores no tratamento com os indígenas e na fundação de cidades, vilas e assentamentos, como as *capitulaciones* — contratos celebrados entre a Coroa e particulares com instruções para a conquista e ocupação dos espaços conquistados — e outros ordenamentos descentralizados, entretanto apenas com a *pacificação* do território e estabelecimento das primeiras cidades nucleares, a jurisdição ficou mais robusta e ganhou um formato mais coeso, a exemplo das *Ordenanzas*, subjungando as dispersas orientações particulares antes empregadas. *cf.* STAVENHAGEN, 1988, p. 17.

¹³ De acordo com Vitruvius, uma boa maneira de escolher um lugar para estabelecimento de um povo é verificando, através de exame prévio, o fígado de animais que habitam uma área definida, para assim determinar a incidência de pestilências da água e dos ventos. Igualmente recomendado é que se evite os lugares próximo à pântanos e lagos, pelas mesmas razões presentes nas instruções do Conselho das Índias. *cf.* BREWER-CARÍAS, *op. cit.* p. 14.

ambígua dos critérios coloniais, sujeita à condição de indivíduo capaz de adquirir civilidade diante do privilégio de tornar-se um novo cristão. Se convertido e culturalmente dissolvido e assimilado, poderia gozar das *benesses* de ser um habitante do novo mundo e de suas recém-construídas cidades reticuladas, muitas das quais coroadas sobre os despojos e memórias de seus ancestrais. Trata-se, portanto,

de una paradójica humanización de la conquista americana. Ella entrañaba por un lado la sujeción voluntaria a un sistema racional, que, por otro, era heterónomo y exteriormente impuesto; ella suponía una nueva libertad subjetiva, pero al mismo tiempo suponía también la interiorización del terror como principio de subjetivación. (SUBIRATS, 1994. p. 59)

Logo, a nova consciência racional toma conta de organizar politicamente o vasto império que se constituía com as posses descobertas. Já não se reservava ao índio os princípios que conduziram as primeiras observações causadas pelo espanto dos contatos iniciais, tampouco restavam dúvidas quanto a dimensão das riquezas por estas terras ofertadas. A lacuna, portanto, a ser preenchida, e que inquietava a administração colonial, era a da padronização do comércio e do granjeio em larga escala, do dimensionamento do território e da classificação difusa de sua massa de humanos em torno de uma hierarquia rígida e programática. Atrás das transparentes cortinas da *ordenanza*, na qual um sistema organizado e pacificador surge como uma política de ordem manifesta pela necessidade de harmonia, ocultava-se amiúde o interesse pragmático em acurar os primados coloniais agora com outros matizes: o do estabelecimento, da segura ordem jurídica e do absoluto controle sobre o traslado comercial. A cidade, ao contar com uma orquestração jurídica e administrativa eficientes, capaz de oferecer controle e segurança de seu comércio, funcionaria como um loquaz instrumento para o fortalecimento deste propósito:

La política colonizadora, como ha señalado Domínguez Compañy, reúne a un mismo tiempo la obtención de riquezas, la población del territorio, el dominio de la tierra y la trasmisión de su civilización a través del instrumento evangelizador. En efecto, la fundación de una ciudad fue el punto de apoyo y de avance hacia nuevas exploraciones y conquistas. (CAMAÑES, *op. cit.* p. 27)

Neste sentido, a conquista ganha um corpo formado tanto por um caráter ideológico bem dimensionado — a força da cidade ideal amparada sobre a consciência de um espírito clássico e messiânico —, como por um propósito claro e dogmático, qual seja, a positiva lógica do controle cada vez mais forte e imperativo.

Contudo, a cidade constituída como se fosse obra exclusiva de uma cartilha, ignora a existência de seus habitantes, de seu entorno e de sua imanência própria que a movimenta, constrói e, deliberadamente, tenciona o estabelecimento das leis mais rigorosas. Por trás do

véu que envolve o aparente registro neutro do real presente no ordenamento jurídico, estão as ruas reticuladas, praças e seus habitantes nela inseridos, produzindo registros e vivenciando um universo de encontros próprios daquele período. Pedras e tijolos das primeiras edificações foram postos em conjunto entre os forasteiros e naturais. Nas paredes estão escritas essas memórias. Muitas cidades coloniais foram erguidas sobre a fundação de cidades nativas, numa persuasiva simbiose que revela muito do caráter singular das relações de contato. Outras, por seu turno, surgiram a partir de necessidades específicas, algumas não suportaram o passar dos anos e outras atingiram plenamente seu esplendor nas manifestações que outrora dignificavam sua população tão singular. Assim, pedra sobre pedra, uns sobre os outros, as malhas urbanas foram se formando. Europeus e nativos se reproduziam e seus filhos caminhavam pelas ruas das novas cidades, alguns às margens, outros ocupando espaços de relativo privilégio.

Estas cidades, as que se vivem e carregam consigo o estigma ora traumático, ora esplendoroso, proveniente de suas raízes conflitivas, proporcionam um sentido de permanência e favorecem uma dispersa noção de pertencimento, na percuciência dos símbolos que administram, à medida que se consolidam como ambiente capaz de proteger e confeccionar uma identidade aos seus habitantes. Desta forma, as figuras do estrangeiro, do selvagem, do cidadão, do índio, do *mestizo* e do camponês, depositárias do corolário colonial e participantes do imaginário construído, surgem como signos que delimitam o espaço interno e externo do seu construto social, na mesma medida em que se mesclam indistintamente em encontros tanto prestimosos como violentos. O policiamento e a necessidade por uma ordem cotidiana, em conjunto com a proteção constante de seus domínios na preservação de valores laicos e eclesiásticos, no caso das cidades coloniais hispano-americanas, são índices inerentes da complexa malha que compõe o seu substrato. Por outro lado, a vida que emerge e circula dentro e fora desta cidade apresenta-se aos olhos dos observadores, seus próprios habitantes, como um mosaico representativo das glórias da conquista e do intento de espelhar o modo de vida metropolitano, ao mesmo tempo em que expressa no seu cotidiano a rotina de suas próprias contradições.

3.2 A FORMAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS E O BARROCO DO SÉC. XVII

O estudo do projeto de colonização a que nos referimos, base na qual assenta-se a análise dos escritos produzidos durante o período colonial do século XVII, é iniciado, segundo nossa escolha metodológica, pelo marco da imposição escrita — símbolo representativo de uma burocracia que se consolidará como gérmen do fundamento material

das cidades — sobre a oralidade, elemento absorvido, deglutido e expresso na forma com que a cultura aqui produzida articula, doravante, sua relação com a racionalidade cidadina. É dizer, os binômios, as antíteses e negociações expressas pelas relações de contato através de marcos conceituais que abarcam as produções culturais, e são elas mesmas expressões sociais do corpo urbano que se desenvolve, fazem parte de um todo complexo que reúne simbolicamente elementos tão díspares quanto complementares e assumem um caráter marcado pelo notável intento de construir uma Europa fora da Europa.

Esta simbologia, presente no que convencionou-se chamar de “encontro entre dois mundos”, pode ser muito bem assinalada pela expressão de eventos singulares que tomaram forma nos primórdios do continente e revelam suas consequências na permanência de seus aspectos mais duradouros. À guisa de exemplo, o encontro entre Pizarro e Atahualpa — analisado no primeiro capítulo —, o *romance*, ou se melhor parece: a interação linguística, entre Hernán Cortés (1485-1547) e Malinche (*ca.* 1495-1527), a aguerrida façanha de Gonzalo Guerrero (1470-1536)¹⁴, ou mesmo o recente encontro entre os descendentes de Montezuma (*ca.* 1466-1520) e Cortés¹⁵, entre outros espetáculos particulares do real, para além de representarem cenas de um teatro vivenciado por nosso povo, assentam-se na história como elementos constitutivos de nossa formação e perpassam de maneira acentuada a cosmovisão de nosso espaço habitável, esquadrihados nos projetos alicerçados pelas cidades coloniais que serviram de palco para a contínua consolidação deste processo.

A configuração destes espaços urbanos, embora se pretenda uniforme, como pudemos observar nas diversas manifestações deste intento, através dos ordenamentos jurídicos refletidos na homogeneização dos espaços, conserva uma ideia que se *harmoniza* nas leis, mas está compelida à perpétua transformação de sua aplicabilidade prática, derivada das expressões específicas de seu entorno. Assim, o processo colonial estabelece uma clara tendência à desintegração de suas proposições, na medida em que invoca uma unidade na desunião, ou seja, o plano civilizatório aprofunda o pensamento instrumental na planificação das cidades e na reprodução da vida metropolitana, ao ponto de desenvolver uma lógica pragmática que ignora a própria contradição de sua existência. Assim, o artificial se naturaliza e a expressão da sociedade que progride nas urbes responde às sistemáticas diretrizes

¹⁴ Náufrago espanhol que optou por integrar-se completamente à vida dos Maias, repudiado pelos espanhóis, tornou-se chefe guerreiro entre os índios e morreu em batalha os defendendo. Conhecido como o “pai da mestiçagem” no México, uma série de estátuas e monumentos foram construídos em sua homenagem. *cf.*, BRAHAM, 2006. pp. 1-18.

¹⁵ Federico Acosta e Ascanio Pignatelli, respectivamente, se encontraram e trocaram medidas em 2019, em virtude do quingentésimo aniversário do primeiro encontro entre seus ancestrais, em 1519. O colóquio foi realizado na frente da Igreja de Jesus Nazareno, na Cidade do México, onde repousam os restos mortais de Hernán Cortés. *cf.*, BARRAGÁN, 2019.

ideológicas com seu próprio paradoxo existencial.

Isto deriva do fato de que as desigualdades estruturais, refletidas pela hierarquia proposta por organismos exógenos e expressa nos próprios dispositivos citadinos, aplicam a construção de um imaginário capaz de justificar a existência do próprio sistema como algo “natural”, próprio do destino realizado pela experiência do passado glorioso. Esta nova conformação do poderio colonial assumia um duplo eixo, uma vez que caminhava de mãos dadas com o que Subirats chama de “racionalização subjetiva”, responsável por inserir o novo homem americano, resultado das rugosidades da colonização, como um cidadão circunscrito a jurisdições que perfaziam sua vida pública (*cf. SUBIRATS, op. cit.*).

Podemos, neste sentido, assinalar que a fisionomia do projeto civilizatório colonial assume sua potência máxima na consolidação de valores simbólicos que totalizam a vida cotidiana na expressão persistente de seus caracteres civilizacionais, ofertados à disposição pela fé na administração pública e na gerência eclesiástica. Estas expressões possuem suas formas demarcadas pela organização dos edifícios públicos e suas constituições arquitetônicas, e carregam consigo a efígie de um controle político e social total, como também funcionam impondo os limites hierárquicos com fins de fortalecer a segregação, responsável por ordenar a população, facilitando assim as interconexões materiais e subjetivas que operam no sentido de assegurar o funcionamento da hierarquia em favor do bom funcionamento do próprio sistema.

Neste sentido, podemos orientar nossa reflexão, conduzindo o raciocínio de Lefebvre à análise do caso da América Hispânica, de modo que à produção do espaço urbano derivada da

producción del espacio abstracto puede añadirse la metaforización general que, aplicándose en la esfera histórica y acumulativa, las transfiere en este espacio donde la violencia se reviste de racionalidad y la racionalidad unificadora justifica la violencia. De tal modo que la homogeneización no aparece como tal sino a través de metáforas como el «consenso», la democracia parlamentaria, la hegemonía y la razón de Estado. O incluso el espíritu de empresa. A través de una retroalimentación muy particular, los intercambios entre el saber y el poder, entre el espacio y el discurso del poder, se multiplican y se regularizan. (LEFEBVRE, 2013. p. 320)

Neste sentido, na produção estratégica do espaço abstrato repousa a necessidade de estrutura que permita o estabelecimento, replicação e consolidação do próprio sistema que o gerou, ou seja, as proposições organizativas do Conselho das Índias apontam para uma arquitetura que, dilapidada na pedra dos edifícios, materializa as diversas expressões da vida social.

Dito de outra forma, o espaço geométrico que embora não seja homogêneo em sua

totalidade, possui por meta a produção de uma base ideológica que armazene em sua constituição a capacidade de gerar dispositivos sobre os quais a diferença é interpretada através de uma única dimensão socialmente produzida e juridicamente aceita. Essa disposição favorece o que Lefebvre chama de “lógica da visualização”, segundo a qual o sujeito submetido à um ordenamento do espaço abstrato está diante de uma representação que o compele à minimização de seus demais sentidos, em favor da aceitação de um pertencimento cambaleante que atravessa sua existência particular na primazia da vivência urbana:

Tengamos muy presente que esos espacios poseen un carácter visual cada vez más pronunciado. Se los fabrica para ser concebidos en el plano de lo visible: visibilidad de gentes y cosas, de espacios y de todo aquello que éstos contengan. En tanto que rasgo dominante, la visualización (más notable que la espectacularización que por otro lado incluye) sirve para enmascarar la repetición. Los individuos miran y confunden la vida con la vista y la visión. (*Ibid.*, p. 131).

Desta maneira, o componente ordenado e racional das cidades coloniais implica na consolidação de um espaço físico onde os sujeitos atuam conforme a disposição dos próprios edifícios exige e a divisão das ruas assevera. Assim, a totalidade do novo cidadão colonial está conformada na elaboração arquitetônica da cidade que lhe impõe um sentido de existência relacionado à demanda dos projetos e leis que a constituíram, notadamente a dinâmica moderna e acelerada do todo mercantil. Outrossim, Lefebvre colabora com a noção “fálica” dos dispositivos arquitetônicos como forma de controle do sensível. Para além do plano diretor da urbe, a própria arquitetura dos edifícios atua no sentido de avalizar o contexto que permitiu a constituição da cidade como bastião da vida civilizada, da mesma maneira que exerce sobre os indivíduos o poder simbólico e dinâmico de sujeição de suas vidas ao projeto civilizatório.

La orgullosa verticalidad de las casas-torre, de los edificios públicos y, sobre todo, de las construcciones estatales, incluye en lo visual una arrogancia fálica o más bien falocrática. El propósito de este despliegue es exhibirse, dejarse ver, pero con la intención de que cada espectador perciba ante todo la autoridad. Lo vertical y la altura representan siempre la expresión espacial de un poder capaz de emplear la violencia. En relación al espectador, esta espacialización resulta muy singular, aunque a muchos les parezca «normal» e incluso «natural», pues implica una doble «lógica», esto es, una estrategia doble. (*Ibid.*, p. 153).

Por fim, podemos observar que na virtualidade do espaço constituído, a consolidação das materialidades cidadinas, de maneira assaz eloquente, possibilita a organização do espaço cívico ao manobrar diversos dispositivos simbólicos que atravessam a vida do homem colonial ao mesmo tempo em que o conduz ao trabalho centrífugo do próprio sistema. A eficiência destes dispositivos acarreta a formação de uma hierarquia burocrática

assentada no inequívoco êxito comercial das colônias, ponto de partida do que podemos chamar de sistema-mundo¹⁶ moderno.

As robustas redes urbanas que favoreciam o comércio de mercadorias passaram a dar espaço a um desenvolvimento próprio, típico do ambiente que se instaurava no continente americano. Por esta razão, passam a assumir uma função dupla dentro da arquitetura colonial: consolidam-se como centros comerciais de grande importância, da mesma maneira em que se estabelecem como centros dinâmicos de atividade cultural. A figura arcaica de uma sociedade cujo “valor de uso” dominava a vida cotidiana, encontra-se diante de uma formação urbana cuja mola principal reside na predominância de um estilo de vida burguês. Diante desta equação, que opunha valores aparentemente díspares, as sociedades coloniais que se formavam no século XVII apresentaram resoluções engenhosas: a mescla de valores laicos e eclesiásticos, o relacionamento entre um estilo de vida aristocrata com um cotidiano tipicamente burguês e a exagerada estetização da vida rotineira que vertia seus fluídos nos limites entre o mundo real e o da ilusão, passou a fazer parte da configuração urbana deste período, consagrando o que poderíamos chamar de *ethos* barroco.

Para esa época, muchos hidalgos de Indias empezaron a abandonar su peculiar concepción social, y muchos de ellos se transmutaron en burgueses, aunque conservaran resabios de su orgullo y, acaso, de sus convicciones. Pero durante los dos siglos que siguieron a las fundaciones defendieron vehementemente su condición de privilegiados y su estilo de vida. Un estilo de vida ficticio, puesto que la hidalguía fue, en rigor, una ideología del grupo fundador a la que traicionaban en los hechos cediendo lugar a las exigencias de su propósito primario que era la riqueza, única vía para su ascenso social. (ROMERO, *op. cit.* p. 74)

Algumas razões parecem apontar para o estabelecimento deste quadro: a despeito do processo colonial legitimar o intento de replicar um estilo de vida notadamente metropolitano, a população espanhola nas Américas sempre foi diminuta em comparação ao número de indígenas de várias tribos e escravos negros vindos da África, de sorte que o panorama que se apresenta desnovela a complexidade de construir um mundo europeu sem condições de reproduzi-lo em sua totalidade, com sujeitos e formas sociais que não só não são europeias, mas que forjam a existência de um outro ser que inaugura a completa junção entre o “eu” e o “outro” radical.

Desta maneira, o sujeito aqui constituído e caracterizado por sua presença fragmentária passa a configurar-se como um produto mesmo da mestiçagem das formas a que está submetido o projeto civilizatório colonial. Assim, convive diretamente com uma

¹⁶ Muitos autores se debruçaram sobre a perspectiva de que a modernidade é uma condição que surge através da expansão europeia do séc. XVI. Para melhores informações, cf. MIGNOLO (2003, 2010, 2012), DUSSEL (1994), MENESES; SANTOS (2009), QUIJANO (2014) e WALLERSTEIN (2004).

toponímia que figura como régua político-econômica, mas enxerga diante de si uma casta colonial burguesa que é formada, não raro, por *criollos*, alavancados ao poder senhorial por títulos de fidalguia distribuídos pela matriz imperial. Esta nova configuração revela uma aguda crise social, na medida em que aponta para a cidade como um terreno de estruturação de classes profundamente desiguais, expressa com muita clareza pela relação entre pobreza e riqueza, honra e infâmia.

Figura 4 – Casamentos de Martín de Loyola com Beatriz Ñusta e Juan de Borja com Lorenza Ñusta. A união que a pintura retrata exemplifica a formação de um novo tecido social marcado por tradições cristãs.



Fonte: New York Times. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/04/05/arts/design/peru-art-madrid-prado.html>>. Acessado em: 18 de junho de 2002.

A imagem de luxo desenfreado representada pelo caráter quase mítico das riquezas da América — aqui retratada pelo casamento na *Figura 4* —, e sustentada por uma elite que não fazia questão de esconder suas questionáveis filiações nobiliárquicas, contrastava com um outro tipo social menos favorecido que, à margem das riquezas aqui produzidas, compreendia uma parte significativa do tecido urbano, composto sobretudo por pobres de todas as estirpes, inclusive de fidalgos que embora sustentassem sua titulação por foça da letra, não reuniam recursos suficientes para exercer seu ofício aristocrata.

Pobreza e hidalguía en un mundo efervescente y en el que la pobreza parecía patrimonio de las clases sometidas, engendraban un tipo particularmente dramático de picaresca que no podía resolverse en la humilde y vergonzante actitud del que zurcía sus calzas. Ambiciosos y violentos, los hidalgos sin fortuna fueron escándalo de las ciudades que buscaban imponer una orden

civil. (*Ibid.*, p. 78)

Paralelamente, a mestiçagem assumia o escopo sobre o qual a cidade adquiria seu formato fluído e instável. A busca incessante por riquezas mobilizava toda uma sociedade que embora se mantivesse sob o rígido signo da ordem eclesiástica, rapidamente se modificava e assumia sua potência dentro das possibilidades advindas do comércio, legal e ilegal, ameaçando uma ordem frágil e dissimulada, ou seja, diferente dos séculos anteriores, o que impulsiona a dinâmica do cotidiano no século XVII é a vida comercial ambientada estritamente nos domínios urbanos. São ricos cidadãos e burocratas seculares que dão sustentáculo e estampa ao ambiente citadino, orquestrando um amálgama entre a vida mundana proporcionada por suas riquezas e os compromissos eclesiásticos presentes na performance do engodo social. Por debaixo dessa espetacular massa de nobres reais e virtuais, subjaz o populacho acotovelando-se nas praças, ruas e habitações insalubres, buscando através de meios nem sempre honestos formas de escapar de seus destinos compulsórios, enquanto o poder público mobiliza todos os esforços no intento de enobrecer, ou amenizar a realidade ambígua que se avolumava, através de diversos dispositivos que revelassem as honrarias presentes nas suntuosas tertúlias de além-mar:

Solicitadas por diversos estímulos, las sociedades urbanas de los dos primeros siglos que siguieron a las fundaciones se caracterizaron por la preminencia de los grupos hidalgos. Ellos les imprimieron su propia concepción de la vida y procuraron borrar los signos de otras influencias que pugnaban por insinuar otros sectores sociales. Fueron las ciudades hidalgas de Indias el resultado de un designio de sus clases dominantes de afirmar denodadamente un orden social en contradicción con una situación económica que, aunque negada con no menos denuedo, constituía su tentación constante. (*Ibid.*, p. 84)

A este fator soma-se inevitavelmente a emergência da escrita como elemento primordial na constituição da faceta deste mundo citadino em constante transmutação, a imprensa e a literatura figuraram como importantes ferramentas do *ethos* urbano, na mesma medida em que eram úteis para a construção da própria identidade civilizatória que se desejava imprimir:

No centro de toda cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinais, houve uma *cidade letrada* que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder e compunham o que Georg Friederici entendeu como um país modelo de funcionalismo e burocracia. Desde sua consolidação, no último terço do século XVI, essa equipe mostrou dimensões demesuradas, que não se adequavam ao reduzido número dos alfabetizados aos quais podia chegar sua palavra escrita e nem sequer às suas obrigações específicas, e ocupou simultaneamente um elevado nível dentro

da sociedade, obtendo, portanto, uma parte nada desprezível de seu abundante excedente econômico. (RAMA, *op. cit.* p. 38)

Com esta crescente efervescência, a cidade barroca concentrava nas idiossincrasias de suas sociedades pseudoaristocráticas as admoestações do ser social que ornava e fundamentava a existência de seus habitantes. Nas pacatas cidades, confluíam as notícias das figuras principais do ordenamento jurídico, burocrático e eclesiástico, da mesma forma que se desvelavam os acontecimentos mais ordinários do vai-e-vem cotidiano:

Llenaba la vida cotidiana de la ciudad la monótona sucesión de los episodios de las vidas privadas, con los que mezclaban las fiestas públicas, las corridas de toros, las procesiones. De pronto rompía esa monotonía un sonado asunto pasional o un crimen tremendo. Pero eran los asuntos públicos los que, de pronto, sacudían la existencia cotidiana. (ROMERO, *op. cit.* p.82)

Desta maneira, grupos sociais formados por ricos fidalgos preocupavam-se obsessivamente por exibir suas riquezas, perfazendo uma estrutura organizativa semelhante às cortes europeias, contudo em plena capacidade de atrair signos completamente contraditórios:

Hay una guerra sorda entre dos universos de sentido, que pone en disputa todo el edificio de los contenidos cualitativos del mundo y los priva hasta de la mínima univocidad propia del *hic et nunc* en el que pudieran ser necesariamente lo uno o lo otro. La contraposición entre lo aprovechable y lo desechable, lo sustancial y lo accesorio, lo fundamentado y lo azaroso, lo necesario y lo contingente; la contraposición entre lo que obedece a un orden y tiene sentido y lo caótico y carente de sentido se presenta así en dos versiones distintas que se anulan recíprocamente y que pueden ser igualmente válidas o igualmente insostenibles. (ECHEVERRÍA, 1998. p. 175)

Esta “guerra” que sinalizamos ao apontar os simbolismos presentes no diálogo entre Pizarro e Atahualpa, pontuada pelo intermédio da palavra escrita na representação de um texto jurídico-religioso, Echeverría a vê no contato entre Cortés e Malinche, intermediada pela figura da intérprete representada por esta última e sua capacidade articulatória com a língua. Em ambos os casos, os signos mobilizados atravessam a constituição do continente na formação de seus enclaves político-administrativos, de tal maneira que o *ethos* barroco a que se refere o filósofo se espalha de mãos-dadas com as condições culturais que proporcionam à cidade amalgamar seu sentido de existência através de sua própria elocução capitaneada pela escrita. Isto é, o sangue de Atahualpa e os filhos da Malinche, ressonam como alicerces que de uma maneira mítica asseguram e explicam o funcionamento de uma sociedade que soergue seu corpo no apelo das formas que justificam seus contrastes.

Em Lima, cidade fundada por Pizarro, aquele cuja espada encerrou o primeiro intento de negociação discursiva entre o eu e o outro, os caracteres da sociedade barroca assumiram forma total, servindo-nos como modelo exemplar para um período complexo e enigmático, preenchido pelas reminiscências de uma ancestral violência, nublada, como não

deveria deixar de ser, por uma arquitetura que se pretendia solene e cerimoniosa — tão cerimoniosa quanto a pompa com a qual seu último ancestral andino fora submetido na leitura do *requerimiento* —, responsável por deitar suas raízes nas intrincadas esferas do pensamento moderno. Nela, nosso cronista, objeto das discussões que aqui foram levantadas, observou, atuou, performou e encenou o que foi sua vida e de seus parentes.

3.3 EL DAMERO DE PIZARRO – FUNDAÇÃO DA CIUDAD DE LOS REYES

A configuração do local onde primeiro desembarcou Pizarro, ao norte das terras peruanas, oferecia todas as condições e benefícios necessários ao estabelecimento dos espanhóis. Em 1532 foi fundada a cidade de Piura¹⁷, servindo de base de articulação para expansão das primeiras comitivas. Logo em seguida, após os eventos de Cajamarca, Francisco Pizarro, informado por Atahualpa que o ouro que desejava ver como resgate estava a caminho desde Cuzco e Pachacámac, organizou uma comitiva para interceptar o capitão incaico responsável pelo traslado dos metais e tomar posse da capital do Tawantisuyo. Em seu périplo, em direção à cidade de Cuzco, se deparou com um vale de clima ameno, residência de diversos *curacas*, repleto de depósitos de alimentos, vestimentas e outros utensílios. Neste vale, em 1534, os conquistadores passaram meses e decidiram fundar a cidade de Jauja como nova sede de operações e capital da *Nueva Castilla*, a primeira do Peru colonial.

Contudo, o fim das reservas, a inclemência do clima, a infertilidade da terra, a distância dos mares, a belicosidade dos Huancas (*cf.* DIANDERAS, 1938. pp. 266-285) e, sobretudo, o descontentamento de alguns habitantes¹⁸, fez com que os espanhóis repensassem a localização da cidade que serviria de base política e econômica dos novos territórios conquistados e no fim de 1534 escolheram um outro lugar, no mesmo vale, sede do *curacazgo* de Taulichusco e recém ocupado pelos freis Antonio Bravo e Miguel de Orenes:

La elección del “sitio y asiento” del cacique de Lima como capital de la gobernación se desencadenó rápidamente. El 29 de noviembre, desde Pachacamac, Francisco Pizarro sugirió trasladar hacia la costa las poblaciones españolas de la recién fundada Jauja y de la incipiente población de San Gallán, iniciada por Nicolás de Ribera, el Viejo, en el valle de Pisco. El 4 de diciembre el cabildo de Jauja aprobó mudar su población hacia la costa, y el 20 de diciembre se firmó en Pachacamac el acuerdo entre el

¹⁷ Fundada com propósitos estritamente militares, segundo Padre Calancha, apenas “para que tuviesen los españoles, que aguardavan de Panamá, acogida, i los que ivan a conquistar allasen retirada” (CALANCHA, 1638. p. 144)., Piura foi uma pequena cidade que nunca teve demasiada importância, sendo trasladada diversas vezes por razões relativas à má escolha de seu lugar. *cf.* ROJAS, *op. cit.* p. 211.

¹⁸ Apesar das razões contidas na ata de fundação de Lima, o cronista Bernabé Cobo afirma que as alegações dos *vecinos* sobre a esterilidade de Jauja eram completamente infundadas, o que mais tarde se provaria acertado, já que Jauja se tornou um grande polo de produção agrária e uma das cidades responsáveis pelo abastecimento de Lima. *cf.* COBO, 1882. p. 11.

capitán Pizarro y el adelantado Pedro de Alvarado, por el cual se tomaba posesión de los pertrechos de la expedición de este último, permitiendo así la partida de Diego de Almagro hacia Chile el 5 de enero de 1535, y facilitando la fundación de la capital. (BURNEO, 2017. p. 15)

Tomada a decisão de mudança e traslado para um novo espaço que ofertasse melhores condições de estabelecimento, a comitiva de Pizarro saiu de Pachacámac, no dia 13 de janeiro de 1535, rumo ao que seria a futura *Ciudad de los Reyes* e capital do vice-reino do Peru. Do dia 14 ao dia 17 de janeiro, Pizarro e seus oficiais, dedicaram-se aos preparativos formais da fundação, para dar-lhe um marco legal irrefutável já que neste período sua autoridade era questionada na Espanha e no Panamá.

Cabe salientar que o ponto de partida para a fundação das cidades coloniais hispano-americanas era conduzido a partir de um ritual legal derivado de uma experiência muito anterior ao advento da conquista. Conforme observamos nas sessões anteriores, a influência exercida pelos paradigmas clássicos foi determinante para a consolidação dos modelos que viabilizariam os enclaves urbanos nas Américas. Tal justificativa encontra amparo na data de fundação da cidade de Lima, em 1535, e na escolha por um padrão planejado antes mesmo da emissão de qualquer ordem que compelsse a adoção do *damero* como plano executivo:

Es importante saber que al momento de fundarse Lima no existía un patrón determinado para el trazado de nuevas poblaciones españolas y que, además, no era obligatoria la adopción del damero en ninguna de las primeras ordenanzas o instrucciones de la corona española para los virreinos de América. (*Ibid.*, p. 34)

As *Ordenanzas* de Felipe II seriam publicadas 40 anos após sua fundação, ou seja, a escolha por um ordenamento planejador e um traçado retilíneo antecede a publicação de ordens rigorosas que justifiquem sua adoção quase hegemônica. Por outro lado, a cerimônia de fundação possuía alguns recursos correspondentes ao mesmo suporte de influências que orientou a preferência por ângulos retos no planejamento urbano colonial, isto é, tanto a escolha por uma diretriz específica, que orientasse a disposição das ruas e quarteirões, como o ritual cerimonioso do ato fundacional, possuem antecedentes que amparam o costume *espontâneo* dos conquistadores.

3.4 LA TRAZA HIPODÂMICA

Convém observar que a palavra *damero* não foi utilizada por Pizarro no momento da fundação de Lima. Sua origem remonta à obra do arquiteto grego Hipódamo de Mileto (498-408 AEC), responsável por planificar cidades gregas utilizando esquemas retos nas ruas, quadras e quarteirões, oferecendo espaços de destaque para edifícios religiosos e

governamentais. Tal esquema faz parte de uma tradição universal que pode ser verificada em diversas culturas tão próximas quanto distantes da realidade da península Ibérica (*cf.* ROJAS, *op. cit.* pp. 65-66), de tal modo que embora não houvesse expressamente uma determinação¹⁹ que direcionasse a disposição da cidade segundo tais diretrizes, a formulação ordenada de seu plano inicial responde a uma série de fatores que corresponde diretamente a própria experiência europeia na fundação de planos diretores reticulados, derivados em certa medida do legado romano, e a uma aspiração gestada pelo período renascentista de uma cidade ideal, capaz de assumir os desígnios divinos sobre a terra:

Estos factores provienen de una parte de la extensa experiencia acumulada en España, que había formado una tradición en la fundación de ciudades de trazado regular y que probablemente tiene su origen en la experiencia romana e incluso helenística. Y por otra parte del espíritu renacentista ligado a todas las teorías utópicas sobre la ciudad ideal, tanto de los tratadistas italianos como de otros escritos de carácter religioso sobre la implantación del Reino de los Cielos en la Tierra. (ROJAS, *op. cit.* p. 65)

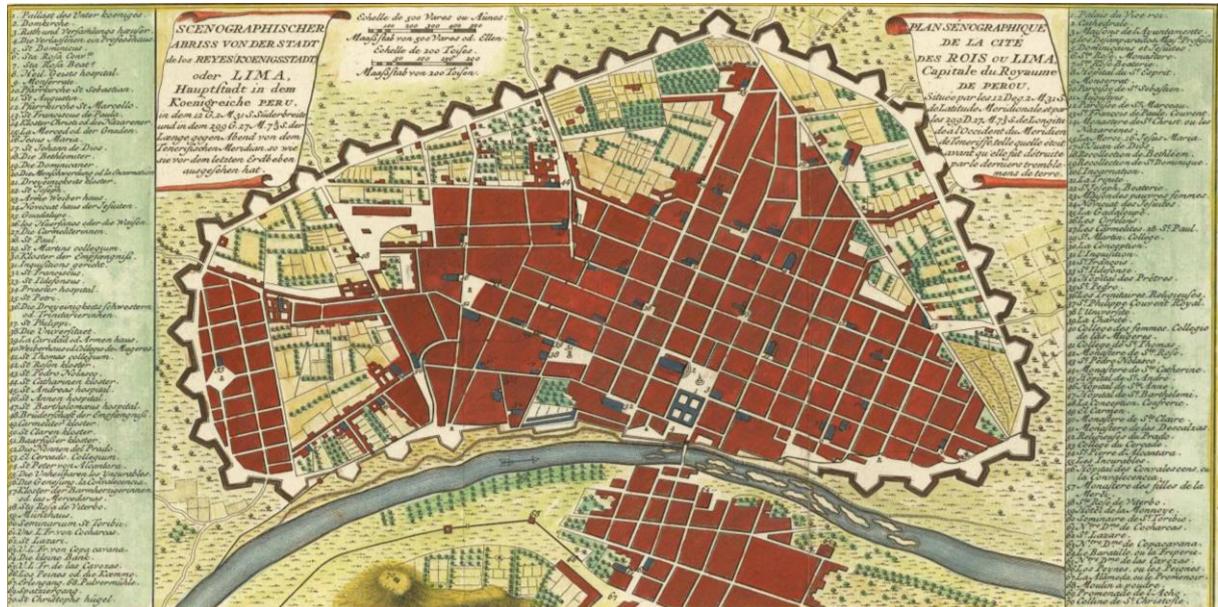
Estas duas maneiras de pensar o ordenamento citadino se traduzem num movimento ambíguo, caracterizado pela fundação de cidades que, embora surgissem sem um plano diretor centralizado e definido por lei, acabam por respeitar características que as enquadram dentro de um perfil urbano típico, assinalado pela adoção de uma estrutura arquitetônica em quadrícula.

Em larga medida, as cidades fundadas pelos espanhóis nas Américas estão circunscritas dentro de um modelo quadricular e ortogonal, conforme podemos observar na página seguinte, através da *Figura 5* respeitando rigorosamente traçados que emprestam às sociedades emergentes um valor ordenado, em virtude de um caráter nitidamente centralizador, capaz de dar conta do crescente influxo comercial ao mesmo tempo em que impõe um controle interno responsável por articular a distribuição dos cidadãos conforme suas posições dentro da sociedade que se ergue, além de fortalecer a segurança a partir da capacidade de proteção militar. Agregando-se a isso as inúmeras variáveis regionais que faziam do modelo aparentemente rígido uma dinâmica e flexível arena de adaptações, a cidade vai tomando forma de acordo com as circunstâncias que se impõem a cada contexto específico. O terreno de dimensões grandiosas reúne, em conjunto com as diferenças climáticas, as súbitas mudanças de altitude, as cidades e culturas já pré-estabelecidas, uma série de fatores que atuaram no sentido de dinamizar as orientações esparsamente expressas

¹⁹ Como já dito anteriormente, embora houvesse recomendações e *capitulaciones* que indicassem esparsamente a adoção de um ordenamento regular, *tirados a cordel*, apenas com a publicação das *Ordenanzas* de Felipe II, o modelo seria adotado e expressamente determinado como único capaz de satisfazer as necessidades da urbanização colonial.

que se consagrariam com maior vivacidade a partir da publicação de 1573.

Figura 5 – Plano Scenographico, de la Ciudad de los Reyes, o Lima Capital de los Reynos de Peru, por Jacques Nicolas Bellin (1703-1772), em 1748. Lima, capital do Vice-Reinado do Peru, foi fundada em 1535. As fortificações foram feitas a posteriori, entre 1684 e 1687.



Fonte: AbeBooks. Disponível em: <<https://pictures.abebooks.com/inventory/30437977555.jpg>>. Acessado em: 12 de junho de 2022.

Desta maneira, a cidade de Lima consolidou suas ruas de acordo com um projeto inicial composto por 117 *manzanas*, distribuídas e orientadas de acordo com a localização central da *plaza mayor* e da igreja de Nossa Senhora da Assunção, atual Catedral de Lima. No início da ocupação e dos anos que se seguiram a esta, apenas 30 *manzanas* foram completamente ocupadas: as centrais, destinadas às instituições do governo, à igreja, e aos *vecinos* mais importantes. Os solares mais afastados do núcleo da cidade foram destinados ao “depósito” de indígenas e as congregações religiosas se estabeleceram nos contornos do primeiro anel urbano. Cada quarteirão, quadra ou *manzana* era dividida em quatro partes e os solares nelas construídos eram designados a proprietários distintos por seus préstimos ao estabelecimento da cidade ou expansão da conquista. Outrossim, cada *vecino* interessado em fixar-se na cidade recebia também um lote de terras para atividades agrícolas, geralmente afastado do perímetro da *traza*, e um grupo de indígenas destinados ao trabalho servil.

Assim, com as glórias eclesiásticas e a assunção burocrática de seus corregedores, o desenho retilíneo idealizado por Pizarro e posto em prática por seu primeiro *alcalde*, Nicolás de Ribera (1487-1563), assumia o objetivo claro, que em pouco tempo confirmaria com prodigalidade, da expansão:

hizo y edificó la dicha iglesia, y puso por sus manos la primera piedra y los primeros maderos de ella, y en señal y tenencia de la posesión que

justamente tiene tomada en estos dichos reinos, así de la mar como de la tierra descubierta y por descubrir; y luego repartió los solares a los vecinos de el dicho pueblo, según parecerá por la traza que de la dicha ciudad se hizo. La cual espera Nuestro Señor y su bendita Madre que será tan grande y tan próspera cuanto conviene y la conservará y aumentará para perpetuamente de su mano. (SALDAMANDO, 1888. p. 33)

Assumida a forma que posteriormente a consagraria como modelo adotado para construção de outras cidades, Lima formava-se como um grande tabuleiro de xadrez, ordinariamente orientado de norte a sul, dividindo-se cada quadra por linhas cortadas perpendicularmente e formando vários solares que posteriormente dariam espaço a um crescimento urbano exponencial e grandiloquente. No momento de fundação, porém, o traço era primeiramente escrito, uma transmissão organizada segundo a pena do cabildo e assegurada por sua inscrição na ata fundacional. O rito, a cerimônia de celebração propriamente dita, organizado após a edificação do pilar inaugural da primeira igreja, validou o ato oficial e secular dos poderes envolvidos, ratificando a instrução das instituições públicas e possibilitando o início dos trabalhos oficiais.

3.5 O ATO DE FUNDAÇÃO

Após a tomada de posse do novo território e o exame detalhado do lugar sobre o qual a cidade seria fundada, levando em consideração as necessidades inerentes a cada processo em específico, a urbe hispano-americana começava a tomar forma, em menor ou maior medida, seguindo os preceitos já assinalados que reservavam seu plano diretor a um projeto em quadrícula ou ortogonal. A escolha do lugar, o estabelecimento da traça e a fundação da cidade obedeciam a uma série de preceitos reunidos em atos cerimoniais que asseguravam tanto o poder do estabelecimento citadino como as formalidades necessárias à sua consagração.

Todos estes processos, embora não prefigurassem como resultado de um modelo definido, que garantissem a sua aplicação regulada²⁰, eram realizados como um *mise en scène*

²⁰ Existiram fortes exceções ao formalismo da fundação. Nem todos os assentamentos se iniciaram formalmente com a criação de núcleos humanos, como ocorreu com a origem militar de alguns povoados ou com o agrupamento de habitantes repartidos em vales ou zonas determinadas, o que resultou que alguns povoados foram se expandindo gradualmente até se converterem em cidades, à margem desse formalismo inicial. *cf.* CAMAÑES, *op. cit.* p. 33. Ainda, de acordo com o professor Alberto Nicolini, o traçado pragmático aparecia apenas em condições que permitissem sua devida aplicação, ou seja, em muitos casos o *damero* não seguiu explicitamente a execução prevista nos planos fundacionais e teve de adaptar-se, razão pela qual após a publicação das *ordenanzas* de 1573, muitas cidades se submeteram a reforma de seus traçados. *cf.* NICOLINI, 2001. p. 1085. Este aporte coincide decididamente com o caso de Lima: em virtude de seu caráter de centralidade e crescimento imediato, o *damero* de Pizarro se mostrou insuficiente e novas construções foram realizadas ainda no século XVI, redefinindo e distorcendo as disposições anteriormente propostas. *cf.* BURNEO, *op. cit.* pp. 52-53.

de extrema necessidade para o projeto colonizador, sobretudo porque através deles as garantias jurídicas e eclesiásticas eram respeitadas e a conformação do núcleo urbano era realizada sob a alçada de autoridades diretamente vinculadas à matriz colonial. Por este motivo, todo o caminho realizado, da escolha do lugar à instalação do primeiro alicerce, era redigido numa ata de fundação, documento que legitimava a fundação e os fundadores como articuladores de um movimento lícito e autêntico.

Estas cerimônias, nunca codificadas, variavam de um lugar a outro, já que os fundadores da cidade tendiam a improvisar à medida que avançava seu trabalho conquistador (cf. KAGAN, 2016, p. 116), embora tacitamente carregassem consigo o imperativo do registro escrito como fundamento inerente ao ritual cerimonioso.

Figura 6 – Francisco Pizarro diante da picota, celebrando o ato de fundação de Lima, na manhã do dia 18 de janeiro de 1535.



Fonte: BURNEO, Reinhard Agustin. *El damero de Pizarro. El trazo y la forja de Lima*. Lima: Municipalidad Metropolitana de Lima, 2017. p. 29.

Assim, nas primeiras horas da manhã de segunda-feira, dia 18 de janeiro de 1535, o centro do antigo *curacazgo* de Taulichusco, no vale do rio Rímac, abrigava uma convenção de egrégios conquistadores, representantes indígenas e da igreja, ao redor da mesa do escrivão Domingo de la Presa, responsável por ortografar todo o acontecimento. Entre eles, destacavam-se os habitantes dos primeiros solares, o primeiro *alcalde*, Nicolás de Ribera, encarregado dos primeiros traçados da futura cidade; Ruy Diaz, Juan Tello e Alonso Martin de Benito, responsáveis, poucos dias antes, de averiguar a viabilidade do território para

estabelecimento da nova capital; Alonso Riquelme, tesoureiro, Rodrigo de Mazuelas e García de Salcedo, *veedores*, além do próprio Pizarro e o rol de testemunhas entre civis, soldados e indígenas, indispensáveis à liturgia cerimoniosa. Deliberadas as primeiras formalidades relativas à ocupação dos espaços contornados a cal, Francisco Pizarro junto a seu séquito de conquistadores, acompanhados de uma dezena de curiosos, entre soldados, indígenas e escravos — a maioria dos quais não compreendia as motivações envolvidas em tão oficioso ato —, caminhavam conjuntamente em direção à *Plaza Mayor* — naquele momento apenas um terreno aplainado diante do qual erigiam a primeira igreja devotada à nossa Senhora da Assunção —, outros, quiçá um pouco mais interessados na prática subjacente ao rito, formavam fila diante dos oficiais reais em busca de colocação no novo centro urbano²¹.

A *Plaza Mayor*, elemento urbanístico que consagraria o caráter de centralidade que a maioria das cidades hispano-americanas adotaria como pináculo catalizador dos símbolos inerentes ao poder administrativo e celestial, naquele momento, estava vazia e silenciosa. Tanto a praça como o traçado, assim como a ritualística hierática, figuravam apenas como uma ideia que acabava de sair da mente de homens que melhor manejavam a espada que a pena, embora armazenassem em suas memórias o resíduo²² de uma ordem imanente capaz de lhes conferir poder:

De hecho, el primer gesto de posesión de los nuevos territorios en las Indias siempre consistió en la fundación de una ciudad, un rito marcado por un enorme simbolismo que obedecía a esa antigua tradición grecolatina que hizo del hecho urbano el aspecto constitutivo del proceso civilizatorio. (ORELLANA, 2017. p. 115)

Dentro daquele espaço carregado de simbolismos e ainda por constituir-se de fato, uma *picota* ou *rollo*, como chamavam os espanhóis, erguia-se ao centro. O pedaço de madeira, ou tronco de árvore, tosco e hirsuto, o eixo sobre o qual a cidade materializava sua constituição legal e jurídica, atraía para si os futuros habitantes da cidade — conforme podemos observar na *Figura 6*. Ao redor dele, Pizarro, acompanhado de seus correligionários, formava um grupo solene e heterogêneo. O silêncio anunciava a hora do que seguramente figura como a primeira das tantas representações que este espaço acolherá. A sofisticação do

²¹ Os nomes e ocupações dos oficiais espanhóis estão listados conforme sua importância na ata de fundação, presente no *Libro primero de cabildos de Lima*, publicado em 1888 por Enrique Torres Saldamando, e na obra *Historia de la fundación de Lima*, escrita pelo padre Bernabé Cobo, em 1639, e recompilada por Gonzalez de la Rosa, em 1882.

²² Embora muitos autores defendam a ideia de que o ritual assente na fundação das cidades coloniais esteja atravessado por uma herança greco-romana, o tema ainda é alvo de discussão. À guisa de exemplo, de acordo com Richard Kagan, a cerimônia realizada pelos espanhóis remonta, apenas parcialmente, aos antigos rituais de fundação romana, sobretudo no caso da *picota*, em que o autor observa uma referência à iconografia cristã presente no castigo pelo qual passou Jesus preso em uma coluna, antes de ser levado para a crucificação na colina de Gólgota. Contudo, a centralidade da praça é o elemento fundamental que difere dos ritos antigos e aparece como característica intrínseca à experiência espanhola. *cf.* KAGAN, 2016. p. 115.

rito e as condições lamentáveis dos executantes emprestava ao espetáculo uma severidade mambembe. Empertigado, Francisco Pizarro

dio unos pasos hacia el rollo y, junto al estandarte que le acompañó durante toda la conquista, desenvainó la espada y dio inicio a la ceremonia. Con voz potente y dirigiéndose a Taulichusco le preguntó si esta fundación le producía algún daño o perjuicio, y Taulichusco quedó callado. Retó también a cualquier español que conociera un motivo que impidiera el acto, a que lo mencionara de inmediato; y al no encontrar más que silencio y conformidad entre los concurrentes, desbastó algunos trozos del madero con la punta de su espada y pronunció por fin el nombre que tendría la nueva población: Ciudad de los Reyes, dijo, desde entonces “y para siempre jamás”. (BURNEO, *op. cit.* p. 28)

Logo após a cerimônia, prosseguiram com a distribuição dos solares e parte da comitiva partiu em direção à incipiente igreja. Estava fundada a cidade e o *damero* de Pizarro iniciava ali a sua trajetória. As construções começaram de imediato e a cidade, embora atravessasse um período relativamente conturbado, em virtude dos confrontos militares com as populações indígenas circunvizinhas e as tensões políticas concernentes a manutenção do poder entre os espanhóis, rapidamente passou de um povoado irrisório, quase pastoril, a uma referência de traçado urbano que imortalizaria seu nome.

Esta cidade, envolvida sob o manto da prosperidade, atinge seu apogeu no século XVII, quando seu auge comercial, político e administrativo figurava nas ruas como elemento de um cenário caótico e dinâmico, no qual os atores representavam seus papéis nos crescentes mercados ao redor da praça, na pompa cotidiana do trato público e no exercício descomedido das letras.

3.6 A CIDADE DE LIMA DO SÉCULO XVII

Sem dúvida, a fundação da cidade de Lima não operou exclusivamente como uma ferramenta local de apropriação do espaço, como pudemos observar nas articulações que gestam a necessidade de seu estabelecimento, para além disso, definiu e consolidou uma estratégia global de colonização. Sua rede urbana funcionou como uma plataforma de disseminação conquistadora na mesma medida em que crescia como sede de um estabelecimento político e ideológico muito superior às urbes vizinhas. Por outro lado, o forte ímpeto comercial dos seus cidadãos, aliado às condições geográficas e instalações portuárias que permitiam sua ascensão pecuniária, promoveu o estabelecimento de uma classe político-administrativa diretamente relacionada aos influxos da burguesia e rigorosamente aparentada com as cortes reais da península:

Lima was the seat of colonial government, exercising political and commercial hegemony over all of Spanish South America from Buenos

Aires to Quito. The viceroy was truly a vice-king, presiding over a court in which some twenty-four merchants and landowners held títulos de Castilla at midcentury—marqueses and counts who jealously guarded their power and influence both locally and in Madrid. Wealthy merchant families, like the counts of Vista Florida and the marqueses de Torre Tagle, insinuated themselves and their family members into every corner of viceregal administration, becoming corregidores (provincial governors) and judges of the Audiencia (high court), and monopolizing both political and economic power. (MARKS, 2007. p. 14)

Sua elite mercantil, com ou sem títulos de nobreza, gozava de certo grau de autonomia, razão pela qual pôde operar com relativa independência e consolidar marcos administrativos notáveis, sobretudo no que diz respeito a uma forte concentração de capital e consequente formação de um mercado consumidor interno característico pelo apreço aos bens importados de matriz europeia, de tal maneira e com tamanha intensidade que por um longo tempo, durante o século XVII, o comércio da Espanha com as colônias era todo controlado por comerciantes sediados em Lima (*cf.* MARKS, *op cit.* p. 16). Um crescimento tão forte e dinâmico exigiu, inclusive, que o Marquês de Montes Claros, Juan de Mendoza y Luna (1571-1628), vice-rei entre 1607 e 1615, criasse um *Tribunal de consulado*, órgão administrativo privado com o propósito de atender e regular os litígios gerados pelos comerciantes limenhos:

Otro miembro principal de esta República, la universidad de mercaderes: entre ellos hay hombres de mucha confianza y verdad, y como a las Indias se viene a ganar de comer, son acá los mercaderes de mejor estofa que en España, y se puede decir que exceptuando los que por ministros del Rey se hallan impedidos, todos tratan con la hacienda sin decaída considerable de la autoridad: pero al fin este nombre se da a los que tienen negociaciones propias y ajenas aquí, o en España. Parecióme conveniente esforzar la conservación de tan importantes vecinos para la estabilidad de estas Provincias. Tomé por medio entre otros formar un Tribunal de Consulado que hasta ahora no había en el Reino, aunque diversas veces se intentó por otros Virreyes: queda ya en forma, y con ordenanzas para su Gobierno. (MENDOZA Y LUNA, 1859. p. 34)

A relação deixada pelo marquês, compromisso assumido na forma de proporcionar ao governo um bem-estar inequívoco e uma continuidade que ofertasse um sólido caminho aos seus sucessores, nas suas minúcias, deixa transparecer parte significativa de um retrato social e político atravessado por crises.

Crises que alternavam o prestígio de uma cidade enriquecida pela exploração mineira com a decadência de valores que antes lhe outorgavam um perfil aristocrata, posto que a influência dos conquistadores, durante este período, já escasseava, ao passo que ofertava as condições necessárias ao estabelecimento de uma nova elite, referendada pelo acúmulo de riquezas proveniente do comércio e do contrabando. Assim, com maior ênfase, as instituições foram assumindo a forma modelada pela influência dos comerciantes, encabeçada

pelas transações com a metrópole e as demais colônias. Tanto a criação do *Tribunal de consulado*, como a relação deixada por Mendoza y Luna, são testemunhos incontestes da importância que adquirem os chamados *peruleros*, comerciantes limenhos responsáveis pelo tráfico transatlântico, confirmando o enraizamento de uma elite mercantil que não media esforços para aumentar seus lucros e consolidar sua posição social.

Este desenho, de um comércio avultado e um mercado consumidor aquecido, nos coloca diante de um contraste orientado pela profunda estratificação da sociedade limenha: de um lado a protuberante burguesia e seus ricos representantes, cada vez mais inseridos dentro do contexto político da corte, verdadeiros onagros na defesa de seus interesses e dândis burlescos no trato cotidiano, e no extremo oposto uma malta de vagabundos, entre espanhóis e mestiços, muitos dos quais nobres desafortunados, tentavam sobreviver das migalhas de tanta riqueza, operando no dia a dia da colônia, habitando bairros paupérrimos, articulando relações comerciais de baixa estatura (nem sempre lícitas) nos mercados públicos e causando alarme na vaidosa elite que os enxergava com ojeriza. A estes se refere o marquês como *soldados*, desprezíveis e necessários, um calo difícil de expelir:

Anda otra gente suelta en este Reino con nombre de *soldados* que suele traer vida muy licenciosa: son los que en otra parte llaman vagabundos, peligrosísimo género y embarazoso al buen Gobierno; tiene grandes contradictorias de admitirlos o expelerlos, porque a todos sucesos viene a ser este el principal cuerpo en cuanto a numeroso, o para el acontecimiento o defensa de cualquier inquietud. Su majestad ha mandado diversas veces no se consientan en la tierra; yo he precedido con algún tiento, porque acosados en las ciudades principales se andan entre indios, y por las ventas y mesones, que llaman acá *tambos*, donde sus insolencias valen y obran sin resistencia. (*Ibid., loc. cit.*)

O Peru do século XVII estava completamente conectado com a Europa, razão pela qual sua crise era um indicativo de um problema mais abrangente que revelava as entranhas de um sistema pontilhado de lacunas políticas, econômicas e, em consequência, sociais. Em virtude de assumir um caráter de centralidade política e, por seu turno, consolidar uma economia robusta e dinâmica, a sociedade descortinava uma variedade heterogênea de representações cotidianas. Tanto pelo dinamismo, quanto pelas dimensões econômicas, Lima tornou-se uma terra de possibilidades. Cumpre destacar que durante o período, a cidade gozava de certo prestígio por aqueles que buscavam melhorar de vida, motivo pelo qual no vice-reino

se fue consolidando la posición de los criollos o españoles nacidos en la tierra, pues a través de actividades profesionales, económicas o eclesiásticas fueron asumiendo cargos y escalando posiciones. Se vislumbra así, a finales de siglo, una creciente presencia de ese grupo social en los cargos públicos, cosa que generará ciertos comentarios negativos por parte de las autoridades

peninsulares. (MOSCOSO, 2013. p. 244)

Outrossim, a presença de um grande número de espanhóis que, atraídos pelas riquezas comerciais e o prestígio econômico da cidade, acabava sem fortuna era um composto característico da sociedade da época. A malta vice-real inoculava no Peru indicadores notórios dos limites de acolhimento econômico de suas cidades, aquilo que se projetava, portanto, resultava inconcluso para os desbravadores, ocasionando um inchaço populacional exposto na pobreza das praças e ruas.

Como resultado dessa complexa crise em que a sociedade da época se encontrava, a cena urbana foi se tornando um ambiente propício para o desempenho do poder através de manifestações auto afirmativas que recuperavam na teatralização, no luxo, na fantasia e na ostentação, ferramentas eficientes de controle e totalização da autoridade imperial.

Las ciudades eran los escenarios más dinámicos y en ellas se construían y concretaban muchas de las ilusiones o aspiraciones de una masa indígena y de grupos de blancos empobrecidos. Lima con alrededor de 37,000 habitantes a fines del siglo XVII, era el espacio de poder por excelencia, pero a la vez puerta por donde entraban todos los productos que venían de España, ventana a la modernidad y a la vez al lujo y a la ostentación; sin embargo, también era la ciudad de las iglesias, de las procesiones y de las fiestas religiosas, en donde coincidían santos y personajes en olor de santidad. (*Ibid.*, p. 246)

Desta maneira, os festejos tomavam forma como um componente necessário para preservar a ordem estabelecida dentro de um cenário nitidamente estratificado. Buscava-se amainar os delitos com a célebre pompa dos agentes oficiais, os costumes dos *gentios* eram diluídos nas celebrações religiosas e a liturgia do *ecclesia et imperium* julgava consolidar seu espaço nas mentalidades cidadãs ocupando o cotidiano dissonante da realidade manifesta nas ruas. Deste modo, toda a sociedade tomava parte deste ambiente inquieto, mesmo aqueles que sob rigorosas regulamentações não deveriam protagonizar os festejos, assumiam seus papéis como figurantes e espectadores (*cf.* CASTEX, 1994. pp. 247, *passim*).

Outrossim, a capital do vice-reino gozava de grande prestígio por sediar diversas instituições de ensino. Os membros das variadas corporações religiosas formavam a base do sistema educativo das escolas de primeiras letras e da Universidade de San Marcos. Convém assinalar que tais empreendimentos reforçam a importância dos ricos comerciantes de Lima, leve-se em conta que a ideia que permitiu a fundação de tais instituições partiu dos já mencionados *peruleros*, ainda no século XVI. Desta maneira, os filhos nascidos da própria cidade podiam ter acesso a estudos que paulatinamente lhe conduziram à cargos da administração pública (*cf.* MARTÍNEZ. 2003. p. 160.).

A promoção de semelhantes atividades intelectuais resultou em gerações de

burocratas, jurisconsultos e religiosos, propensos a diligentes análises eruditas, como também de poetas, cronistas e escritores das mais variadas estirpes. Por outro lado, a coexistência de uma atmosfera ilustrada com a censura inquisitorial orientava a ambiguidade política imperialista. De uma parte as instituições de ensino fomentavam a vida cultural na colônia e brindavam as cidades com quadros da administração pública, de outra buscava-se limitar a atuação destes dispositivos na publicação de obras que ferissem o índice expurgatório do Santo Ofício e os órgãos de controle oficiais. Contudo, tanto o dinamismo citadino, como a própria limitação em levantar estas barreiras numa cidade que crescia vertiginosamente, colaborava para a existência de profundas lacunas na censura inquisitorial, de sorte que a vida intelectual na capital do vice-reino floresceu sem que tais diretrizes representassem um risco efetivo.

Os números confirmam tal assertiva e desmentem qualquer indício que aponte para um obscurantismo associado à dominação espanhola, as coleções livrescas dos funcionários da coroa, habitadas por manuais de direito civil e canônico, literatura em prosa e verso, lexicografia, hagiografia, liturgia e ascetismo, medicina e legislação castelhana, demonstram a diversidade de interesses literários e o nível de publicação e circulação de obras no vice-reino. Angel Rama (2015) observa tais indicativos como mais uma demonstração da surpreendente relevância do grupo letrado e de suas produções, ao mesmo tempo que aponta para a circulação das obras como um forte indício da busca incessante por imitar a metrópole:

Efetivamente, todos os registros falam de números altíssimos: são os trezentos poetas que, segundo Bernardo de Balbuena, concorreram no certame de fins do século XVI em que ele foi distinguido, ou o alto número dos que um século depois recolheu Singüenza y Góngora em seu *Triunfo partênico*. Essas cifras não tem relação com os consumidores potenciais, e de fato produtores e consumidores devem ter sido os mesmos, funcionando num circuito duplamente fechado, pois, além de girar internamente, nascia do poder vice-real e voltava laudatoriamente a ele. Uma produção assim tão alta é, obviamente, ócio remunerado por outras vias, dado que para esses produtos não existia um mercado econômico, podendo ser vinculada ao suntuoso desperdício que tanto caracterizou as cortes coloniais, por sua visão absolutamente desproporcional e falsa da opulência da metrópole que se esforçavam em imitar. (RAMA, *op. cit.* p. 39)

Por outro lado, convém destacar que, embora no perímetro urbano prefigurasse uma cultura de caráter híbrido, tanto ilustrada como católica, consorciada com os êxitos escolares e universitários, nas periferias da cidade, habitadas por indígenas e *criollos*, as práticas ancestrais e ritos *idolátricos* permaneciam e se conservavam no sincretismo das festas religiosas cristãs:

Disimuladas bajo la apariencia de fiestas del calendario católico, seguían vigentes las ceremonias y creencias de naturaleza pagana, sobre todo en los

pueblos de la sierra. Se explica este hecho tanto por la superficial labor de evangelización que habían realizado los curas doctrineros como por la firme voluntad de los moradores andinos de mantener su civilización tradicional, quizá con la esperanza de reinstaurarla plenamente algún día. (MARTÍNEZ, *op. cit.* p. 165)

Apesar de corresponder significativamente a um intento puramente copista, como assinala Angel Rama, o fervor literário colonial fez surgir nestas plagas uma série de filósofos, escolásticos e cronistas responsáveis por oferecer as bases de compreensão do sistema colonial e, mais do que isso, do cotidiano da cidade. A vivência cotidiana e os conflitos nela inseridos ganharam vida nas páginas de diversos autores que dedicaram parte do seu labor em compreender, ou apenas relatar, os eventos que ocorriam diante dos seus olhos, haja vista que a escrita, também personagem destes espetáculos, participou decididamente da consolidação do poder e foi um dos signos substanciais das cidades do Novo Mundo.

No contexto sociocultural da época, se desenvolveu uma robusta atividade intelectual cuja mola propulsora estava instalada na produção literária; nela, uma mescla transcultural característica da América Latina, impôs sua voz. Com o passar do tempo, para instituir suas formas de vida, o sistema teve de adaptar-se e vagarosamente reconhecer o espaço necessário da massa que compunha a maior parte da população, a de negros, indígenas, mestiços e seus filhos. A necessidade de incorporar elementos tão díspares quanto próximos gerou uma coexistência de expressões pagãs e cristãs, no amálgama incomparável do barroco andino. Com a publicação do *Diario de Lima*, de Joseph de Mugaburu, temos a oportunidade de observar de perto as relações estabelecidas entre os cidadãos que compunham a trama cultural da *Ciudad de los Reyes* e, mais do que isso, analisar os elementos subjacentes ao delineamento político, ético e religioso panorâmico, na medida em que verificamos em sua escrita traços iminentes do *ser* colonial em suas manifestações mais genuínas.

Isto é, por entre as suas linhas é possível observar aquilo que subjaz o sistema constituído e prático, sua idiosincrasia. A escrita do *Diario* nos deixa atravessar o rigor das determinações funcionais do império, nos brindando com facetas específicas dos desdobramentos políticos, do comportamento civil e das engrenagens do exercício cotidiano, ao mesmo tempo que registra um sem número de eventos históricos de pouca relevância, o que colabora, sem dúvidas, para uma ampliação da escala de observação historiográfica, de modo que restitui uma parte ignorada ou escondida da existência social, ocultada pelos episódios de vitrine, aqueles considerados por sua larga escala e importância estrutural. Tudo

isso, descrito e revelado por um autor que não reivindicou um método para sua abordagem. Escrevia, ao que parece, para satisfazer seu próprio prazer, por um hábito, talvez, como quem cuida de uma planta ou alimenta uma chama fascinado pelas labaredas.

4 O DIÁRIO DE LIMA DE JOSEPH DE MUGABURU

Quando fecharam o diário pela última vez, Joseph e Francisco de Mugaburu, pai e filho, não faziam ideia que encerravam dentro dele relíquias preciosas para a literatura e a história do continente latino-americano. Através de suas páginas é possível atravessar os contornos dos números oficiais, das cifras e letras dos relatórios burocráticos, para penetrar no universo do particular, do diminuto e insignificante mundo da frugalidade cotidiana.

No transcorrer dessas páginas, verificamos que a escrita colonial de um modo geral e a do *Diario de Lima*, conseqüentemente, foram mobilizadas por uma série de processos de origem histórica, marcados por caracteres que podem ser representados por diversas abordagens capazes de organizar os conflitos existentes em torno de símbolos de natureza complexa, plurifatorial e policêntrica. As cidades latino-americanas conformaram primeiramente um espaço linguístico, antes de ocuparem um espaço rigorosamente urbanístico e arquitetônico. Como bem revela Ángel Rama, em *A Cidade Letrada* (2015), foram produtos de ideias expressas pelas letras e o trânsito que permitiu a consolidação da escrita no sistema colonial é marcado por uma contenda manifesta pela oposição entre oralidade e escrita, como símbolos capazes de orientar a disposição dos sujeitos coloniais na complexa malha de ramificações alegóricas que marcam o período.

Esta palavra escrita viveria na América Latina como a única válida, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. Mais ainda, se pôde pensar que a fala procedia da escritura, numa percepção *antissaussuriana*. A escritura possuía rigidez e permanência, um modo autônomo que arremedava a eternidade. Estava livre das vicissitudes e metamorfoses da história e, principalmente, consolidava a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente em nível cultural. (RAMA, *op. cit.* p. 27)

Logo, a eleição da dicotomia expressa pelo conflito engendrado entre a oralidade e a escrita se atualiza no assentamento da crônica, enquanto gênero, como uma forma que se organiza e se estabelece no espaço urbano ordenado, agora livre de seus algozes, protegida pelos muros da cidade. Transposta às Américas com a invasão espanhola, a crônica foi a ferramenta pela qual o Novo Mundo ganhou sua identidade nas impressões refletidas de seus autores: nomes, identidades, tamanho, formas e cartografias. No torvelinho das cooperações e disputas, a escrita funcionou como um eixo sobre o qual caminhavam o parco registro quanto ao mistério da chegada e a imposição da régua legal capaz de submeter toda e qualquer memória à primazia de um alicerce descritivo; consolidando-se a partir do estabelecimento do sistema, assume papel de significativa relevância para a administração colonial e passa a

tomar forma na descrição dos eventos cotidianos da cidade. Ela própria assume a voz do *ethos* urbano e, através de diversos autores, desenha a cidade com suas cores, formas, edifícios e preenche os espaços vazios, as maquetes arquitetônicas de personagens e histórias, se confundindo com as próprias ruas, avenidas e praças. Ela é o sopro que anima a memória esquecida de um espaço agora inexistente, solapado pelo dinamismo das reformas modernizadoras.

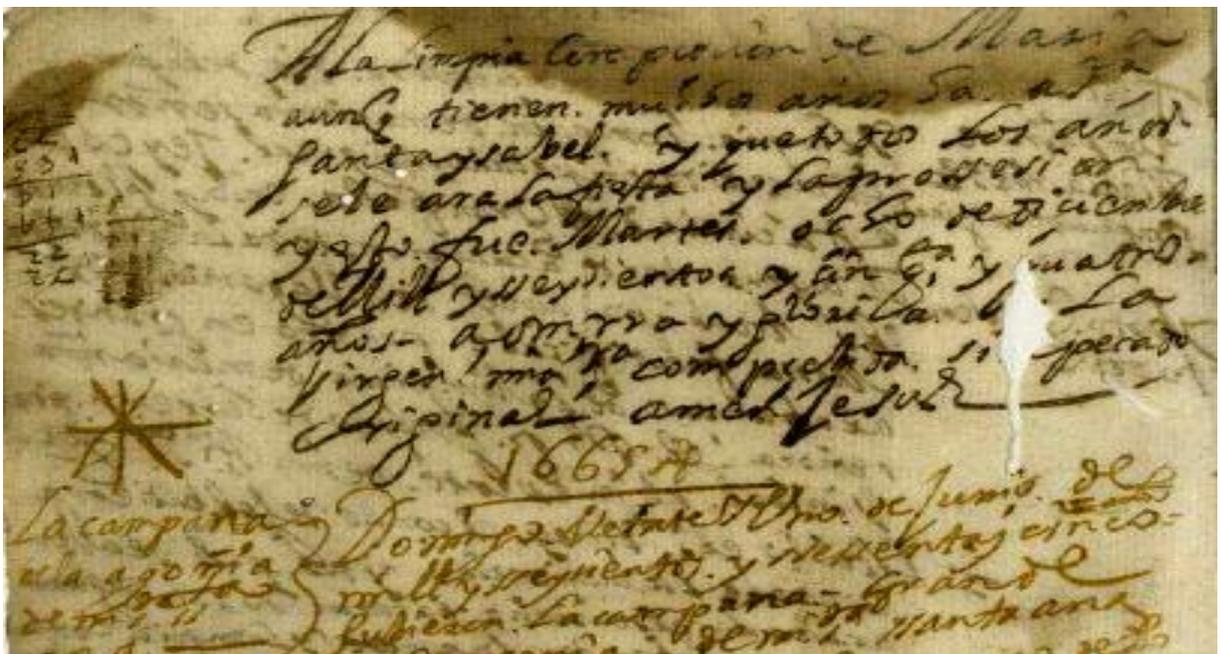
Num breve resumo, chega amarrotada em papéis avulsos, cruzando o mar e refazendo o mesmo caminho, em formato de cartas e relações; testemunha a angústia, surpresa e espanto de seus primeiros preceptores, servindo de instrumento para relato do corolário conflitivo; registra na figura de representantes entusiasmados a forma da natureza exuberante que aqui se espraia; os povos, as plantas e os animais fazem parte de sua paleta; coabita e divide espaço com outras escrituras, ao mesmo tempo que serve de caminho traçado pela catequese no planejamento e obra da extinção de registros rivais; se consolida e assume oficialmente papéis administrativos por meio de representantes seculares e eclesiásticos; é absorvida, se populariza pela pena daqueles que a impregnam do suor e sangue dos que a viram triunfar e se revela pelas cidades na beleza das narrativas que confirmam a vitalidade do espaço urbano colonial. Neste cenário, muito foi escrito, dito e explicado e outros tantos eventos ficaram por explicar, no paradoxo da palavra escrita pela crônica, verdadeira personagem, oferecendo caminhos pontuados por luzes e sombras.

Mugaburu foi um dos artífices que serviu de instrumento para a construção deste caminho. Munido de sua pena e orientado pelo seu nobre ofício, residente em uma cidade fundada há pouco mais de um século desde o início de sua escrita, descreveu o vai-e-vem daquelas gentes, relatou casos particulares e firmou-se num estilo característico de outras crônicas e diários de mesmo suporte. Desejava, talvez, imitar o rigor austero dos registros protocolares, contudo, quiçá por não ter assumido um compromisso direto que relacionasse os seus escritos a uma necessidade administrativa, se permitia embrenhar pela emoção causada pelos eventos que narrava. O rigor com as datas, a forma quase numérica com a qual assume o relato dos fatos, só é quebrada por aquilo que lhe causa revolta, ojeriza e medo, deixando transparecer na sua rigidez, oposto de suas manifestações emotivas, não uma forma em si, mas, possivelmente, um trato e respeito solenes com a matéria descrita. Na *Figura 7*, mais adiante, podemos observar um detalhe de uma das folhas do manuscrito.

O início de sua redação se deu em 1640, apenas 148 anos após a revolução desencadeada pela chegada de Colombo às ilhas do Caribe e 105 anos depois da fundação da cidade que lhe abrigava, motivo e razão de seus escritos. Estamos, portanto, na primeira

metade do século XVII, período caracterizado pelo estabelecimento colonial e pelo vigor das representações públicas urbanas. Embora não apresente no seu discurso direto referências às condições que proporcionaram o estabelecimento da colônia, verificamos uma tensão marcada pelas diferenças que enumeram os grupos sociais perante uma hierarquia que ainda se equilibra diante de sua recente formação. Assim, no retrato de sua rígida cronologia, observamos o desenrolar de uma sociedade que vive a quimérica experiência de uma normalidade pontuada por uma discricionariedade impositiva, mormente na expressão de um pastiche descritivo que ora mascara, ora deslinda o protagonismo da plebe amorfa que circula nos meandros da cidade.

Figura 7 – Detalhe de uma das folhas do manuscrito de Lima, hoje parte do acervo da Universidade de Indiana, nos EUA.



Fonte: Red Investiga. Disponível em: <[http://www.alfredoalvar-estudiosdediariosymemorias.es/resultados-cientificos/2/DiariodeLima\(1640-1694\)deMugaburaporJouv%C3%A9](http://www.alfredoalvar-estudiosdediariosymemorias.es/resultados-cientificos/2/DiariodeLima(1640-1694)deMugaburaporJouv%C3%A9)>. Acessado em: 18 de abril de 2022.

Diante das exortações e do tom que se aproxima a de um informe oficial, não se pode negar a profusão de vozes que o *Diario* alimenta sem se dar conta que o faz por sua própria negação. São *criollos*, negros, indígenas e personagens diversos que vivem contornados pelo fausto das representações públicas que Mugaburu celebra com marcada galhardia. As cerimônias oficiais, as entradas de representantes administrativos, atividades realizadas pelo clero e pela inquisição, enterros, celebrações, casamentos e festas, são apontadas com a têmpera de um escritor afeiçoado aos ditames normativos. Descrições estas que, acompanhadas de um onipresente domínio cronológico, oferecem a impressão de um calendário de sucessos amarrotado por terremotos, crimes, mortes e conspirações capazes de revelar, involuntariamente, as feridas de um funcionamento urbano que Mugaburu busca

celebrar e a própria realidade contrária.

Contudo, antes de adentrarmos no conteúdo do texto propriamente dito, convém levantarmos algumas considerações acerca de sua origem, sua forma e seu gênero, bem como traçarmos algumas informações relevantes acerca do hiato que compreende sua escrita e publicação, além de relacionar os êxitos descritos pelo autor com as informações de relevo destacadas por outros cronistas que gravaram seus nomes no *hall* da história oficial. O primeiro problema referente a este texto repousa na miríade de classificações possíveis com as quais podemos enquadrar os escritos de Mugaburu, levando em consideração as limitações próprias de tais classificações, em que pese o fato do trânsito entre as diversas modalidades reservar um novo espaço ao material produzido por nosso cronista. O segundo, e talvez mais problemático, está mesmo na ausência de informações precisas acerca de sua origem, fato que acarreta em limitações na construção de inferências a respeito de suas motivações, objetivos e propostas. Assim, a avaliação do material seguindo o fio condutor daqueles que dirigiram suas pesquisas tanto na elucidação dos escritos coloniais de uma maneira geral (sua classificação, forma e modalidades), como as pesquisas que tiveram por fim analisar o material em si, oferece uma estratégia segura de intervenção que nos permite adentrarmos no texto a fim de conduzirmos observações próprias e pertinentes acerca de seu conteúdo.

4.1 GÊNERO DO *DIARIO* E ORIGEM DE SEU AUTOR

Os cronistas coloniais são como agentes históricos mais comprometidos com a narrativa dos fatos como estes se apresentam do que propriamente esquadrinhadores de uma realidade vivida. Suscetíveis aos ditames de uma época, narram conforme o corolário de ideias que lhes conduz, imprimindo no texto o espírito de um tempo e dos acontecimentos de acordo com sua posição diante dos eventos narrados. São, portanto, deliberadamente parciais e, em muitos casos, dirigidos por interesses ardorosos a favor ou contra algo, além de elaborarem textos que veiculam mensagens de maneira clara e simples, com pouca afeição pelos juízos reflexivos e a eloquência analítica dos postulados eruditos, embora façam todos parte, em maior ou menor grau, de uma cultura letrada. Alguns, entretanto, gozando de maior interesse e simpatia pelas digressões filosóficas, ensaiam passos na direção de textos com referencial mais complexo²³.

²³ Verifica-se um maior desenvolvimento na construção narrativa das crônicas posteriores ao descobrimento, quando os autores passaram a desfrutar de um maior referencial teórico, possibilitando a discussão de conteúdos e a elaboração de raciocínios analíticos mais sofisticados. *cf.* BARRENECHEA, 1986. pp. 13 *et. seq.* Este avanço se fortalece com o estabelecimento das primeiras cidades e a consolidação de uma vida universitária nas colônias. *cf.* MARTÍNEZ, *op. cit. passim.*

Diferente das cartas e relações, que guardam consigo a escrita como um êxito imposto por necessidades pragmáticas e organizativas, as crônicas coloniais possuem, segundo Mignolo (1982), como característica principal, relação direta com a história²⁴, funcionando como um mecanismo literário capaz de organizar e preservar eventos na memória escrita. Raúl Barrenechea (1986), por sua vez, a classifica como um gênero caracterizado por sua proximidade com o lugar e o tempo em que se desenrola, assim a narrativa é pontuada por uma pretensa simultaneidade com os eventos retratados. O historiador, por seu turno, necessita estar fora do âmbito imediato para alcançar o seu objeto de análise e com isso fazer História. Desta forma, se diferenciam nas propostas narrativas na medida que a primeira possui uma marcação constante do narrado *qui momentum*, ao passo que a segunda orienta suas buscas nos relatos do passado obedecendo a metodologias diversas com finalidades investigativas. Resulta dizer que a

un cronista no cabe la absurda rectitud ni la frialdad de los historiadores, que buscan el documento y rastrean la inasible verdad para plegarse a ella en nombre de una tardía e irrisoria justicia humana. El cronista empieza por alzar su pendón partidista apenas tomada la pluma. (BARRENECHEA, *op. cit.* p. 12)

A sucessão de escritores que habitaram as terras andinas e sobre elas escreveram são, em maior ou menor medida, marcados pela parcialidade de suas narrativas, a objetividade de seus textos, e a presencialidade ancorada numa autoridade que reivindica o visto como o ponto alto de legitimação²⁵. A historiografia moderna tem classificado de diversas maneiras os cronistas peruanos. São organizados segundo suas origens — se mestiços, andinos ou espanhóis — e de acordo com suas atividades ou profissão — geógrafos, clérigos, soldados ou juristas (*cf.* PEASE, 1992. p. 140). Igualmente podem ser classificados de acordo com o foco de atuação narrativa ou com o período histórico em que estão inseridos. Deste modo, abundam as classificações que atuam no sentido de organizá-los conforme suas características correspondentes, atualizados no profuso conjunto de historiadores e cronistas integrado por nomes da relevância de Carvajal (1500-1584), Guzmán (1499-1547), Zárate (1514-1585), de Molina (1529-1585), Inca Garcilaso (1539-1616), Guaman Poma de Ayala (1534- 1615), Titu Cusi Yupanqui (1526-1570), Juan de Betanzos (1510-1576), Cieza de León (1520-1554), Bernabé Cobo (1582-1657) ou Pedro de Peralta Barnuevo (1562-1627), entre tantos outros, que dedicaram parte significativa de suas vidas ao ofício de documentar a experiência

²⁴ O autor alude às definições de história presentes no séc. XVI, conduzindo uma excelente reflexão a respeito da sinonímia entre os vocábulos *história* e *crônica* durante o período colonial. *cf.* MIGNOLO, 1982. p. 75.

²⁵ *Dar fé*, uma fé que só podia proceder da palavra escrita, que por sua vez iniciou sua esplendorosa carreira imperial no continente. *cf.* RAMA, *op. cit.* p. 27.

colonizadora, seus resultados e sua história.

Em grande parte, os sistemas classificatórios, ainda que apresentem algum êxito na tentativa de organização do vasto *corpus* que compreendem os escritos coloniais, são pouco eficazes em estabelecer qualquer fio condutor que busque a partir da organização proposta extrair algum raciocínio mais profundo. Isto porque a própria tipologia dos gêneros é algo confusa e muitos dos autores podem se enquadrar em diversos aspectos que buscam limitá-los em uma ou outra sorte de classificação. Desta forma, vários autores compartilham semelhanças que os situaria dentro de um conjunto classificativo, ainda que as diferenças orientassem para um outro grupo de atuação; outrossim, as próprias obras ocupam-se de um amplo número de temáticas que nem sempre são coincidentes entre si. Colabora ainda para o universo de dificuldades, a frequência de títulos que relacionam história às crônicas e estas a diários, ou informes, relações e demais gêneros secundários.

Contudo, a miscelânea de formas e tipos, muitas das quais conjugadas, obedecem a padrões que podem ser identificados mais facilmente se organizados segundo um ordenamento cronológico, ou acompanhados por avaliações historiográficas posteriores ao período colonial. Desta maneira, como sugere Pease (1992), investigar as crônicas e seus desdobramentos, a partir de suas manifestações cíclicas, orienta a formação de um caráter linear sem desconsiderar a polissemia que identifica as vozes de tais empreendimentos. Assim, ciclos concêntricos, que possuem marcadores históricos definidos por alterações significativas nas engrenagens do funcionamento colonial, encerram um conjunto de fatores que intermedia o diálogo das fontes escritas com as realidades subjacentes, oferecendo um apanhado de informações característico de recortes cronológicos bem delimitados, como por exemplo os ciclos da conquista, do descobrimento e urbano, os quais perfazem ritmos temporais bem definidos por mudanças nas estruturas administrativas e das relações entre a metrópole e as colônias.

De maneira semelhante, ainda que considerando o amparo das profissões, Barrenechea pensa que

El esquema más adecuado a mi juicio es, pues, el de los ciclos históricos que narran los cronistas, tomándose principalmente en cuenta el momento en que éstos escriben, como también la profesión y la opinión del cronista, que se coordinan, por lo general, con las circunstancias históricas y con los estados de ánimo colectivos que impulsan a escribir las crónicas. (BARRENECHEA, *op. cit.* p. 16)

A relação entre as expressões escritas e seus ambientes de origem fica ainda mais evidente quando tratamos do ciclo urbano, momento em que a cidade assume um relevante protagonismo textual e sua caracterização passa a significar a prosápia de identidades em

construção, afinal de contas — de acordo com Ángel Rama (*op. cit.* p. 43) —, apenas num ambiente drasticamente citadino a supremacia da *cidade letrada* é evidenciada. Nestes textos, ambientados dentro dos cinturões urbanos, a escrita costuma ser atravessada por um caráter ufanista, numa sucessão de êxitos notáveis que emprestam às cidades os brasões literários capazes de ornar seus nomes em fama e glória. Seus autores são orgulhosos cidadãos, muitos dos quais nascidos e licenciados na própria cidade sobre a qual escrevem, ocupando cargos na administração pública ou nas fileiras eclesiásticas, responsáveis por destacar os eventos que fazem parte do cotidiano popular, acompanhando o desenrolar de uma cultura urbana e cosmopolita ascendente, em conjunto com um acelerado dinamismo comercial. Os eventos cotidianos ocupam grande parte dos escritos, sobretudo aqueles que, por qualquer motivo, promovem um grande abalo nos alicerces sociais, são causa de preocupação coletiva, ou chamam atenção das elites. Formam o conjunto desses eventos as visitas de representantes legais, relações de interesses e conflitos entre instâncias comerciais hostis, iminências de guerra e festividades populares, entre outros motivos.

No período representado pela ascensão de uma cultura letrada, tipicamente urbana, os gêneros começam a se deslocar e passam a assumir características de maior solidez. Desta maneira, o *Diario de Lima*, em consonância com seu subtítulo — *Crónica de la época colonial* —, apresenta caracteres tanto das crônicas (por sua simplicidade narrativa, objetividade e simultaneidade), como do gênero diário. Contudo, algumas questões ainda precisam ser levantadas no que diz respeito à mescla de gêneros, principalmente se levarmos em consideração que o manuscrito se encontrava sem título quando de sua publicação, em 1917. Assim, em vias de uma aproximação que nos permita enxergar suas similaridades e diferenças, como também de nos aprofundarmos em seus atributos formais, conduziremos algumas observações acerca das características que perfazem o gênero diário, do mesmo modo que apontaremos para a disparidade de acepções que este alcança mediante sua análise histórica, para com isso apontarmos o eixo pelo qual transita o texto de Mugaburu, que oscila entre um arcaísmo formal, puramente técnico, e uma antecipada presença na modernidade, marcada em seu polo mais extremo por narrativas atravessadas de personalidade.

4.1.1 O *Diario* e seu diálogo interior

Como gênero, o diário possui, tal qual o conhecemos hoje, funções e características diversas de outros gêneros textuais. Contudo, em seu substrato de origem e em relação às crônicas coloniais, podemos situá-lo a partir de seu aspecto mais relevante, qual seja a ausência de um intento comunicativo que não o meramente restrito ao próprio autor.

Isto é, o diário, embora apresente aspectos narrativos próximos a outros gêneros, sobretudo a crônica, mantém como fundamento precípua de sua identidade o nível de comunicação restrito e limitado, plasmado por uma relação que reduz o autor e leitor a um só sujeito. Não é, portanto, ao menos em suas primícias, um texto que tem por finalidade ser publicado e, por este motivo, não alcança público leitor, razão pela qual, durante muito tempo, não foi considerado propriamente um gênero literário²⁶, mas sim um subgênero, algo mais próximo de um eixo documental e descritivo:

El auténtico diario es un diario redactado exclusivamente para uso del que lo escribe. En razón de la estricta identidad entre autor y lector, carece precisamente de la condición más universal de toda Literatura: el ámbito público de la comunicación. Como palabra escrita, el auténtico diario es lo contrario de la Literatura en cuanto tal. De un modo muy especial esto es lo que ocurre en la Literatura que tiene lugar bajo el dictado de las Preceptivas poéticas — hasta entrado el siglo XVIII —; sin embargo, esto ocurre también en la Literatura moderna, que ha dejado de ser una Literatura normativa. Las peculiaridades constitutivas del diario, es decir, su fragmentarismo, la incoherencia a nivel textual, su referencia a una situación vital concreta, lo abreviado de la información, no se avienen con el concepto de totalidad de la obra literaria, del opus. (PICARD, 1981. p. 116)

Exatamente por renunciar a comunicação intersubjetiva e não se prestar ao público, o diário assume uma certa liberdade estética, na medida que o texto encerra consigo um diálogo interior entre a proposta particular do diarista, o conhecimento prévio que lhe permite traçar caminhos narrativos e a parcial ou total ausência de uma diretriz normativa que o conduza a uma determinada aclimatação textual. Desta maneira, os escritos acabam assumindo os próprios limites lexicais e vocabulares do autor como forma que presume uma estruturação linguística notadamente marcada pelas datas das entradas das informações e a brevidade do conteúdo relatado. Por fim, o diário torna-se um espaço de relativa liberdade, na mesma medida que serve de forte instrumento e se constitui como catalisador de uma cultura popular letrada, alheia às exigências e normativas dos documentos oficiais e da escrita especializada. Por estes motivos — tanto por não obedecer a uma ordem, como por não se prestar a publicação —, os manuscritos, usualmente, são pouco coesos, apresentam notas irregulares e textos que transitam por uma simplicidade lacônica e uma confusão descritiva.

Agustín de Zárate (*ca.* 1514-1575), célebre historiador e cronista peruano, que alcançou fama ainda em vida, tanto pela qualidade de sua obra publicada sob o título *Historia del descubrimiento y conquista de la provincia del Perú* (1555), como pelas aventuras que

²⁶ Quem por primeira vez escreveu sobre o *Diario*, pouco antes de sua publicação, foi Ventura Garcia Calderón (1886-1959) e segundo o próprio, “Mugaburu anotaba cada día los menudos sucesos de la ciudad, sin afeite, sin literatura”, afirmação que corrobora com a ideia de que o diário, naquele momento, por falta de publicidade e *estilo*, não era considerado apto a ocupar espaço no cânone literário. *cf.* CALDERÓN, 1916. p. 177.

viveu no breve período que esteve nas Américas, lança mão de algumas reflexões a respeito do uso do diário como suporte para confecção de outros escritos, confirmando as hipóteses que o situam como um gênero de menor importância, ou acessório:

No pude en el Perú escribir ordenadamente esta relación (que no importara poco para su perfección), porque solo haberla allá comenzado me hubiera de poner en peligro de la vida con un maestro de campo de Gonzalo Pizarro, que amenazaba de matar a cualquiera que escribiese sus hechos, porque entendió que eran más dignos de la ley de olvido (que los atenienses llamaban amnistía) que no de memoria ni perpetuidad. Necesitome a cesar allá en la escriptura, y a traer acá para acabarla los memoriales y diarios que pude haber, por medio de los cuales escribí una relación que no lleva la prolijidad y cumplimiento que requiere el nombre de historia, aunque no va tan breve ni sumaria, que se pueda llamar comentarios, mayormente yendo dividida por libros y capítulos, que es muy diferente de aquella manera de escribir. (ZÁRATE, 1947. p. 459 *apud* GANCEDO, 2017. p. 178)

Outros autores do século XVII, seguindo a mesma linha de raciocínio, colaboram com reflexões similares e ponderam a respeito do uso do diário como suporte ou ferramenta auxiliar:

Luis Cabrera de Córdoba (Historia de Felipe II, 1619) afirma que la labor del historiador es “escribir diarios de cuanto había y hacía para perficionar con la experiencia la arte”; o, de nuevo más cerca del contexto americano, Bernabé Cobo, quien en su Historia del Nuevo Mundo (1653) escribe: “he hallado mucha luz de cosas antiguas en papeles manuscritos, como son diarios y relaciones que hicieron algunos conquistadores, y guardan ahora sus descendientes” (Cobo, 1890: 4). Joan Pérez de Mirabal (Relación Mirabilina, 1661) escribe sobre la exploración de la actual Bolivia, que pretendía “escribir y sacar del diario relación de la jornada que se auide haçer aquel año como en efecto se hiço”. Carlos de Sigüenza y Góngora, por fin, afirma que se valdrá de “las cartas y diarios” que se escribieron para construir su propia relación (Relación de lo sucedido a la armada de Barlovento, 1691). (*Ibid.*, pp. 178-179)

Em outros termos, os diários, garimpados por cronistas e historiadores, também serviam como peças fundamentais para a composição do quebra-cabeça narrativo das colônias. As histórias eram verificadas, confirmadas e referendadas pelos escritos daqueles que a viveram *ipso facto* e organizavam o cabedal de referências necessário para a consolidação de uma retórica vigorosa e convincente. Eram, portanto, crônicas informais, textos e papéis esparsos mantidos por escritores, no mais das vezes, anônimos, que ganhavam luz sob os holofotes das instituições normativas mediadas sob a tutela de funcionários letrados e/ou escritores destinados para este ofício.

Assim, mesmo não gozando da qualidade narrativa que caracteriza os escritos de muitos cronistas coloniais avalizados pelo cânone, os diários são fontes valiosíssimas para perceber a riqueza da vida urbana na época colonial. São ações de governo, fenômenos naturais, celebrações oficiais, pompas fúnebres, autoridades civis e religiosas, visitantes

ilustres, aventureiros, bandidos, escândalos, distúrbios, catástrofes e costumes que desfilam por suas páginas com profusão de pormenores.

Além do que, mesmo com particularidades aparentemente contrastantes com gêneros que tem por finalidade o alcance ao público e marcado por uma interlocução restrita e fragmentária, o diário é um modo pelo qual uma determinada consciência organiza e realiza suas reações diante de uma realidade específica, isto é, embora negue a comunicação intersubjetiva, armazena informações acerca da vida de quem o escreveu e do período em que foi escrito, além de produzir, em geral de maneira inconsciente, uma realidade simbólica capaz de dar conta de um universo de sentidos próprios, tanto da maneira com que se escreve, como da forma com que essa escrita é concebida em determinado período. Ademais,

en última instancia, también la descripción del yo que se encuentra en el diario, incluso la que más se parezca al documento, esconde un yo en cierto sentido ficcional. Este hecho es el que, en última instancia, explica por qué el auténtico diario ha podido ser sacado de la oscuridad de lo privado y llevado a la luz pública de lo literario. (PICARD, *op. cit.* pp. 116-117)

Para isso, não obstante, é preciso que chegue aos olhos de um ou mais leitores que valorizem suas informações e decidam publicá-lo. E a ocasião que permitiu ao diário um espaço dentro da apreciação estética literária só veio muito recentemente, em consonância com a emergência da Antropologia, o interesse pelo indivíduo e seus aspectos biográficos. No caso dos diários coloniais, diferentes dos diários modernos, que são marcados por uma escrita íntima, pontuada por efusões de uma subjetividade de inspiração romântica, a independência de muitas das ex-colônias hispano-americanas e a conseqüente busca por uma identidade nacional foi o motor que mais mobilizou o interesse por publicações. Considerados como parte fundamental do amplo espectro que abraça a produção literária da época colonial, os diários foram publicados pelo interesse e reconhecimento de especialistas no vasto campo que compreende os estudos coloniais latino-americanos.

O próprio diário de Mugaburu, a despeito de ter sido escrito no século XVII, foi publicado apenas em 1917, por Carlos Alberto Romero Ramírez (1863-1956), historiador e bibliotecário peruano, e Horácio Urteaga (1877-1952), também historiador, responsáveis pela direção da *Colección de Libros y Documentos referentes a la História del Perú*. No prólogo ao *Diario*, Urteaga descreve sua importância a partir da possibilidade de

descubrir la vida de esas generaciones muertas, conocer la intimidad de los hogares, saber los pormenores de sus costumbres, de sus aficiones, de sus prácticas devotas, su pensamiento original, sin el filtro de los relatos oficiales [...] Este libro salva el obstáculo y es el rayo de luz que disipa para siempre las tinieblas. La noche colonial se aclara con luz meridiana; y nosotros, con la imprudencia que tiene la curiosidad histórica, penetramos en el santuario de la vida íntima para descubrir las entrañas de esa urbe antigua

que fue el gran hogar de nuestros progenitores. (URTEAGA, 1917. p. ix)

Convém destacar que, durante o século XVII, as cidades americanas celebravam a herança de uma tradição que pouco tempo antes havia se estabelecido em muitas urbes europeias, a da escrita da cidade. Panegiristas das mais diversas estirpes se acotovelavam nas descrições laudatórias das urbes coloniais, alimentando um diminuto, embora expressivo, mercado de publicações que celebravam os relatos citadinos, suas histórias e funções civilizatórias, aumentando consideravelmente o prestígio de alguns centros urbanos em detrimento de outros. A figura do cronista urbano se consagrava na arquitetura das palavras, responsável por dinamizar o amplexo descritivo que reconstruía e eternizava a cidade para além de sua própria existência.

Ademais, grande era o incentivo provocado pela emissão de cédulas reais que orientavam o registro das ocorrências, episódios e eventos que tomavam forma nos centros urbanos. Duas, especificamente, emitidas em 16 de dezembro de 1623 e 23 de novembro de 1631, expressam enfaticamente tal necessidade, muito provavelmente pela crescente preocupação que despertava a situação social e demográfica da cidade de Lima, e a incompetência das autoridades em garantir seu devido controle (cf. MARTÍN, 2013. p. 14). Como resultado de fomentos normativos dessa natureza, em conjunto com a aura distintiva de cada centro urbano, celebrados pela escrita de diversos cronistas de renome, o século XVII viu surgir este novo tipo de crônica, denominada *diario*, mais próxima das diatribes cotidianas e caracterizada por uma inclinação às descrições mais fáticas e localizadas, com reflexões restritas, linguagem simples e pouco metafórica, acompanhada de uma forte marcação cronológica.

Escritos em rigorosa terceira pessoa, estes catálogos de episódios transcendentais e banais se interessam pela captação do presente e da vida pública em todas suas possíveis variações e circunstâncias. São, em certa medida, avessos a detalhes de intimidade particular, acentuadamente sucintos, e poucas são as menções que exploram miudezas subjetivas do autor, mapeadas apenas pelo olhar atento e perscrutador da pesquisa. Funcionam como uma espécie de documento, um inventário do cotidiano citadino emanado pelo forte estímulo da Coroa pela escrita como ferramenta de controle, previsão e monitoramento.

Os relatos que lhes atribuem uma leitura confusa e labiríntica, sendo bastante modesto, não são poucos a ponto de os descartarmos como casos isolados, nem, contudo, são tão marcantes que os faça perder a importância ou os caracterize completamente, não obstante nos auxilia como exemplo no traçado de suas peculiaridades. Observações a este respeito realiza García Figueroa sobre os *Diarios* mexicanos de Martín de Guijo (1606-1676) e

Antonio de Robles (1645-1710): “El estilo es a veces descuidado, abunda en repeticiones, se suprimen de cuando en cuando frases que truncan el sentido, se deja uno que otro nombre en blanco y por error al escribir están desfiguradas muchas palabras” (FIGUEROA, 1853 *apud* MARTÍN, *op. cit.* p. 14). Ventura García Calderón (1916), amigo próximo dos editores do *Diario* de Mugaburu, afirma que sua escrita é a “peor y la más gongórica”, o que com muito esforço e dificuldades permite obter algo de útil, “bajo las volutas de la horajasca” (p. 178). Com efeito, os diários coloniais estão longe de proporcionar um deleite genuíno e o *espéculus majus* a que se refere Urteaga (1917), ao caracterizar o *Diario* de Mugaburu em seu prólogo, por vezes é tão embaçado que a leitura só ganha vigor mediante o auxílio de uma série de referências.

Ainda diante dos distintos caracteres que marcam a fronteira de um *diário* colonial, sua forma e proposta, e as manifestações mais próximas da escrita íntima, de caráter subjetivo, podemos utilizar como um importante exemplo, o contexto de escrita de um outro *diario*, o de Juan Antonio Suardo, escrito entre 1629 e 1639 (mesmo período do vice-reinado do Conde de Chinchón), um ano antes do início da redação do *diario* de Mugaburu — o que nos leva a crer que ambos tomaram conhecimento um do trabalho do outro —, como meio de observarmos as diferenças e os efeitos provocados por uma proposta textual que destina-se a publicação²⁷ e outra que não. O primeiro fora encomendado diretamente ao vice-rei²⁸ que, se esquivando do dever de fazê-lo, determina a um clérigo, Antonio Suardo, dar continuidade a tarefa que já havia começado pouco tempo antes de sua posse. Os relatos de Suardo e todo seu trabalho é enviado paulatinamente à península, razão pela qual existem cópias de seus manuscritos, junto às correspondências do Conde, no Arquivo Geral das Índias. Apesar de ambos escritos adotarem uma organização análoga, é precisamente através do êxito que corresponde à leitura de um destinatário e a orientação direta para um propósito político-administrativo, expressos no caso de Suardo, que as similaridades se dissipam:

en contraste con el diario de Suardo, que era un documento fundamentalmente político y administrativo destinado a conocer mejor los entresijos, peculiaridades y desmanes de la capital del Perú con el objetivo

²⁷ Publicação no sentido de emissão, já que neste caso o diário destina-se a um público leitor específico, especializado e direcionado a um caráter de leitura utilitária. Muitos manuscritos obedientes a esta finalidade encontram-se no Arquivo Geral das Índias.

²⁸ Em razão das cédulas de 16 de novembro de 1628 e de 23 de dezembro de 1631, “se le ordenó que hiciera relación diaria de los asuntos que ocurrieran en el Perú, y que la enviase un año antes de salir para España, pero debido a lo largo de su Virreinato, la mandó en tres distintas remesas: la primera en 1634, la segunda en 1637 y la tercera y última en 1639” (MUZQUIZ DE MIGUEL, 1945. p. 50). Muito provavelmente o *diario* de Suardo figura entre essas remessas, junto às admoestações do próprio Vice-rei acerca de sua escrita prolixa e intrincada: “tan larga y prolija que ha de tener trabajo de leerla y no aseguro la certidumbre de todas las cosas que refiere, porque como se ha alargado a tantas y las entendió por tan diferentes vías, no es posible que se hayan puesto todas con entera precisión” (UGARTE, 1936, VII *apud* MARTÍN, *op. cit.* p. 14).

de gestionarla de manera más adecuada para los propósitos establecidos por las autoridades coloniales, el diario de Mugaburu no fue redactado por mandato oficial y, desde luego, no fue enviado a España para entretenimiento y provecho de los funcionarios del Consejo de Indias. (MARTÍN, *op. cit.* p. 15)

Efetivamente, por não se tratar de um documento oficial, não sendo encomendado pela coroa, ou apreciado pelo Conselho das Índias, o *Diario* de Mugaburu acaba por revelar uma experiência assaz moderna para a época em que foi escrito, deixando transparecer uma identidade subjetiva muito particular de seus autores na construção da narrativa. Ao passo que no *diario* de Suardo o autor raramente faz menção à tópicos relacionados com sua vida ou de seus próximos, se concentrando objetivamente nos aspectos demandados pelas diversas e sempre constantes necessidades administrativas, Mugaburu, em meio ao rígido controle de uma performance narrativa marcada pelas já mencionadas objetividade e discrição, nos permite uma tímida aproximação ao seu círculo familiar, nos legando dados particulares de sua vida íntima.

Assim, caminhamos por um cotejo sorumbático a respeito de sua extensa prole²⁹, quase toda ela falecida antes da idade adulta, intercalado por episódios de conteúdo completamente indiferente a mortalidade infantil experienciada pelo autor. Registra em seu diário o nascimento e morte, em 1644, de sua primeira filha Antonia Marcela, em meio a entradas que tratam de um entusiasmado novenário à Nossa Senhora do Rosário, em abril do mesmo ano, e a solene construção da igreja de Santa Clara, em novembro:

Nació Antonia Marcela viernes, a las doce y tres cuartos de la noche, día de señor San Marcelo, que es a diez y seis de enero, de mil y seiscientos y treinta y siete años. Y tembló la tierra al punto que estaba para nacer. Y fue a la pila de edad de veinte y cinco días, y la bautizó el bachiller Francisco Pulido en la iglesia de Señora Santa Ana. Y fue su padrino Miguel Don, artillero y comisario de la artillería del puerto del Callao. Y fue confirmada en trece de marzo de 1642. Murió mi Antonia Marcela viernes 12 de febrero de 1644 y está enterrada en San Francisco. Yo me velé con doña Jerónima Maldonado y Flores, mi mujer, en Señora Santa Ana, en 16 de febrero de 1637, y fueron mis padrinos Juan Carrillo y Juana Cárdenas, su mujer. (MUGABURU, 1917a. pp. 211-212)

Todos os seus filhos foram batizados, e enterrados os que morriam, na paróquia de Santa Ana, sede do hospital de mesmo nome, a que o autor sempre faz questão de referir-se carinhosamente com o auxílio do pronome possessivo — “la iglesia del hospital de mi señora Santa Ana” (*Ibid.*, p. 76) —, demonstrativo de sua fé e da construção de uma relação familiar pontuada pela vida e morte dos seus descendentes. O próprio Francisco de Mugaburu, um dos

²⁹ Mugaburu casou-se com a senhora Jerónima Flores Maldonado, em 1636, viúva, que já tinha dois filhos do casamento anterior, Damiana e Sebastián, e com ela teve mais 10 filhos, dos quais apenas dois chegaram à idade adulta e tornaram-se sacerdotes.

dois filhos sobreviventes de sua prole e responsável pela continuação do diário, fora batizado ali, em 1647: “bautizóse en Señora Santa Ana, que eran curas el doctor don Julián de los Ríos y el doctor Vergara” (*Ibid.*, p. 214). Este pequeno recém-nascido, que naquela altura já possuía quatro irmãos, nenhum dos quais sobrevivente à tenra idade, representava a esperança do jovem casal na perpetuação de sua incipiente família. Anos mais tarde, 39 precisamente, Francisco de Mugaburu, adulto formado, franciscano posteriormente secularizado — referenciado pelo seu pai em diversas ocasiões —, toma a pena e escreve no diário suas primeiras entradas, durante o momento de convalescença do pai, pouco antes de anunciar sua morte, como quem elabora um memorando para a eternidade, sem dirigir-se a interlocutor algum e ao mesmo tempo descerrando os alabastrinos de uma comunicação etérea com seu próprio genitor, figurado em sua consciência:

Martes doce de noviembre de 86 años murió mi querido padre el capitán don Joseph de Mugaburu y Honton, entre seis y siete de la mañana, habiendo estado dos meses curándose de los fines de sus achaques; después de dolor, ardor de los riñones, le sobrevino una palpitación desde el estómago al pecho; y lunes en la noche, 11 de noviembre, echó unos coagulones de sangre. Sosegó después, y a las cinco de la mañana volvió a echarla, con que, por último, entre seis y siete la echó por boca y narices hasta que expiró. En su enfermedad recibió dos veces el viático y una el santo oleo; confesó muchas veces, dejándonos seguras esperanzas de su salvación, así por su buena vida como por su buena muerte. Murió de edad de ochenta años menos dos meses, poco más o menos [...] miércoles trece de dicho mes se enterró de cuerpo presente en la Soledad, entre nueve y diez de la mañana, a misa de cuerpo presente, con la decencia que mis fuerzas alcanzaron. (*Ibid.*, p. 185)

Talvez assumindo uma missão, cujos objetivos jamais poderemos saber mais do que intuir, Francisco empresta seu tempo e dedicação a continuar a tarefa do pai e o faz antes de sua morte. A última nota escrita pelo velho Joseph, naquele momento com 79 anos, data de dois de outubro de 1686, uma quarta-feira, e relata a chegada do general Tomás Paravisino, vindo do Panamá com vários navios carregados de “ropa y muchos bajeles”, provocando à cidade muito *regocijo* (*Ibid.*, p. 184). Já doente e debilitado, Mugaburu pai cede espaço para o seu filho, que reanima a cidade e explora a vida que continua e permanece: Francisco deposita mais duas entradas situando o mesmo personagem, Tomás Paravisino, em momento de festa, exibindo-se³⁰ nas corridas de touros que celebravam o aniversário do rei, realizadas na *Plaza Mayor*, dois meses após a última nota de Joseph. Três dias depois o pai falece e Francisco assume seu diário, até ser abandonado definitivamente em 1694. Os escritos de Francisco são esparsos e, se comparados aos do pai, possuem uma menor variedade temática. Detém-se com maior ênfase nos relatos eclesiásticos e administrativos da cidade, narrando as mortes de

³⁰ “Habiendo antes de comenzarlos paseado tres veces la plaza al estribo de un coche”. *cf. Ibid.*, p. 185.

pessoas notáveis e a chegada de emissários à província.

Joseph de Mugaburu nasceu no alvorecer do século XVII, como podemos verificar através da idade que tinha na data de sua morte, seguiu carreira militar e já era sargento desde muito antes da redação do diário, motivo pelo qual muito se orgulhava. Em 1644, o jovem sargento participava com alguma desenvoltura e fascínio de um novenário destinado à nossa senhora do Rosário de Santo Domingo. A imagem da santa “de Nuestra Señora tenía más de dos millones de joyas y perlería” e passeava pelas ruas da cidade em meio a “muchos fuegos” e “muchos escuadrones los dos días, de ida y vuelta, de a pie y de a caballo”. Diante de tanta “alabanza” e cercado por uma série de figuras distintas do *cenário* militar, Mugaburu não podia deixar de reconhecer-se membro: “yo era uno de ellos” (*Ibid.*, p. 6).

A narrativa de sua vida e de seus familiares é sumária, poucas frases dão conta de relatar eventos dramáticos e os detalhes são joias escassas, apenas encontradas se dilapidadas na flor da rocha. Passos narrativos tímidos e acanhados pronomes pessoais — aqui e ali distintivos movimentos lexicais —, são verdadeiros oásis de vida que transformam num universo de cores uma aparente aridez, apenas e tão somente aparente. O conjunto de forças que mobiliza atravessa a memória com tanta simplicidade que o resultado, assim mesmo no detalhe, é assombroso. Em 1647 uma grave notícia põe toda a Lima colonial em alvoroço: o único herdeiro do rei Felipe IV, Baltasar Carlos — representado abaixo na *Figura 8*, morre aos 16 anos, vitimado pela varíola, cravando um punhal de incertezas no coração da casa de Áustria.

Um herdeiro e sua morte prematura, um menino que jamais tocara os pés em terras americanas celebrado por poetas da envergadura de Carvajal y Robles³¹ e eternizado por historiadores responsáveis por desenovelar fios das crises políticas e econômicas do império espanhol; um monarca preocupado e as conspirações de seus súditos. Tão distante quanto as milhas náuticas que separam ambos os continentes, um simulacro de corte do outro lado além-mar também se agita com o retardo das notícias que aqui chegam com o seu devido atraso. Festas são celebradas em honra ao jovem príncipe e seu reinado interrompido pela morte, organizam-se cerimônias, sinos badalam nas catedrais e a indiferença dos notáveis faz coro com a ilustre presença dos anônimos, inclusive daqueles que, em meio aos enfoques macroanalíticos, soerguem a voz diante da multidão e negam solenemente a inexistência imposta. Mugaburu, o então jovem sargento, estava lá e seria eclipsado pelo prisma dilatado

³¹ Escreveu o livro *Fiestas de Lima por el nacimiento del príncipe Baltasar Carlos*, publicado em 1632, tanto em Lima como na Espanha.

das análises estruturais, não fosse seu hábito narrativo. Escreveu sobre o engajamento de toda uma grande cidade pasmada por um evento fúnebre e como se reconhecesse ali a ereção de um pináculo na História ocidental, decidiu evidenciar-se:

Fue muy suntuoso el túmulo, con muchas curiosidades, muchas luces y muchos geroglíficos [...] Salió mucha gente del batallón de esta ciudad con sus armas, que se pusieron en hileras haciendo una calle ancha, por donde pasó todo el acompañamiento, con muy grande ostentación [...] Había doce sargentos, entre los cuales era yo uno de ellos, llamado Josephe de Mugaburu [...] Y porque es verdad todo, como testigo de vista lo escribí. (*Ibid.*, p. 11)

Contrariamente às indicações postas pela ostentação cerimoniosa e a presunção dos ritos, o pináculo se desfez numa *picota*, como a que inaugurou a cidade, hoje desaparecida³², um rude pedaço de madeira, tosco e hirsuto, inaugurado ao lado de vigorosas pedras fundamentais.

Figura 8 – O jovem príncipe Baltasar Carlos, único herdeiro de Felipe IV, morre aos 16 anos, deixando a *Ciudad de Los Reyes* enlutada.



Fonte: Museo del Prado. Disponível em: <<https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/el-principe-baltasar-carlos-a-caballo/5d224aa8-4d2c-47e0-b3b2-3ea37229cdeb>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

Pouco tempo depois chega “otro aviso de España”, o rei tem pressa e casa-se com sua sobrinha, Mariana de Áustria (1634-1696), provocando um novo alvoroço, e a cidade, que há pouco enlutava-se pela morte do jovem príncipe, comemora as segundas núpcias do rei em

³² No século XVII a *picota*, representante máxima do convulsionado tempo da conquista, já havia sido substituída por uma fonte imponente. A madeira foi transferida para outro ponto da *plaza mayor*, em frente a passagem dos clérigos (atual passagem Olaya), para ser levada finalmente à pequena, e desaparecida, Praça dos Desamparados, onde seu rastro é completamente perdido. cf. BURNEO, *op. cit.* p. 27.

grandiosa festa, digna de seu nome e glória. Mugaburu (*op. cit.*), embora destacando a “ostentación y gran solemnidad” (p. 12) do evento, não lhe rende mais que algumas linhas e dessa vez opta por manter-se como um moroso redator, sem demonstrar qualquer efusão de entusiasmo.

O *Diario* e seus sucessos, além das inúmeras descrições particulares e suas idiossincrasias — como casamentos, mortes e viagens de seus familiares e próximos —, opera respeitando o eixo de trânsito geográfico de Mugaburu: em 1676, respondendo convite de um de seus filhos, Josephe, muda-se de Lima para Cusco, onde permanece escrevendo, desta vez relatando o cotidiano da vida cusquenha, quando, em 1677, seu filho morre e Mugaburu regressa para Lima, dando continuidade a seus escritos na cidade natal de sua composição. Desta maneira, fica claro a importância do olhar sobre a cidade: a presença do autor é refletida tanto no respaldo que dá a seus escritos, por se colocar como testemunha ocular do relato, como também por retratar as cidades a partir da perspectiva de sua presença. Em outras palavras, as cidades de Cusco e Lima descritas por Mugaburu são o retrato de sua própria existência em ambas, fazendo delas ícones e personagens de sua memória narrativa.

Ambos coexistem e alimentam uma relação simbiótica: Mugaburu e o diário são partes de um mesmo organismo. Um organismo cujo vetor expressivo revitaliza o que há de mais emblemático no dia a dia de uma cidade, a vida das pessoas. E através da sua vida e a de seus familiares, alcançamos marcos ainda mais pertinentes do construto social da colônia. Mesmo quando os relatos persistem numa retórica arisca, quase lúgubre, ou insistem num cotejo pedregoso, sabemos da musculatura que segura a pena, do cansaço do sargento cheio de abotoaduras, talvez até da preocupação com os filhos — sobretudo Damiana, a querida *Damianilla*, viúva de dois casamentos, e Josephe, de quem descreve a morte sofrida³³.

Afeiçoado às condutas militares e administrativas, os eventos narrados por Mugaburu são aparelhados pelo cariz eclesiástico de seu filho Francisco e em muito se assemelham. Em geral, correspondem a uma sorte de signos de grande vulto. São elementos que, para aquela cidade, representavam a inscrição nos grossos tomos da História, razão pela qual as solenidades oficiais, sejam elas seculares ou eclesiásticas, ocupam grande parte da narrativa e retratam a teia de maior interesse de Mugaburu. Entre estes eventos, destacam-se a

³³ Damiana, a filha mais citada no diário, a quem o autor se refere com um pálido carinho, casou-se em primeiras núpcias com Agustín de Iparraguirre, falecido em 1658. Logo em seguida, ainda no mesmo ano, casa-se com Francisco de Ribero, de quem se separa por nulidade pouco depois, casando-se novamente com Diego Pardo. Morreu esmagada por um terremoto, em 1687, aos 54 anos de idade. Josephe, por seu turno, falece em Yanaoca, após convalescer por dois meses, entre junho e agosto, padecendo de uma enfermidade terrível, que lhe tirava sangue pelo nariz e o fazia constantemente pedir a confissão. Morreu em 18 de agosto de 1677, contando apenas com 36 anos. (ROMERO, 1917. pp. xiii-xvi)

atuação do tribunal do Santo Ofício, as entradas, cerimônias e enterros de pessoas notáveis e as festas celebradas na capital. Através destas ocorrências, a cidade promove sua própria existência e concede a seus habitantes razão de nela existirem. São os signos que melhor confeccionam a malha da sociedade colonial e avalizam o funcionamento do sistema.

4.2 A MORTE E AS *MORTES* DE FELIPE IV

Em 1622, respeitando o já assinalado atraso de *avisos* que chegavam às colônias, o Rei Felipe IV (1605-1665), aos 16 anos, esteve *presente* na *Plaza Mayor* de Lima, em virtude de sua proclamação³⁴. Conduzido por uma ornada liteira, coberta por um luxuoso dossel, o jovem Rei passava por entre a população admirada. Os representantes legais se amotinavam em honrarias e a igreja conduzia seu cerimonioso cortejo em reconhecimento ao caráter transcendente e legítimo da nova posse. A cidade estava em festa e toda a sua heterogênea população participava animada. Mugaburu ainda não havia começado o seu *Diario* àquela altura, mas seguramente fazia parte da multidão de anônimos, decerto colaborando com a segurança de tão solene evento. A oportunidade de registrar a posse do novo monarca escapou ao nosso cronista, mas ficou gravada na história da capital como um desses grandes acontecimentos que costumam permanecer guardados na memória da população e que, de tempos em tempos, se atualizam, em anedotas e contos, no boca-a-boca do povo, sobretudo por que o Rei de fato não estava lá. Em seu lugar, uma representação alegórica, desmesuradamente alta, performava sua presença num simulacro digno do mais portentoso teatro barroco:

Cuando los cuatro hombres y el Rey subieron al estrado con todo el respeto, veneración y majestad requerida, los oidores y demás personas sentadas en los estrados y galerías alledañas se pusieron de pie y descubrieron sus cabezas mientras el retrato era “sentado” en su trono — descrito como un sillón ricamente elaborado y lujosamente adornado — situado bajo un dosel de tela fina de oro. Una vez que el rey fue acomodado en su trono, los oidores se sentaron y cubrieron sus cabezas, mientras los alcaldes y el Cabildo bajaron del estrado “haciendo profundas reverencias al Theatro del Rey Nuestro Señor” [...] mientras esto sucedía, escuadrones lujosamente uniformados comenzaron a entrar en la Plaza Mayor comandados por Diego de Carvajal, correo mayor del Perú y teniente de caballería. Compañías montadas de arcabuceros seguidos por cien hombres de la artillería marcharon ante el “theatro” construido para la ocasión haciendo profundas reverencias al Rey sentado en su trono. Seguían a la infantería doscientos hombres uniformados, los cuales también hacían reverencias al monarca. Cuando las compañías finalmente se ubicaron en la plaza frente al estrado, formaron, según Herrera, cuatro bloques de 25 filas de hombres uniformados todos los cuales saludaron al Rey con un disparo de sus mosquetes al aire. Este acontecimiento fue observado y vitoreado por las multitudes

³⁴ Felipe IV assumiu o trono espanhol em 1621, um ano antes da cerimônia em Lima.

congregadas en los techos, balcones, y ventanas de los edificios y calles alrededor de la Plaza Mayor. (OSORIO, 2004. pp. 6-7)

A *presença* do Rei, ainda que fisicamente inexistente, manifestava a consagração dos mecanismos necessários à sua efetiva autoridade. O Rei, para a grande maioria daquelas gentes era tão somente um emissário de cédulas, um longínquo e incompreensível representante das diretrizes fiscais e oficiais do império, afinal de contas nenhum dos representantes máximos chegou a visitar suas colônias, segundo nos conta Osorio: “es de dominio común que los reyes de España nunca visitaron las Indias. Sin embargo, el Rey fue visto en América como la “cabeza” legítima de la monarquía española durante el periodo colonial” (*Ibid.*, p. 7). Assim, o teatro que representava sua proclamação funcionava como um pacto que legitimava a onipresença Real na articulação dos elementos e símbolos responsáveis por conduzir o cotidiano das populações, o andamento das engrenagens, as regulações comerciais e o desempenho das instituições que vinculavam as colônias à metrópole, além de conservar a estrutura estamental do regime.

As proclamações reais são, junto com as honras fúnebres à morte do soberano, as jornadas e as entradas reais, ocasiões paradigmáticas para externalizar os símbolos do poder e canalizar a resposta social de aprovação às mudanças nos regulamentos, normas administrativas e sedimentar as condições que favorecem a estrutura fortemente hierarquizada do sistema colonial. Apesar de possuir o seu epicentro na corte peninsular, as celebrações se irradiam para todos os centros urbanos coloniais e assumem, a partir de diversos graus, efeitos sobre as múltiplas camadas que compõem o tecido social. Não por acaso, quando saía uma comitiva real do porto de Callao a caminho de Lima, “los notables peruleros gustaban de empedrar las calles con barras de plata para el paso de la comitiva virreinal” (MOLA, 2000. p. 2142).

Tão importante quanto estas festividades era todo o arcabouço simbólico que conduzia o evento, decerto incompreensível em sua totalidade, a uma materialização coerente na memória da população que se abrigava nas praças para observar o desenrolar do espetáculo. A vida ganhava sentido, os mercados se abarrotavam, as congregações religiosas em alvíssaras distribuía bençãos e louvores, ladrões espreitavam oportunidades e a população extraía daquela miríade de artifícios festivos significados variados: mitos conduzidos por carros alegóricos e sermões coléricos eram lubrificados pelo consumo de álcool em grandes quantidades, e o vitupério caminhava alegremente pelos motivos sagrados e divinatórios que determinavam os festejos. A *plaza mayor*, espaço no qual o regime mediatizava sua comunicação com o povo, lotava e, em geral, tão grande era “el concurso de

la gente que ni se podía entrar en la iglesia ni andar por la plaza” (MUGABURU, *op. cit.* p. 77). As festas eram tão concorridas que a expressão utilizada com maior frequência por Mugaburu para se referir a elas é um lugar-comum no diário: “fue cosa que jamás se había visto en este reino” (*Ibid.*, p. 86).

Figura 9 – Felipe IV repousando em sono eterno, enquanto as cidades coloniais sob o domínio da coroa espanhola se agitam para as honrarias fúnebres.



Fonte: Círipedia. Disponível em: <<https://cipripedia.com/2016/11/04/el-tumulo-de-felipe-iv-y-el-barroco-madrileno/>>. Acessado em: 04 de julho de 2022.

Ao passo de quatro décadas, em 1666, a cidade recebe, no dia 24 de julho, um verdadeiro obituário, onde constavam as mortes do Monarca, falecido “de unas cámaras de sangre, que duró cinco días” — representado pela *Figura 9* acima —, do Arcebispo de Toledo e de “otros reyes y potentados” (*Ibid.*, p. 121), além de informes acerca do frágil estado de saúde do Papa Alexandre VII, que viria a morrer no ano seguinte, em 1667, e dados acerca de “cómo gobernaba la Reina [Mariana de Áustria] nuestra señora con cuatro grandes y el Presidente de Castilla” (*Ibid.*, *loc. cit.*), antes da maioridade do príncipe Carlos II.

Dois dias após a chegada do informe, numa segunda-feira, a grande cerimônia de exéquias se iniciava e duraria meses, com a “Catedral desta ciudad, tocando cien campanadas con la campana grande” (*Ibid.*, p. 122), de tal modo sincronizado que “clamaron todos los conventos e cuantas iglesias hay en esta ciudad desde la dos de la tarde hasta la oración” (*Ibid.*, *loc. cit.*), que ocorria sempre na hora do *angelus*, às 18 horas da tarde. Na quarta-feira seguinte, a população se amontoava diante dos *pregoneros* na *Plaza Mayor* que, em conjunto

com o presidente da Real Audiência de Lima, D. Bernardo de Iturrizarra (1608-1678), e seus *oidores*, Bartolomé de Salazar, Pedro González de Guzmán, Fernando de Velasco e Francisco de Mejia, anunciavam que todos, “hombres y mujeres, pusieran luto dentro de tercero día, conforme a la calidad y pusible de cada uno” (*Ibid., loc. cit.*). Naquele momento a cidade de Lima já vivia uma situação política de relativa instabilidade, o Conde de Santisteban (1607-1666) havia morrido pouco antes, em março, e a *Ciudad de los Reyes* esperava ansiosa a chegada de um novo governante.

Logo após o anúncio dos excelsos funcionários, “todos los ministros de Justicia y los dos alcaldes ordinarios y alguacil mayor de la ciudad, D. Nicolás de Torres” (*Ibid., loc. cit.*), saíram numa procissão fúnebre, ao som de clarins roucos, no mesmo momento que, distante dali, no porto de Callao, trinta peças de artilharia eram disparadas com tal força “que se oyeron como si se dispararan en la misma plaza de Lima, que causaron muy gran sentimiento” (*Ibid., loc. cit.*).

Contudo, apenas a 16 de setembro “se hicieron las honras de nuestro Rey y señor en la iglesia Mayor” (*Ibid., p. 123*), com “solemnidad y grandeza” e tão elegante quanto fora a cerimônia realizada em função do filho Baltasar. As ruas estavam repletas de pessoas enlutadas, vestidas de preto, arrastando seus longos hábitos. Um largo palanque de tábuas fora construído para os membros da corte, o seu cumprimento era tal que alcançava do palácio à catedral. Nele estavam D. Bartolomé de Salazar, D. Manuel, filho do falecido Conde de Santisteban, entre outras figuras notáveis. O cortejo fúnebre teve início com o desfile das companhias do Mestre de Campo D. Francisco de la Cueva e seus capitães, cada um dirigindo um grupamento de cem homens, rigorosamente vestidos de luto. A ausência de D. Bernardo de Iturrizarra fora notada e perfeitamente justificada por Mugaburu, o Presidente estava “enfermo en la cama” (*Ibid., loc. cit.*), de modo que D. Bartolomé de Salazar, magistrado da Real Audiência e antigo reitor da Universidade de São Marcos, ocupava interinamente o seu posto e desempenhava o importante papel cenográfico de Presidente na arquitetura do espetáculo.

No porto de Callao, como de costume, as peças de artilharia eram utilizadas sem limites e a quantidade exorbitante de cera e velas utilizadas revelava a grandiosidade do evento:

en estos dos días se gastaron de cera dos mil seiscientas y treinta y una libras de cera, que hacen 26 quintales, una arroba y once libras, sin lo que se dió a cada religión que vino a la iglesia mayor a cantar misa y responso, que fueron a 100 velas de a libra a cada religión; y a las parroquias, por lo mesmo, a cincuenta velas de a libra. (*Ibid., p. 124*)

Na quinta-feira, no segundo dia de cerimônia, desfilavam as quatro congregações religiosas — dominicanos, mercedários, franciscanos e agostinianos —, acompanhados de toda a clerezia adjacente e as ordens menores, todos com seus hábitos bordados segundo o costume de cada irmandade. Ao total foram mais de “400 sacerdotes”, guarnecidos por “canónigos arrastrando sus loras grandes de tafetán negro” (*Ibid., loc. cit.*), conduzidos pelo Arcebispo D. Pedro de Villagómez (1589-1671), o mesmo responsável pela cerimônia do príncipe Baltasar. O Mestre de Campo realizava a mesma apresentação do dia anterior, com a mesma pompa e quantidade de homens.

Na catedral de Lima repousava um túmulo imenso³⁵ “que llegaba hasta el techo, de grande arquitetura y muy curioso” (*Ibid., loc. cit.*), segundo o fascinado Mugaburu nos advertia. Nele cabiam mais de mil luzes e para isso foram gastas todas as velas e ceras antes referidas. Tudo estava coberto com damascos negros com detalhes em ouro e a abóboda da igreja revestida por um longo tecido escuro. A solenidade do luto ganhava suas cores e contornos nos detalhes e contrastes decorativos da catedral. As pilastras ao redor do túmulo estavam ornadas com tecidos coloridos e estes eram os únicos a quebrar o tom lóbrego do ambiente. Mugaburu, ao se referir a decoração, destaca: “todo estuvo que no había otra cosa que ver, que fue um todo” (MUGABURU, *op. cit., loc. cit.*).

Na sexta-feira, no terceiro dia de cerimônia, 17 de setembro de 1666, as congregações religiosas celebraram uma longa missa em homenagem ao Rei. Cada uma recebeu o quantitativo de cem velas. Os encarregados pelos discursos foram o Arcebispo D. Pedro de Villagómez e o cônego D. Palma. Cânticos foram entoados e a missa estava repleta de fiéis na catedral ainda ornada com os motivos fúnebres.

Como se uma performance de sepultamento não bastasse, no dia 27 de setembro, os funcionários do Santo Ofício fizeram suas próprias honrarias, “en la iglesia del monasterio de monjas de la Concepción” (*Ibid.*, p. 125), onde, mais uma vez, havia um túmulo, “grande y muy curioso y de grande ostenta, y donde pusieron gran cantidad de cera que ardía” (*Ibid., loc. cit.*), no meio do qual havia “la figura de nuestro Rey y señor de bulto, muy parecido, con su corona de oro, y en sus manos una columna y sobre ella un cáliz dorado” (*Ibid., loc. cit.*). A igreja, do mesmo modo que a catedral, estava toda ornada com tecidos luxuosos que

³⁵ O túmulo funerário surge dos troféus gregos e romanos e é absorvido pela Igreja como tantos outros costumes pagãos, para homenagear e comemorar a morte de homens de certa linhagem social. Este costume, exercido durante a Idade Média e o Renascimento, se desenvolverá plenamente no Barroco como consequência da concepção teatral da cultura do momento. O túmulo barroco apresenta um desenvolvimento arquitetônico considerável, tendendo à verticalidade, pois, geralmente, conformam-se com três ou mais corpos superpostos. Este aparato de arquitetura efêmera se reveste com elementos decorativos e luminosos alcançando grandes níveis de pompa e monumentalidade. *cf.* ALVAREZ, 1992. pp. 197-198.

representavam o luto sem fim da população.

Os retratos, as alegorias e toda a parafernália que representava o rei e dignificava a encenação de sua morte e sepultamento não teve sequer tempo para descansar. Passado um mês após as honras prestadas pelos inquisidores, começava a preparação para a posse de Carlos II (1661-1700) e as cenas se repetiam, desta vez sem o tom lúgubre e cinzento da despedida, mas com alegres festejos celebrando o coroamento do novo Rei que, exatamente como ocorrera com Felipe IV, estava lá sem necessariamente fazer-se presente. A *visita* de Felipe à *Ciudad de los Reyes* no ato de sua proclamação e suas diversas mortes celebradas cada uma como se fosse a primeira, em espaços que se fizeram tão luxuosos quanto o *El Escorial*, onde, efetivamente, fora sepultado, emprestava à Lima uma atmosfera de intenso alvoroço e um hierático Carlos II, passeava pelos destroços do luto anterior, muitos dos quais serviram de base ao seu próprio tablado.

Desta vez, Mugaburu, além de estar presente, não se furtou em narrar os detalhes, incluindo neles a sua própria presença, embora com a economia que caracteriza seus escritos. Destacou os passeios a cavalo, as orações, cânticos, peças de artilharia e o vai-e-vem dos batalhões da armada Real, bem como a participação das diversas elites do tecido social limenho que ladeavam o enigmático retrato de Carlos II:

donde se puso el retrato de nuestro Rey y señor fue cosa muy grande, y se hizo junto la puerta de Palacio como entramos de la plaza, a mano izquierda. Hubo mucho que ver en el retablo, donde había muchas figuras de bulto, y el Inga y la Coya que le ofrecían a nuestro y Rey y señor el uno una corona imperial y la Coya otra de laurel con grande acatamiento. (*Ibid.*, p. 126)

O ato, mais uma vez, teve lugar na *Plaza Mayor*, onde um trono foi colocado e o retrato do novo Rei foi depositado com desvelo. Várias companhias de cavalaria de espanhóis e dois esquadrões indígenas se situaram na praça e todos, devidamente representados por símbolos que sintetizavam suas origens, canalizados pela força centrípeta do império, entoavam vivas. “Castilla, León y Perú por el Rey nuestro señor don Carlos segundo, que viva muchos años” (*Ibid.*, p. 127), gritavam entusiasmados todos os presentes na praça, cansados de tanto enterrar Felipe IV e agora sossegados na esperança do rotineiro cotidiano.

No barroco, a morte e a vida eram retratadas com gravidade, o cortejo fúnebre era um ritual oficial celebrado não só em Madrid, mas em todas as cidades do império, permitindo à monarquia espanhola exercer seu poder absoluto. A ocasião recordava a todos a infalível mortalidade dos homens, inclusive a do monarca. Sua vulnerabilidade diante do poder soberano e onipotente de Deus era um elemento chave na conjunção de símbolos que estes eventos evocavam. A cenografia era orquestrada nos mínimos detalhes e, em muitos

casos, os custos eram exorbitantes, o que não impedia que todos obedecessem às determinações expressas, como nos demonstra a cédula real datada em Madri, a 22 de março de 1693:

[...] sera mui combeniente a mi real servicio y bien de la causa publicar de los vasallos de mis dominios de las Indias moderar el exceso que hasta aora ha havido en el uso de los lutos para que mediante esta providencia se escussen los crecidos gastos que en todas clases de personas ocasionan la ynmoderacion que en esto se practicava con menoscavo de sus caudales y otros perjuicios; he resuelto dar la presente que quiero tenga fuerza de ley como si estubiera yncorporada en las de la Nueva Recopilación de Indias, por la qual mando que de aquí adelante los lutos que se pusieren todos mis vasallos de las Indias de ambos reynos del Peru y Nueva España y Islas adyacentes por muerte de personas reales sean en esta forma. Los hombres han de poder traer capas largas y faldas caydas hasta los pies, y Lan. de durar en esta forma hasta el día de las honrras, y las mujeres han de traer mongiles de bayeta si fuere en ynbiemo, y en verano de lanilla con tocas y mantos delgados que no sean de seda lo qual tambien ha de durar hasta el día de las honrras, y despues se pondran el alivio de luto correspondiente [...] (AGI, 1695. fol. 89 *apud* ALVAREZ, *op. cit.* p. 191).

Todo e qualquer êxito que produz alguma comoção social, explora os sentidos e provoca o imaginário, é razão e motivo para celebrações ataviadas e agigantados aparatos cênicos. A maravilha, contudo, não é mobilizada somente por ocasiões dignas dos lauréis cortesãos. A plebe se reunia em festas e a patrulha eclesiástica funcionava a partir da atuação morosa e implacável do Tribunal do Santo Ofício. Fora dos grandes espetáculos festivos que irrompiam com alguma regularidade quando, com mais frequência, algum *aviso* ou forte notícia repercutia da metrópole até as colônias, um cotidiano letárgico tomava conta da cidade. A modorra era interrompida em função de algum crime, da atuação da Inquisição, ou por tremores de terra. Nos três casos duas forças colidiam: a pompa das intervenções públicas e o fascínio provocado. Dentro dos âmbitos particular e regional, ressurgiam os aparatos suntuosos e um pequeno espetáculo privativo, reduzido aos limites da própria cidade, tomava forma.

4.3 CRIME E CASTIGO, A VIOLÊNCIA SOB O OLHAR DO CRONISTA

O ano de 1667, para o *Diario* de Mugaburu, é especialmente prodigioso em termos de execuções, conspirações e criminalidade, demandando à armada real e ao Santo Ofício uma atuação excepcional. Antes mesmo de seu alvorecer, rumores de uma rebelião indígena preocupavam as autoridades. Assim que “se descubrió la maldad de los índios que se querían levantar en esta ciudad y matar todos los españoles” (MUGABURU, *op. cit.* p. 131), no dia 16 de dezembro de 1666, a população ficou em polvorosa. Na quinta-feira, 31 de dezembro, às 8 da noite, um destacamento com 300 homens coordenado pelo general D.

Baltasar Pardo, se dirigiu às regiões suspeitas de abrigar os índios rebeldes. Um outro destacamento também se juntou ao grupo, este coordenado pelo capitão e *platero* Juan de Beingolea. As estimativas apontavam para mais de 3000 índios amotinados, prontos para o combate. O retorno se deu no dia seguinte, às 9 da manhã, e “no toparon ni vieron nada de lo que se fué a buscar” (*Ibid., loc. cit.*).

Fora dos muros da cidade, distante dali algumas centenas de quilômetros, o aventureiro espanhol Pedro Bohórquez (1602-1667), se entrosava com indígenas hostis à presença espanhola, os calchaquíes. Depois de um périplo digno da mais urdida novela picaresca, Bohórquez casou-se com uma mulher indígena e tornou-se um líder tribal, denominando-se Inca Hualpa. Por diversas ocasiões tentou negociar termos com a coroa espanhola através do vice-reinado para conduzir buscas por metais preciosos em minas remanescentes dos Incas, contudo não obteve sucesso e sua posição entre os calchaquíes passou a preocupar as autoridades, sobretudo por que este organizava um forte exército rebelde (*cf. GIOVANNETTI et al., 2012*).

Figura 10 – Garrote vil, prática utilizada para aplicar a pena capital, em detalhe no *Mural de la escalera del Palacio Nacional*, no México, por Diego Rivera.



Fonte: Radio Macondo. Disponível em: <<https://www.radiomacondo.fm/columna/12-del-patibulo-de-1492-como-blanquear-la-leyenda-negra/>>. Acessado em: 07 de julho de 2022.

Depois de diversos conflitos, Bohórquez foi preso em Lima e lá “le dieron garrote dentro de la cárcel de Corte” (MUGABURU, *op. cit.* p. 132.), em 3 de janeiro de 1667 (representação do garrote na *Figura 10*, acima). No dia seguinte seu corpo foi enforcado na *Plaza Mayor* e sua cabeça decepada. Mugaburu não faz menção ao fato de sua execução ter sido em segredo, para impedir sublevações que buscassem evita-la. A aderência dos indígenas ao comando de Bohórquez era impressionante e manteve-se durante algum tempo,

inquietando a guarda imperial e afligindo os nobres mineiros, que temiam por suas posses. No dia 24 de janeiro “ahorcaron ocho indios por el alzamiento que tenían intentado y azotaron tres indios para galeras por diez años, y otros muchos que también fueron a galeras” (*Ibid., loc. cit.*). Depois de enforcados, foram decapitados e tiveram suas cabeças expostas, os demais membros de seus corpos também foram motivos de ornamento público, depois de esquartejados, ocupando diversas ruas transversais à *Plaza Mayor*.

A violência era uma constante da realidade cotidiana de Lima e as mortes institucionais eram elementos necessários à cenografia do ambiente urbano. Útil para a comunicação do regime, operava como um eixo determinante no modo pelo qual a cidade estabelecia o sentido à obediência e o resultado da violação de suas ordens. Por outro lado, os contrastes sociais expressos pelos índices de criminalidade e evidenciados pelo foco narrativo voltado diretamente para as atrocidades cometidas por negros ou indígenas é um marcador acentuado das tensões sociais e econômicas da época, apresentados pelo *Diario* de Mugaburu. Assim que, no dia 14 de julho de 1649,

sucedió en esta ciudad la mayor atrocidad que ha habido en el mundo, y fué que un negro de casta terranovo con un machete fregenal mató a una negra de su mesma casta y la hizo tajos todo el cuerpo; y luego al licenciado Isidro, sacerdote, le dió once heridas, todas de muerte, y le cortó los dedos de las manos, que lo dejó por muerto. Y luego entró en otra casa y mató un indio y a una india, hirió al dueño de la casa, a su mujer, y a una niña de edad de doce años, que le dio tres heridas muy grandes a la doncellita. (*Ibid., pp. 21-22*)

Classificados como verdadeiras atrocidades dignas dos maiores e punitivos castigos, os crimes cometidos por negros ou índios assumem, pela narrativa de Joseph, uma selagem performática que aproximam muito os fatos narrados de uma ficção pouco verossímil. Há uma perceptível mudança na solenidade expositiva com que o autor explora temas voltados para a administração pública, a fé ou mesmo conflitos entre pessoas notáveis, incluindo casos que tiveram a morte como resultado. O negro acima, após cometer todas as atrocidades descritas e sair da casa onde fere uma menina de 12 anos, “topó con otra india y le partió la cabeza” (*Ibid., p. 22*). Ao fugir, resolve subir nos telhados das casas circunvizinhas, não sem antes roubar uma alabarda ao acaso de um homem que encontra pelo caminho, “dándole un machetazo en el brazo izquierdo, y una grande herida” (*Ibid., loc. cit.*). Agora munido de uma arma de maior envergadura, própria para dar continuidade a sua chacina e se resguardar dos defensores da lei, o negro pôde continuar sua jornada de barbárie e sanguinolência. A força narrativa é tal que a imagem provocada alude com muita tranquilidade a um roteiro cinematográfico moderno. Transitando em fuga sobre os telhados das casas, o negro, aparentemente encurralado, enfrenta “un gran número de hombres” (*Ibid.,*

loc. cit.) que, todavia, “no le pudieron matar” (*Ibid., loc. cit.*). Ele, por seu turno, sem aparentar qualquer cansaço, matou “a un mestizo herrador sin confisión” (*Ibid., loc. cit.*), desferindo golpes precisos que lhe atravessaram o corpo de um lado a outro. Mugaburu é tão rigoroso na descrição dos detalhes que poderíamos suspeitar de sua presença ocular no evento ocorrido, não fosse a competência sobre-humana do negro indicar uma história que, antes de chegar aos ouvidos do velho Joseph, foi depurada e modificada até tomar a forma que assumiu no *Diario*. Foram quatro os golpes que atravessaram o *mestizo herrador*, afinal, e, não satisfeito, “con el machete le partió la cabeza hasta reventarle los sesos” (*Ibid., loc. cit.*). Depois de acuado por uma grande quantidade de homens que Mugaburu não especifica e, ainda assim, conseguir matar um e ferir outros, o negro é atingido por um tiro de escopeta, após a chegada de uma escolta mobilizada pelo ministro da justiça Juan Pascual. Só após o segundo “escopetazo que le tiró Jusephe Vejete a la cara, cayó sobre los techos, donde le cogieron” (*Ibid., loc. cit.*) para prender. Ao que parece, o negro, nos seus intentos de escapar, provocou um alvoroço tão grande que “cayó el techo con toda la gente” (*Ibid., loc. cit.*). O desastre e as peripécias do endiabrado personagem descrito por Mugaburu se encerram quando depois de preso, pede a confissão e morre. O seu corpo, por ordem da Real Audiência, foi arrastado na tarde do mesmo dia até uma praça próxima à rua *Acequia de Islas*, onde o crime foi cometido. Lá o cadáver permaneceu durante 24 horas preso por uma forca, até ser esquartejado e ter sua cabeça e mãos distribuídas por uma praça local.

O espetáculo da justiça diante da criminalidade era um evento paralelo a própria natureza do crime e a violência, em ambos os casos, era um componente valioso. Antes de provocar qualquer embaraço à população, a bestialidade era motivo de profundo regozijo aos espectadores. E o regozijo que demonstra a multidão diante de um cadáver insepulto, ou de um condenado à morte pública, tem relação direta com a segurança de que a única solução necessária para o problema está em constante aplicação. A justiça da época tinha de ser exemplar e o apelo visual exercia o privilégio de demonstrar como a culpa merecia o castigo.

A morte do general D. Baltasar Pardo (1619-1678) foi um desses eventos em que o encontro da criminalidade com a justiça é celebrado pelo espetáculo festivo da violência. Responsável pelas diligências que levaram a prisão de Pedro Bohórquez, o insurgente calchaquíe, o general, durante sua longa carreira na Armada Real e como cavaleiro da Ordem de Santiago, era um orgulhoso fidalgo acostumado aos achaques cerimoniais da elite cortesã. Em 23 de outubro de 1656, por ocasião das festas da *Limpia Concepción*, o orgulhoso general simulava um duelo com um fidalgo anônimo, no qual “hirió de una estocada al dicho” (*Ibid., p. 39*) que imediatamente se recuperou, deixando a praça em profundo rebuliço. Outra

especialidade de Baltasar eram as festas de touros, as escoltas e os desfiles na *Plaza Mayor*, eventos nos quais perfilava-se todo seu séquito de soldados para vê-lo cavalgar lentamente, expondo o elegante trote de sua montaria ornada por peças de ouro e prata.

Toda uma vida animada pelos simulacros da realeza não podia ter outro fim que não uma morte igualmente pomposa, contudo os expedientes do acaso não permitiram ao general aquilo que o trajeto de sua existência buscava legar. Numa quarta-feira, 4 de abril de 1674, às nove da noite, sua carroça foi assaltada por um homem não especificado no *Diario*, que lhe desferiu uma “estocada por el ojo y otras dos pequeñas en el cuerpo” (MUGABURU, 1917b. p. 51). Baltasar, o orgulhoso general, ferido de morte, agonizou até a tarde da quinta-feira seguinte.

Mugaburu é econômico e solene na descrição da morte do general, o nome do assassino e detalhes a respeito de sua ação são suprimidos, o que nos leva a crer que não fora um negro ou indígena o autor do delito, uma vez que não poupa detalhes dos crimes cometidos por indivíduos que fazem parte do estrato social mais baixo da cidade, em geral acompanhados por qualificativos pouco honrosos. Outra possibilidade é o completo desconhecimento do autor do crime, sendo sentenciado um bode expiatório, dado que o assassinato de um agente público não poderia ficar sem solução.

Desta maneira, no sábado, 21 de abril de 1674, o assassino anônimo foi garroteado dentro da cadeia, “sin haberle tomado la confesión ni dádole más de media hora de término” (*Ibid.*, p. 52). Ao som das “campanas de todas las iglesias” (*Ibid.*, *loc. cit.*), seu corpo foi arrastado pelas ruas da cidade até um local não especificado, onde permaneceu pendurado por uma forca durante 24 horas, até ser removido e enterrado à noite, sem “ostentación ninguna” (*Ibid.*, *loc. cit.*). A cerimônia de exéquias do general não teve o mesmo porte que a de seu tocaio, filho de Felipe IV, nem tampouco a magnitude dos enterros consecutivos do imperador. O seu espetáculo em morte foi mais modesto que em vida, até de certo modo apressado. Os *Alcaldes del Crimen*, funcionários da Audiência responsáveis por tratar casos relativos às infrações da lei, optaram por não chamar atenção pública e se retiraram logo que o corpo do assassino fora dependurado. Mugaburu não menciona qualquer movimento público em torno ao enterro do general, nem há nota que indique homenagens de seus confrades da Ordem de Santiago, ou indicativo de enterros suntuosos. O estribilho de D. Baltasar Pardo, a galante presença de sua comitiva e a majestosa passagem pelas diversas festividades em que atuava com o vigor de um homem honrado, não foram suficientes para o farfalhar de um evento tão rico como suas pretensões, ou melhor, não tão opulento que chamasse a prestimosa atenção de Mugaburu.

A morte foi um dos elementos centrais das engrenagens que movimentavam a Lima colonial, tanto pelos rituais realizados em torno dos funerais e orações pelos mortos, como pela reflexão sobre o seu significado e a vida após o derradeiro dia. Era uma ameaça direta, constante e atingia a população de todos os lados. Afeiçoar-se a crianças em tenra idade era um caminhar no vale de lágrimas, terremotos perturbavam as esperanças dos cidadãos constantemente ocupados com as reconstruções dos últimos sismos, doenças misteriosas arrebanhavam cristãos e pagãos sem discernir fé e os assassínios eram, em muitos casos, um exercício necessário à própria sobrevivência diante de uma existência tão acutilada.

A fragilidade da condição humana estava escancarada pelas ruas e o suporte ideológico do Barroco orientava a apreciação daquele espetáculo — odes severas à eternidade da alma — como verdadeiras performances de purificação espiritual, orientadas por críticas contumazes à vaidade e frugalidade da vida cotidiana. Rotina que a elite limenha ostentava sem qualquer pudor, colorindo a malha de suas ricas contradições.

A morte, portanto, era vista como o trânsito necessário para ascensão à glória eterna, motivo pelo qual Mugaburu assinala com frequência se o morto, seja ele quem for, havia prestado suas contas antes da partida, por meio de confissão ou do *viático*. O próprio Mugaburu tem a sua morte declarada como *buena*, pois assim ocorre com aqueles que antes de partir recebem todo o aparato necessário para um bom encaminhamento funerário. O rito de passagem e as moedas para o Caronte.

A proximidade do juízo final e a leviandade das práticas cotidianas alimentavam com fervor o lume da crença religiosa. A necessidade de estar preparado para prestar contas era um enérgico sopro à fogueira da inquisição, de tal maneira que os castigos do inferno eram armas potentes para a conversão de novos fiéis. E armas, para que funcionem como tal, precisam ser, de quando em quando, disparadas.

4.4 AUTOS DE FÉ EM LIMA

Os espetáculos relativos à fé, embora estejam historicamente associados a eventos sangrentos, aparatados a fogueiras descomunais e meticulosos instrumentos de tortura, possuíam um caráter político burocrático mais complexo e nem sempre redundavam na morte dos penitenciados. Tão frequentes quanto as execuções são os casos em que a confusão para a determinação da culpa era tamanha que não se chegava a qualquer consenso sobre a insanidade ou não de um suposto herege³⁶, resultando em pendências longas e prolixas, nas

³⁶ No artigo *Determining insanity in the Inquisition*, Cristian Berco analisa dois casos emblemáticos, os de Manuel Enríquez e Enrique Jorge Tabares, característicos da lentidão empregada pelo Tribunal do Santo Ofício

quais os acusados, em muitos casos, morriam durante a espera da sentença, ou mesmo fugiam. Por outro lado, a ampla gama de acusações que incluíam a heresia, bigamia, feitiçaria, bruxaria e outros comportamentos suspeitos e imorais, não abrangia toda a população, restringindo-se, com maior frequência, àqueles que o Tribunal compreendia como os verdadeiros responsáveis por ameaçar a fé católica, os judeus e protestantes, além de favorecer a manutenção da doutrina na mentalidade dos espanhóis, distantes há muito das expressões cristãs peninsulares e sujeitos ao deslumbre do ineditismo das *Índias*. Indígenas, negros, mulatos e pobres de todas as raças e origens sujeitavam-se comumente aos juízos seculares da Real Audiência e suas execuções corriqueiras nem sempre gozavam do aparato cênico ostentado pelo Santo Ofício.

A sua condição preponderantemente religiosa, portanto, assinala o caráter de uma prática voltada para a dimensão exemplificadora do castigo e a orientação para atos de exaltação pública do catolicismo triunfante, ou seja, por mais que a finalidade do processo conduzisse à expectativa de uma sentença, o caminho que levava a uma expressão coletiva de rechaço social à heresia e da submissão pública à mais estrita ortodoxia católica era o elemento mais desejado e importante.

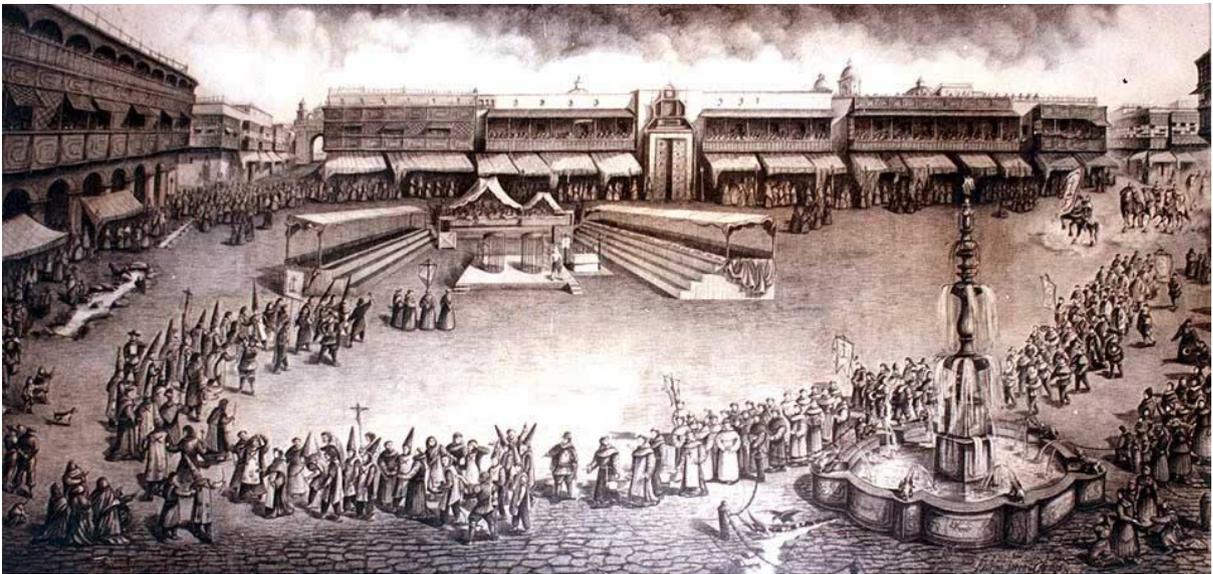
Esta teatralização do comportamento religioso é um êxito cultural do regime e reflete a mentalidade dirigente do barroco, capaz de converter a festa em uma celebração institucionalizada, com o propósito de captar, através da experiência sensível — notadamente visual —, a atenção de um público massivo. Desta maneira, se produz o anormal e livre entusiasmo pela extravagância, manifestação última e morbosa da insaciável utilização de liberdade (*cf.* MARAVALL, *op. cit.* p. 456). Estes aspectos são ainda mais destacados pelo fato de a cerimônia estar circunscrita dentro de um âmbito jurisdicional profundamente secreto, o que a situava em um jogo contraditório que tornava acessível apenas aspectos necessários ao gozo público.

Toda a preparação que guiava a publicidade do episódio estava envolvida por uma aura de mistério. Desde os enigmáticos avisos veiculados pelos *pregoneros* até a preparação do local do evento, a curiosidade da população era conduzida e animada pela expectativa da sentença. Deste modo, os recursos visuais e discursivos do auto de fé eram meticulosamente orientados para uma apreciação estética pedagógica, capaz de organizar imagens infiltradas por valores políticos e religiosos, consubstanciadas pela moral cristã. Na *Figura 11*, abaixo, podemos verificar as dimensões do evento.

no julgamento de muitos casos, sobretudo aqueles que demandavam interpretação mais complexa. *cf.* BERCO, 2017. pp. 42-62.

Em um caso de 1686, por exemplo, se “penitenciaron a ocho hombres en la misma capilla de la Inquisición por casados dos, tres, y cuatro y cinco veces; y a otros por otros delitos que cometieron” (MUGABURU, 1917a. p. 184). O escárnio público atraía o interesse da população por obedecer a uma lógica de exposição da vida privada que muito interessava aos curiosos. A novela particular de um anônimo ganhava o palco da *Plaza* e os convivas presenciavam sua penitência diante de oficiais paramentados com hábitos peculiares e cidadãos estarecidos. O penitente realizava um pequeno roteiro do interior da igreja até o centro da praça e nela sua pena era lida e aplicada. No caso em específico, “destos ochos no salieron azotados por las calles más de tres” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Figura 11 – Auto de fé celebrado na *Plaza Mayor* de Lima, século XVII.



Fonte: Archivos de la Historia. Disponível em: <https://archivoshistoria.com/visitas-inquisicion-espanola-siglo-xvi/auto_de_fe_lima/>. Acessado em: 15 de julho de 2022.

A cerimônia e o castigo eram os meios pelos quais a mensagem das normativas eclesiásticas acerca do matrimônio e dos comportamentos sexuais era transmitida e o auto de fé era o veículo mais acertado, pois consagrava o estímulo à formação de famílias segundo os moldes Ibéricos³⁷ através de um espetáculo cuja linguagem manifesta atingia o âmago das classes populares, mobilizando paixões e sentimentos acalorados. Desta maneira, o controle da igreja interferia na vida íntima dos indivíduos ao definir os rituais de união e os tabus sobre afinidade e parentesco, propagando, de maneira didática, o resultado obtido por aqueles que insistiam em manter-se dentro de parâmetros imorais de comportamento, exercitando práticas como a homossexualidade, a sodomia, a prostituição, a masturbação, entre outros (*cf.* ORTEGA, 1986. p. 37).

³⁷ Acerca da formação de famílias nas sociedades coloniais hispânicas, *cf.* LAVRIN, 1989.

Mugaburu mantinha-se constantemente atento às movimentações do Santo Ofício e, ao que sugere seus escritos, participava ativamente das cerimônias. No alvorecer de uma terça-feira, 16 de fevereiro de 1666, “sacaron de la Santa Inquisición a la iglesia de la Caridad siete personas penitenciadas” (MUGABURU, 1917a. p. 116). Entre os condenados figuravam “tres mujeres por hechiceras y supersticiosas”, “uno casado dos veces” e um *fraile* que “confesaba indios y tomaba limosna para decir misa” (*Ibid., loc. cit.*). Entre os espectadores havia uma grande “suma de gente y religiosos de todas las órdenes, y los señores inquisidores” (*Ibid., p. 117*). Após a leitura das sentenças e exposição dos penitentes, cada acusado recebia um *sambenito* — utensílio de escárnio representado pela *Figura 12* — e tomavam a frente de uma procissão pelas ruas, caminhando lentamente em meio à multidão enraivecida. Dentre os réus acima, apenas “las tres mujeres salieron a la vergüenza la misma mañana” (*Ibid., loc. cit.*).

Figura 12 – Detalhe do quadro *Auto de fe de la Inquisición*, pintado por Francisco de Goya entre 1812 e 1819. Nele, podemos observar os réus utilizando o *sambenito* e a *coroza*, trajes característicos dos condenados pela inquisição.



Fonte: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando. Disponível em: <<https://www.academiacoleccion.es.com/pinturas/inventario.php?id=0673#&gid=1&pid=0673>>. Acessado em: 18 de julho de 2022.

O *sambenito*, símbolo maior da infâmia, ornava a desonra dos réus que caminhavam guiados por cordas amarradas ao pescoço, carregando longas velas acesas e eram seguidos de perto pelos cavalos dos inquisidores e membros da ordem de Santiago. O traje era específico e possuía características que dialogavam diretamente com a pena dos sentenciados. Destacadas figuras eram estampadas num tecido de algodão cru, indicando se o réu havia sido *reconciliado* ou *relajado*³⁸. Em cada caso, detalhes a respeito da condenação apareciam nas

³⁸ O auto de fé podia ser tanto público como particular e a sentença poderia ser de *relajación*, que acarretava em execução e era aplicada pelas autoridades reais, ou de *reconciliación*, que implicava no reconhecimento do delito por parte do condenado e possuíam penas mais “brandas”. cf. UNDURRAGA, 2012. p. 3.

minúcias do traje e os sentenciados deveriam sair em público, enquanto durasse a pena, vestidos de vergonha. Por determinação das *instrucciones* do inquisidor geral Fernando de Valdés (1483-1568), datadas de 1561, os *sambenitos* dos condenados pela Inquisição passaram a figurar nas paredes das igrejas e catedrais das cidades onde os réus cumpriram pena, numa tentativa de eternizar a infâmia do penitente, estendendo seu suplício a gerações de familiares.

Para la Inquisición esta exposición de los sambenitos debía, en principio, mantener vivo entre los fieles el recuerdo de la infamia que marcaba a los descendientes de los condenados. Así se ordenó desde los primeros años del Quinientos que en las visitas se cotejasen las listas que los archivos de distrito tenían de los condenados con los hábitos expuestos en las iglesias parroquiales o en la catedral correspondiente, con el fin de reponer los desaparecidos y de renovar los deteriorados. (DÍAZ, 2013. p. 22)

Com a volumosa quantidade de condenações, novos *sambenitos* chegavam frequentemente às igrejas, capelas e catedrais para disputar espaço com os velhos e amarrotados panos dos antigos réus da cidade. Aqueles que se deterioravam com o tempo eram substituídos por pequenos pedaços de lenços chamados *mantetas* com informações a respeito do réu, seus crimes, ocupação e sentenças. A exposição perpétua da infâmia condenava muitos homônimos à ojeriza pública e a iminência do ostracismo atraía muitos protestos de cidadãos que não tinham maiores relações com um ou outro condenado além do próprio nome. Por outro lado, cônegos, párcos e sacerdotes se opunham à prática, alegando não haver mais espaço para armazenar a quantidade absurda da vestimenta que regularmente chegava.

O *sambenito*, assim como outros apetrechos visuais da cerimônia, a dilatavam para além do espetáculo, dirigindo suas articulações para o cotidiano da cidade. Caminhando por entre os honrados cidadãos, não raro encontrava-se um desses marcados pelo juízo eclesiástico, oferecendo a cada indivíduo que compunha a malha urbana o risco da condenação e o prazer brindado pelo contraste de não ser o portador da desgraça.

O controle pelo aspecto moral mantinha a população em constante alerta para as regulações das diretrizes supracomunitárias, a lei vigorava e afirmava sua presença através de múltiplos dispositivos visuais. Os condenados eram monumentos vivos à remissão dos pecados e suas memórias eternizavam a culpa de uma cidade em constante processo de dívida celestial. Contudo, mesmo diante de uma articulação tão poderosa, havia, entre os resignados cidadãos, aqueles que, já influenciados pelo influxo de um racionalismo pungente, condenavam vivamente tais práticas, apontando para o seu caráter ordinário e pouco meritório. Estes ofereciam um sério risco à manutenção do regime pois sabiam do

funcionamento de suas engrenagens e as questionavam por dentro.

Num auto de fé realizado no dia 8 de outubro de 1667, Mugaburu registra a condenação do “mayor hereje que se ha conocido en estos tiempos” (MUGABURU, 1917a. p. 135). O inflamado cronista se refere a César de Bandier, um médico francês que compôs a comitiva do vice-rei Conde de Santisteban. Bandier, também conhecido como Nicolás Legrás, foi “doctor en el Hospital Real de mi señora Santa Ana desta ciudad de los Reyes” (*Ibid.*, p. 136) durante muitos anos, período no qual “curó a muchos y mató a muchos más” (*Ibid.*, *loc. cit.*). O alarido em torno a figura do médico alimentava especulações a respeito de sua controversa atuação profissional na cidade e convidava a população a tomar partido. De acordo com Mugaburu, Bandier “mató más de dos mil indios” e dentre as atrocidades que cometera as que mais chamava a atenção dos populares eram relativas aos assuntos de fé, pois o “tal negó la inmortalidad del alma y en sus errores fue peor que Lutero, ni Arrio, ni Mahoma, ni cuantos setarios ha habido” (*Ibid.*, *loc. cit.*). Sua afronta era tão grande e tão repulsiva era sua conduta que nem as imagens eram poupadas de seu espírito blasfemo:

[César Bandier] fue a una imagen de Jesucristo crucificado que tenía de la Espiración pintado en un lienzo, y su Santísima Madre de la Soledad, en otro lienzo, le decía a la Santísima Virgen: “¿Dé qué llora y está llorando la embustera por este hijo que tiene al mundo engañado, y por él y ella está toda su religión perdida?” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

Tópico após tópico, a leitura da sentença provocava na plateia um verdadeiro alvoroço. Mugaburu observava o desenrolar do espetáculo com atenção e anotava: “de tal suerte que estandole relatandole sus maldades y bellaquerías, se alborotaron todos los oyentes y a no mandar los señores inquisidores que no se leyera más” (*Ibid.*, *loc. cit.*). Indignados com a quantidade de “injurias y blasfemias y palabras deshonestas que le decía a Santísima Virgen” (*Ibid.*, *loc. cit.*), os ouvintes estavam a ponto de mata-lo ali mesmo. Sua pena “fue sambenito y cárcel perpétuas y desterrado destes reinos del Perú” (*Ibid.*, *loc. cit.*).

No dia seguinte, uma aglomeração colérica ocupava o pátio da igreja *Mayor* na expectativa de que o condenado fosse, em respeito ao costume, assistir a missa. Estavam todos com “determinación, grandes y pequeños, a matarlo a pedradas” (*Ibid.*, p. 137). Seu sobrinho, Luis Legrás, sentenciado pelas mesmas acusações, e um frade carmelita de nome César Pasani Beniboli, acusado de fornicar com mais de trezentas mulheres, sentaram na mesma cadeira dos réus que Bandier e obtiveram penas semelhantes.

O processo inquisitorial de César de Bandier revela o perfil de um personagem intrigante. Antes de assumir lugar na comitiva do Conde de Santisteban, Bandier viajou o mundo e conheceu diversos países, culturas, manifestações religiosas e atuou como médico

para vários Reis. Chegou a fundar uma academia francesa por meio de financiamento do Cardeal Richelieu e foi professor da Universidade de São Marcos. Bandier foi declarado como apóstata e as atas de seu processo figuram como um documento excepcional para a compreensão da maneira pela qual a sociedade colonial limenha observava a presença dos primeiros influxos do racionalismo³⁹.

As anotações de Mugaburu, por seu turno, revelam a cenografia de um espetáculo que mobilizava a atenção de toda uma cidade para um evento sombrio e vexatório. A população abre passagem para juízes e condenados diante da solenidade institucional do regime. Lá Mugaburu divisava a silhueta de personagens, registrava peculiaridades e percebia nuances (e as transparecia), cultivando em sua prática corriqueira um movimento engenhoso de dilatação historiográfica, capaz de por em evidência — sem a pretensão de um Ginzburg⁴⁰ —, a vida de anônimos e a metafísica de uma época esquecida.

³⁹ O caso de César de Bandier pode ser encontrado na obra *Historia del tribunal de la Inquisición de Lima. 1569 – 1820*, do historiador José Toribio Medina (1956).

⁴⁰ Carlo Ginzburg, historiador italiano, nome capital no desenvolvimento da micro-história. No livro *O queijo e os vermes* (2006), conta a história do moleiro Menocchio através de seu processo inquisitorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cá encerramos a nossa trajetória sem, contudo, aprisionar as ideias que nela foram desenvolvidas. Os possíveis desdobramentos dos raciocínios e análises que conduzimos conformam um universo de possibilidades sedutoras e irresistíveis. Com efeito, cada capítulo se formula como um labirinto de alegorias, uma hipnótica procissão de arquétipos e mitologias abordando questões que vão do paradoxal destino de cada personagem envolvido na trama colonial organizada por Mugaburu, sempre oscilando entre as dimensões do trágico e do patético, aos meandros dialéticos da epopeia colonial ibérica nas Américas.

No primeiro capítulo, orientamos nossa análise para uma espécie de contenda, muito próxima a um bailado, entre oralidade e escrita, envolvendo parábolas quiméricas capazes de representar os *outros*, personagens do tablado. Nesta disputa de encontros possíveis, as alegorias constroem imagens que inauguram nosso trabalho e asfaltam a nossa trilha. Cornejo-Polar nos oferece a tétrica imagem de Vicente Valverde diante de Atahualpa, num espetáculo que se dilata por uma miríade de caminhos. Neste ponto, observamos a escrita como uma ferramenta capaz de organizar os arquétipos do período colonial no curso de seus intentos comunicativos: o *caballero* medieval, envergando a armadura pesada do Reino de Castela encontra um *hatunruna* incaico, um *yanacona* a um simplório camponês de La Mancha.

Este percurso nos conduz a avaliar as circunstâncias pelas quais os discursos são evocados e como a formação de uma identidade própria, surgida a partir deste amálgama, assume os contornos das estruturas basilares do sistema colonial, sobretudo quando as cidades são erigidas e constituídas a partir da mesma prerrogativa que facultou o encontro e determinou a gradação hierárquica sob a qual seria instituído o regime.

Caracterizada por regras e procedimentos regularizados, a organização burocrática colonial, em conjunto com a fundamentação evangelizadora baseada na catequese indígena, formaram os alicerces sobre os quais foram construídas as primeiras cidades latino-americanas. A construção destas cidades, para além de empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos, conformava também um êxito narrativo que possuía no seu intento o desenvolvimento de um poder constituído a partir da memória e da tradição.

Assim, a materialidade urbana das colônias, com suas construções planificadas, respondeu ao intento de mobilizar um ideário racional e absolutamente idealista oriundo dos anseios renascentistas. A edificação destes enclaves idealizada pela soberania espanhola, não menos que divina, coincidiu com o momento colonial de observação da ocupação de seus

espaços por uma população completamente nova, originada da inevitável convergência entre os povos que aqui caminhavam. Deste modo, a proposta racionalista convergia necessariamente com a formação de uma malha populacional urbana completamente diversa.

Neste ambiente dinâmico, em que as manifestações culturais da nova população que emergia, em meio às construções coloniais, ganhava força e consolidava sua forma, dialogando ou entrando em conflito com a ordem vigente, a figura do cronista urbano surge e desempenha um papel fundamental para a caracterização e estabelecimento do regime burocrático citadino.

Desta maneira, avalizamos a premissa de que as cidades são erguidas como resultado do triunfo da escrita grafológica sobre as oralidades indígenas e suas ferramentas de registro. No ambiente citadino, construído pelo êxito escriturário, os personagens que inscrevem suas vidas nas ruas, praças e prédios, são retratados por outros que os descrevem utilizando o mesmo suporte de memória. A empresa narrativa se institucionaliza e um pungente mercado editorial começa a emergir dentro dos centros urbanos, formando o assoalho que doravante servirá de base para a vivaz literatura latino-americana.

Gozando do privilégio de pisar nos primeiros blocos deste assoalho, Mugaburu relata o cotidiano da cidade e registra sua história, consagrando o espaço da escrita como coluna do período colonial. Através de seu registro aparentemente austero, observamos os relatos do cotidiano próprios da narrativa diarística. Nele podemos enxergar a diversidade de preocupações que fazem parte da mentalidade da época, bem como as preocupações concernentes às particularidades do autor. Verificamos as nuances performáticas de um diarista pouco afeito às evocações de subjetividades próprias da modernidade.

Estimulado pelo próprio ambiente urbano e as orientações reais, Mugaburu recaptura a essência da vida comunitária, as minúcias do *devir* banal e costumeiro que ao submeter-se a grandes temperaturas proporciona o espetáculo da vida retratado pelos faustuosos acontecimentos marcados pela História oficial.

Essa narrativa opera o milagre de dizer quase não dizendo, de aludir não argumentando, de encaminhar não recomendando, deixando que o essencial perpassa a história, para que cada qual pegue dela o pedaço que lhe couber por direito de discernimento.

Este modo extraordinário com o qual liga o simples ao profundo, sem esforço, alcançando essa síntese delicada capaz de conduzir, com um mínimo de palavras, a um escandaloso cabedal de informações que escapam aos eruditos só pode mesmo ser atingida pela vida que ele retrata ao mesmo tempo que participa. Sem dúvida, sua *escrevivência* o coloca na dianteira de um itinerário que contraria as expectativas daqueles que atribuem ao

período colonial as mesmas trevas depositadas nas memórias do medievo.

O livro, portanto, guarda através de sua escrita tendências e temores de uma população que se orientava a partir dos critérios e procedimentos do trono e do altar. As festas organizadas, as grandes cerimônias fúnebres, os terremotos e a agitada vida dos proeminentes cidadãos mantinham a população em polvorosa.

Mais do que os eventos, sem embargo, a performance narrativa do escritor e sua própria vida retratada em meio aos eventos principais fazem da obra de Mugaburu uma chave-mestra para a compreensão de questões relativas a um universo de disciplinas dedicadas ao estudo e observação do homem no curso de sua História, revelando, mais uma vez, a importância dos estudos coloniais e de seus inúmeros suportes para a literatura do nosso continente.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, J. **Historia natural y moral de las Indias**. Madrid: Atlas/Biblioteca de Autores Españoles 73, 1954.
- ADORNO, R. **Guaman Poma: literatura de resistencia en el Perú colonial**. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1991.
- ALVAREZ, M. J. M. **Muerte regia en cuatro ciudades peruanas del barroco**. Sevilla: Anuario de Estudios Americanos, 1992. (v. 49, pp. 189-207.)
- AMICO, J. C. **Ciudad y territorio en los andes**. Contribuciones a la historia del urbanismo prehispánico. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009.
- ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Veja, 1998.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: University Press, 1962.
- BARRAGÁN, A. **Descendentes de Cortés e Montezuma se abraçam 500 anos depois**. São Paulo: El País, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/09/cultura/1573267197_977811.html>. Acessado em: 18 de abril de 2022.
- BARRENECHEA, R. P. **Los cronistas del Perú (1528 – 1650) y otros ensayos**. Lima: Editorial e Imprenta DESA, 1986.
- BARROS, M. **Exercícios de ser criança**. Bordados de Antônia Zulma Diniz, Ângela, Marilu, Martha e Sávia Dumont sobre os desenhos de Demóstenes. São Paulo: Salamandra, 1999.
- BASADRE, J. **La multitud, la ciudad y el campo en la história del Perú**. Lima: Ediciones Peisa, S.A.C, 2009.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- BERCO, C. **Determining insanity in the inquisition: Sensory perception and legal culture in seventeenth-century Lima**. Santa Bárbara: EHumanitas, 2017. (n. 36, pp. 42-61.)
- BOONE, E. H. Introduction: writing and recording knowledge. In: BOONE, E. H.; MIGNOLO, W. (Orgs.). **Writing without words: alternative literacies in Mesoamerica & the Andes**. Durham/London: Duke university press, 1994.
- BRAHAM, P. **El feliz cautiverio de Gonzalo Guerrero**. Philadelphia: Hispanic Review, 2006. (v. 74, n. 1. pp. 1-17.)
- BREWER-CARÍAS, A. R. **La ciudad hispanoamericana y su dimensión cultural**. In Congreso Iberoamérica: una realidad cultural. Caracas: Universidad Monteávila, 2004. Disponível em: <https://allanbrewercarias.com/wp-content/uploads/2007/09/937.-i-1-881.-LA-CIUDAD-HISPANOAMERICANA-Y-SU-DIMINSI%C3%93N-CULTURAL-_Congreso-Monte%C3%A1vila-mayo-2004_.pdf>. Acessado em: 12 de maio de 2022.
- BURNEO, R. A. **El damero de Pizarro**. El trazo y la forja de Lima. Lima: Municipalidad

metropolitana de Lima, 2017.

CALANCHA, A. **Coronica moralizada del Orden de San Augustin en el Peru con sucesos egenplares en esta monarquía**. Barcelona: Pedro Lacavallería, 1638.

CALDERÓN, V. G. El diario de Mugaburu. In: FOULCHÉ-DESLBOSC, R. **Reveu hispanique**: recueil consacré à l'étude des langues, des litteratures et de l'histoire des pays castillans, catalans et portugais. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1916. (pp. 177-199.).

CALVINO, I. **Las ciudades invisibles**. Trad. Alejandro Benedetti. Buenos Aires: Crisalida Crasis Ediciones, 2008. 105 p. (p. 12).

CALVO, A. C. **La ciudad imaginada**: Historia social y urbana del Casco Viejo de Panamá. Bogotá: Panamericana formas e impresos, 2014.

CAMAÑES, P. S. **Las ciudades en la américa hispana**. Siglos XV al XVIII. Madrid: Sílex Ediciones, 2004.

CAMILLONI, H. R. **Manuel de Amat y Junyeny y la Navoa de Lima**: un ejemplo de diseño urbano barroco del siglo XVIII en el virreinato del Perú. Anales del instituto de investigaciones estéticas. [s.l.]: NÚMS, 1999. (pp. 74-75.)

CÁRDENAS, C. F. C. (Ed.). **Sujetos coloniales**: escritura, identidad, y negociación en hispanoamérica (siglos XVI – XVIII). Nova York: Ulzama Digital, 2017.

CASTEX, J. **Renacimiento, barroco y clasicismo**. Historia de la arquitectura, 1420 – 1720. Madrid: Ediciones Akal, 1994.

CHUECA, F. Q. **De la patria a la nación**: historiografía peruana desde Garcilaso hasta la era del guano. Lima: Fondo editorial de la asamblea nacional de rectores, 2012.

COBO, B. **Historia de la fundación de Lima**. Lima: Imprenta liberal, 1882.

CORDIVIOLA, A. **Objetos de memória**: materialidades do passado na América Colonial. Recife: EDUFPE, 2019.

CORNEJO-POLAR, A. **Escribir en el aire**: ensayo sobre la heterogeneidad socio-cultural en las literaturas andinas. Lima: Latinoamerica Editores, 2003.

CORTÉS, R.; ZAMORA, M. (Ed.) **Narradores indígenas y mestizos de la época colonial (siglos XVI–XVIII)**. Zona andina y mesoamericana. Lima: Latinoamerica Editores, 2016.

CUBA, O. H. **The lenguas and the quipocamayocs**: communication mediators in spaces of colonial legality (Peru, sixteenth century). Ciudad de México: Signos históricos, 2015. (v. XVII, n. 33. pp. 8-35.)

DÁVALOS, M. **Historiografía de la fundación de ciudades en América**. Siglo XVI. São Paulo: Cadernos PROLAM/USP, 2012. (Ano 11, vol. 1. pp. 31-51.)

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DIANDERAS, A. H. **Fundación de la ciudad española de Jauja**. Lima: Letras, 1938. (v. 4, n. 10. pp. 266-285.)

DÍAZ, M. P. **Sambenitos**. Los hábitos de la infamia en la vida cotidiana. Sevilla: Andalucía en la Historia, 2013. (n. 39, pp. 20-25.)

DONAT, L. R. **Derecho político y derecho natural en América**: la junta de Burgos y el requerimiento (1512). Santiago: Revista de derecho, criminología y ciencias penales, 1999. (n. 1, pp. 123-137.)

DUEÑAS, A. **Indians and mestizos in the “Lettered City”**: Reshaping Justice, Social Hierarchy, and Political Culture in Colonial Peru. Colorado: University Press of Colorado, 2010.

DUSSEL, E. **1492**: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: UMSA, 1994.

ECHEVERRÍA, B. **La modernidad de lo barroco**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1998.

FELIPE II. Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las indias. Segovia: [s.n.], 1573. In: PADRÓN, F. M. **Teoría y leyes de la conquista**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1979. (pp. 489-518.)

GANCEDO, D. M. Huellas de la escritura diarística hispanoamericana en los siglos XVI y XVII. In: EZAMA, A.; LAÍLLA, L. S.; LAPLANA, J. E.; LASHERAS, A. P.; MARÍN, M. C.; PELLICER, R. (Eds.). **La razón es aurora**. Estudios en homenaje a la profesora Aurora Egido. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2017. (pp. 177-188.)

GARRIDO, M. (Ed.). **Historia de América Latina**: El sistema colonial tardío. Quito: Editorial Ecuador, 2001. (Vol. 3.)

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GIOVANNETTI, M.; PAÉZ, M. C.; RAFFINO, R. A. **Avances coloniales, retornos mesiánicos**: el documento “relación histórica de Calchaquí”. Buenos Aires: Investigaciones y Ensayos, 2012. (n. 59, pp. 437-468.)

KAGAN, R. L. **Polícia y la plaza**: utopía y distopía en la ciudad colonial. Medellín: Tempus Revista en Historia General, 2016. (n. 4, pp. 111-136.)

LAVRIN, A. (Coord.). **Sexualidad y matrimonio en la América Hispánica**. Siglos XVI – XVIII. México D.F.: Grijalbo, 1989.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIENHARD, M. **La voz y su huella**: escritura y conflicto étnico-social en América Latina

(1492 – 1988). Habana: Casa de las Americas, 1990.

LIMA, L. C. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARAVALL, J. A. **La cultura del barroco**. Análisis de una estructura histórica. Madrid: Editorial Ariel, 1975.

MARKS, P. **Deconstructing legitimacy: Viceroy, merchants and the military in late colonial Peru**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2007.

MARTÍN, J. R. J. **Joseph de Mugaburu y los cronistas urbanos en el imperio español: origen y transmisión de un diario colonial**. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 2013. Disponível em: <[http://www.alfredoalvar-estudiosdediariosymemorias.es/resultados-cientificos/2/DiariodeLima\(1640-1694\)deMugaburuporJouv%C3%A9/](http://www.alfredoalvar-estudiosdediariosymemorias.es/resultados-cientificos/2/DiariodeLima(1640-1694)deMugaburuporJouv%C3%A9/)>. Acessado em: 01 de agosto de 2022.

MARTINEZ, J. L. **El virrey Toledo y el control de las voces andinas coloniales**. London: Colonial latin american review, 2012. (v. 21, n. 2. pp. 175-208.)

MARTÍNEZ, T. H. La Universidad de San Marcos y el apogeo de la cultura virreinal (Lima, siglo XVII). In: BEZARES, L. E. R. S. P.; RODRÍGUES, J. L. P. (Coord.). **Saberes y disciplinas en las universidades hispánicas**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003. (pp. 159-179.)

MAZURÉ, J. H. **El nacimiento de Lima: la imposición de un nuevo orden**. Barcelona: On the W@terfront, 2011. (n. 19, pp. 23-37).

MEDINA, J. T. **Historia del tribunal de la inquisición de Lima: 1569 – 1820**. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1956.

MENDOZA Y LUNA, J. In: FUENTES, M. A. **Memorias de los vireyes que han gobernado el Peru, durante el tiempo del coloniaje español**. Lima: Librería Central de Felipe Bailly, 1859. (Tomo I)

MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

MIGNOLO, W. Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y la conquista. In: ÍÑIGO-MADRIGAL, L. **Historia de la literatura hispanoamericana**. Madrid: Cátedra, 1982.

_____. **La lengua, la letra, el território** (o la crisis de los estudios literarios coloniales). Michigan: Literature and historiography in the new world, 1986. (v. 11, n. 28/29. pp. 137-160.)

_____. **Histórias locais / projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamentos liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

_____. **The darker side of western modernity.** Global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2012.

MOLA, M. A. **Fiestas en honor de un rey lejano.** Proclamación de Felipe V en América. In: Coloquio de historia Canario-americana. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 2000. (n. 15, pp. 1062 - 1099.)

MORSE, R. **Some characteristics of latin American urban history.** Oxford: The American Historical Review, 1962. (v. 62, n. 2. pp. 317-338.)

_____. El desarrollo urbano de la Hispanoamérica colonial. In: BETHELL, L. (Ed.) **Historia de América Latina.** América latina colonial: economía. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. (Tomo III.)

MOSCOSO, F. R. **El Perú y la crisis del siglo XVII.** Lima: Yuyaykusun, 2013. (n. 6, pp. 15-30.)

MUGABURU, J. **Diario de Lima.** Lima: Imprenta y librería Sanmarti y Ca., 1917a. (Vol. I.)

_____. **Diario de Lima.** Lima: Imprenta y librería Sanmarti y Ca., 1917b. (Vol. II.)

MUZQUIZ DE MIGUEL, J. L. **El conde de Chinchón virrey del Peru.** Madrid: Estades Artes Gráficas, 1945.

NICOLINI, A. La ciudad hispanoamericana en los siglos XVII y XVIII. In: ALMANSA, J. M.; BERNAL, A. A.; GARCÍA, F. Q.; GUTIÉRREZ, R.; LOBATO, F. O.; MENDOZA, A. M.; VIÑUALES, G. M. (Eds.). **Congreso internacional de Barroco Americano.** Territorio, arte, espacio y sociedad. Atas. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2001. (n. 3, pp. 1062-1099.)

O'GORMAN, E. **A invenção da América:** reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

ORELLANA, R. C. **Ciudades de Sísifo.** Urbanismo colonial y contingencia. Santiago: Revista Estudios Avanzados, 2017. (n. 26, pp. 114-129.)

ORTEGA, S. (Coord.). **De la santidad a la perversión.** O de porqué no se cumplía la ley de Dios en la sociedad novohispana. México D.F.: Grijalbo, 1986.

OSORIO, A. **El rey en lima.** El simulacro real y el ejercicio del poder en la Lima del diecisiete. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2004.

PANÉ, R. **Relación de las antigüedades de los indios.** Nueva versión con estudio preliminar, notas y apéndices por José Juan Arrom. Coyoacán: Siglo XXI, 1974.

PEASE, F. **Peru:** Hombre e historia. Entre el siglo XVI y el XVIII. Lima: EDUBANCO, 1992.

PICARD, H. R. **El diario como género entre lo íntimo y lo público.** In: 1616: Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada. Madrid: Torras Hostench, 1981. (vol.

4, pp. 115-122.)

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. (pp. 778-828.)

QUISPE-AGNOLI, R. **La oralidad bajo la pluma: actos de habla y memoria oral en el archivo colonial andino (1542-1615)**. Buenos Aires: Bibliographica Americana, 2019. (v. 15, n. 15. pp. 31-44.)

RAMA, Á. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROJAS, J. A. **Fundación de las ciudades hispanoamericanas**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1994.

ROMERO, C. El cronista Mugaburu. In: MUGABURU, J. **Diario de Lima**. Lima: Imprenta y librería Sanmarti y Ca., 1917. (pp. xi-xvi.)

ROMERO, J. L. **Latinoamérica: Las ciudades y las ideas**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2001.

SALDAMANDO, E. T. **Libro primero de cabildos de Lima**. Paris: Paul Dupont, 1888.

SASSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2014.

SPENGLER, O. **A decadência do ocidente**. Esboço de uma morfologia da História Universal. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

STAVENHAGEN, R. **Derecho indígena y derechos humanos en América Latina**. Ciudad de México: Colegio de México, 1988.

SUBIRATS, E. **El continente vacío**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1994.

UNDURRAGA, C. G. **El auto de fe en Lima: La Expectativa del Secreto (1573-1749)**. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012. Disponível em: <https://www.congreso.gob.pe/Docs/participacion/museo/Inquisicion/files/auto_fe_lima.pdf>. Acessado em: 03 de julho de 2022.

URTEAGA, H. Prólogo. In: MUGABURU, J. **Diario de Lima**. Lima: Imprenta y librería Sanmarti y Ca., 1917. (pp. iii-x.)

VAS MINGO, M. M. **Las ordenanzas de 1573, sus antecedentes y consecuencias**. Madrid: Quinto Centenario, 1985. (n. 8, pp. 83-102).

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundo**. Una introducción. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2004.